

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE

Campus de Rio Claro

LUCIANO CAMPOS GOMES

**AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM SANTO ANTÔNIO DO AMPARO –
MG NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:
DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO EM UM MUNICÍPIO FUNCIONAL
AO AGRONEGÓCIO**

Rio Claro (SP) /2016

910.9181 Gomes, Luciano Campos
G633r As relações campo-cidade em Santo Antônio do Amparo
– MG no período técnico-científico-informacional : diferentes
usos do território em um município funcional ao agronegócio
/ Luciano Campos Gomes. - Rio Claro, 2016
161 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros, fots., mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: José Giacomo Baccarin

1. Geografia agrícola - Brasil. 2. Globalização. 3.
Cafeicultura. 4. Circuito espacial produtivo. 5. Agronegócio.
I. Título.

LUCIANO CAMPOS GOMES

**AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM SANTO ANTÔNIO DO AMPARO –
MG NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:
DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO EM UM MUNICÍPIO FUNCIONAL
AO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: José Giacomo Baccarin

Rio Claro, SP, 31 de outubro de 2016

LUCIANO CAMPOS GOMES

**AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE EM SANTO ANTÔNIO DO AMPARO –
MG NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL:
DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO EM UM MUNICÍPIO FUNCIONAL
AO AGRONEGÓCIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Geociências e Ciências
Exatas do Câmpus de Rio Claro, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Giacomo
Baccarin

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Giacomo Baccarin (Orientador)
IGCE/UNESP/RIO CLARO (SP)

Prof. Dr. Samuel Frederico
IGCE/UNESP/RIO CLARO (SP)

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves
IG/UNICAMP

Rio Claro, SP, 31 de outubro de 2016

AGRADECIMENTOS

O caminho percorrido durante o processo de pesquisa de uma dissertação de mestrado envolve uma série de sentimentos, situações e pessoas importantes para a concretização do trabalho.

Agradeço aos Deuses, às Deusas e às energias positivas do universo e da natureza, que nos dão força e coragem para lutar sem perder a ternura perante aos desafios pessoais e profissionais que vivemos diariamente.

Aos meus pais Lúcia e Otávio por todo amor dedicado ao longo de todos esses anos. Minha mãe foi primeira professora e uma das minhas alfabetizadoras e meu pai que sempre despertou minha imaginação através da leitura. Obrigado pela educação que me proporcionaram. Vocês despertaram meu interesse pelos estudos e pela geografia.

Aos meus irmãos Milla, Kelinho e sua esposa Carol que sempre me incentivaram toda vez que voltava cansado para Santo Antônio, e é claro ao meu sobrinho Lucas e às minhas afilhadas Maria Rita e Anita pela sua alegria e inocência e por assistirem desenhos comigo nos dias de folga!

Ingressar no curso de Geografia – Licenciatura, na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), mostrou-se uma grata surpresa, lá conheci grandes amigos e profissionais que tenho como exemplo de dedicação.

À profª Lígia, por quem tenho um enorme apreço, muito obrigado pelo carinho e confiança em meu trabalho e principalmente por me mostrar que valores como ética, profissionalismo, educação e humildade são extremamente importantes durante a vida dentro e fora do ambiente acadêmico. Você é uma das responsáveis por me fazer seguir e lutar pelos meus ideais muito obrigado! Ao profº Márcio, pelo seu apoio e torcida durante o processo seletivo para o mestrado!

À equipe de São João de Rei, formada pelos historiadores e geógrafos, Gui, Lidia, Thaisa, Ítalo e Brunão, que mesmo distantes fisicamente me divertem pelas redes sociais (obrigado meio técnico-científico-informacional!). Conhecê-los em São João del Rei foi o máximo, vocês fazem parte de minha formação pessoal, intelectual e profissional e torço muito para o sucesso de vocês! Um viva para a equipe!

Gostaria de agradecer aos amigos que me acompanharam em Rio Claro, após meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia – Organização do Espaço, da UNESP – Campus de Rio Claro.

Ao Bruce, à Livia e meus queridos vizinhos Bola e Uberaba que me acolheram em Rio Claro e me integraram à uma galera bacana, valeu mesmo por tudo gente, vocês me mostraram o verdadeiro sentimento de união e amizade que deve permanecer no Beco dos Esquecidos!!!

Ao meu comparsa de república Sheldon pela amizade e pelos grandes momentos de alegrias, tensões, chacotas e muita cultura e sabedoria que vivemos diariamente no “Buraco”. Aos “agregados” Vitão, Replay Vinão, Diego e Granada pelos animados “café geográficos” que trazem muito luz à nossa casa! Às garotas mais lindas, engraçadas e legais que conheci na UNESP: Too Late, Patrícia, Bruna, Cris, Barone, Julia e Amanda, valeu pelo carinho que vocês demonstraram por mim e por toda diversão que vivemos e viveremos!

Agradeço também as valiosas contribuições dos professores que compuseram minhas bancas de qualificação e defesa: Profº Samuel Frederico, cuja disciplina “Redes e região” foi de extrema importância para o conteúdo teórico e metodológico da dissertação; Profº Fabrício Gallo, com quem aprendi muito durante o estágio na disciplina “Território e agricultura” e ao Prof. Vicente Lemos pela participação em minha defesa.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, da NKG Fazendas Brasileiras, da EMATER-MG e da UNESP – Campus de Rio Claro. À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa é analisar as relações entre o campo e a cidade em Santo Antônio do Amparo – MG, no atual período técnico-científico-informacional. A partir da década de 1970, a globalização instituiu uma nova etapa no processo de modernização agrícola e da cafeicultura em Minas Gerais. No início do século XXI, a consolidação da cafeicultura científica globalizada em regiões agrícolas modernas, como o Sul de Minas, estabeleceu novas dinâmicas entre o campo e as cidades médias e pequenas, que se tornaram o lócus da regulação do espaço agrícola. O território é usado e regulado pelo Estado, pelas *tradings* e multinacionais do setor de torrefação que criam circuitos espaciais produtivos e uma nova divisão social e territorial do trabalho, o que torna esses espaços funcionais ao agronegócio científico globalizado e aumenta os fluxos materiais e imateriais entre as regiões. Para compreendermos relações campo-cidade e os usos do território em Santo Antônio do Amparo analisamos os circuitos espaciais produtivos do café, principal produto de exportação do município. A configuração do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação no território possibilitam o entendimento de como são os fluxos e as trocas entre o campo e cidade, bem como sua posição na hierarquia urbana e na divisão territorial do trabalho.

Palavras-chave: território, meio técnico-científico-informacional, relações campo-cidade, cafeicultura.

ABSTRACT

The main objective of this research is to analyze the relationship between the countryside and the city in Santo Antonio do Amparo - MG, in the current technical-scientific-informational period. From the 1970s, globalization has instituted a new stage in the process of agricultural modernization and coffee plantations in Minas Gerais. In the early twenty-first century, the consolidation of the global scientific coffee in modern agricultural regions, such as South of Minas, established new dynamics between the field and the medium and small cities, which have become the locus of regulation of agricultural space. The territory is used and regulated by the State, trading companies and multinational roasting industry to create productive spatial circuit and a new social and territorial division of labor, which makes these functional spaces to the global scientific agribusiness and increases the material and immaterial flows between regions. To understand urban-rural relations and uses of the territory in Santo Antonio do Amparo, analyze the spatial circuits of coffee production, the main product of the municipality of export. The configuration of the productive space circuit and cooperation circles in the territory make it possible to understand how are the flows and exchanges between the countryside and city, as well as its position in the urban hierarchy and territorial division of labor.

Keywords: territory, technical-scientific-informational environment, rural-urban relations, coffee

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Santo Antônio do Amparo no estado de Minas Gerais.	88
Figura 2: Localização de Santo Antônio do Amparo na mesorregião de Oliveira e municípios limítrofes.	89
Figura 3: Mares de morros cobertos por floresta estacional semi-decidual.	90
Figura 4: Os diversos elementos que atualmente compõe a paisagem do espaço agrícola amparense como as estradas rurais, o cafezal, a silvicultura e as pastagens refletem as constantes ações antrópicas sob o meio natural.	90
Figura 5: Antiga sede da Fazenda da Lagoa, atual NKG Fazendas Brasileiras, sem data.	91
Figura 6: Praça Joaquim Ferreira de Aguiar, Bairro Centro, ano de 1935.	93
Figura 7: Avenida Padre Cardoso, Bairro Centro, 1935.	93
Figura 8: Avenida Padre Cardoso, ano de 1988.	94
Figura 9: Avenida Padre Cardoso, ano de 2016.	95
Figura 10: Principais cidades médias da região de Santo Antônio do Amparo – MG, margeadas pela rodovia Fernão Dias (BR 381).	100
Figura 11. Praça de pedágio do Km 658,3 localizada na rodovia Fernão Dias (BR-381) em Santo Antônio do Amparo.	101
Figura 12: Aeorporto Municipal Julio Garcia	102
Figura 13: Mares de morros recobertos por cafezais no município de Santo Antônio do Amparo.	108
Figura 14: Café Arábica.	109
Figura 15: Carrara Armazéns Gerais Ltda. Minascoffe Armazéns Gerais Ltda. NKG.	118
Figura 16: Cafezal da NKG Fazendas Brasileiras	131
Figura 17: Viveiros de mudas de café da NKG Fazendas Brasileiras	133
Figura 18: Mecanização da produção cafeeira: NKG Fazendas Brasileiras Ltda.	133
Figura 19: Processo de secagem do café na NKG Fazendas Brasileiras Ltda.	134

Figura 20: Lavoura de café arábica variedade Mundo Novo	136
Figura 21: Terreiro para secagem do café.....	137
Figura 22: Terreiro de secagem e tulha para armazenamento de café	137

GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação percentual dos principais países consumidores de café em 2013	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 2: Participação das tradings no comércio mundial de café verde.....	59
Gráfico 3: Participação das torrefadoras no comércio mundial de café verde.....	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 4: Principais países importadores do café mineiro, ano de 2013.....	83
Gráfico 5: PIB (Produto Interno Bruto) de Santo Antônio do Amparo no ano de 2012.	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 6: Percentual dos empregos formais criados em 2013 destinados as atividades econômicas no município de Santo Antônio do Amparo – MG	Erro! Indicador não definido.
Gráfico 7: Percentual dos empregos formais criados em 2013, destinados as ocupações econômicas no município de Santo Antônio do Amparo	Erro! Indicador não definido.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Programas relacionados com o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC).....	72
Quadro 3: Exportações do agronegócio mineiro por regiões do IBGE, ano de 2013	82
Quadro 4: Principais municípios exportadores do agronegócio mineiro, ano de 2013 ..	84
Quadro 6: Relação das principais laticínios no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.	106
Quadro 7: Domicílios particulares permanentes da cidade com existência de alguns bens duráveis 2010.....	111
Quadro 8: Domicílios particulares permanentes do campo com existência de alguns bens duráveis 2010.....	112
Quadro 9: Relação das principais empresas prestadoras de serviços para agropecuária no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.....	114
Quadro 10: Relação das principais empresas associadas à silvicultura no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.....	115
Quadro 11: Relação das lojas e comerciantes de produtos agropecuários no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.	115
Quadro 12: Relação das empresas de produção, beneficiamento, armazenamento, torrefação e comércio de café no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015	117
Quadro 13: Relação das principais associações, cooperativas e sindicatos ligados à agropecuária no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.	121

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Produção total de café arábica e robusta dos países exportadores, mil sacas de 60Kg, 2011 a 2014.....	52
Tabela 2: Produção total das principais regiões produtoras e exportadoras mundiais de café arábica e robusta, mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.....	52
Tabela 3 Ranking dos principais países membros da OIC produtores de café (arábica e robusta), produção em mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.....	53
Tabela 4: Ranking dos principais países membros da OIC exportadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.	54
Tabela 5: Principais países membros da OIC reexportadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2010 a 2013.	55
Tabela 6: Principais países membros da OIC importadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2010 a 2013.	55
Tabela 7: Principais produtos do agronegócio brasileiro exportados em 2014, em mil Dólares.	61
Tabela 8: Área, produção e produtividade do café nos estados e regiões brasileiras, em 2014.....	62
Tabela 9: Exportação brasileira de café e produtos derivados, 2013 e 2014.	64
Tabela 10: Principais países importadores de café brasileiro, em mil sacas de 60 Kg, 2013 e 2014.	65
Tabela 11: Principais países importadores de café verde.....	65
Tabela 12: Principais países importadores de café solúvel.	66
Tabela 13: Principais países importadores de café torrado e moído.....	66
Tabela 14: Distribuição dos recursos do FUNCAFÉ, em milhões R\$, Brasil, 2010 a 2015.....	68
Tabela 15: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por linha de financiamento, Brasil, 2014.....	68
Tabela 16: Área, produção e produtividade do café no estado de Minas Gerais e suas regiões produtoras, em 2014.	79

Tabela 17: Principais municípios produtores de café em Minas Gerais, ano de 2014. ...	80
Tabela 18: Minas Gerais - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente: Café (em grão) Arábica - Valor da produção.	81
Tabela 19: Evolução da população urbana e rural em Santo Antônio do Amparo.	96
Tabela 20: Percentual da evolução da população urbana e rural em Santo Antônio do Amparo.....	96
Tabela 21: Tipo de saneamento nos domicílios particulares urbanos e rurais ano de 2010.....	97
Tabela 22: Tipo de saneamento nos domicílios particulares permanentes urbanos ano de 2010.....	98
Tabela 23: Tipo de saneamento nos domicílios particulares permanentes rurais ano de 2010.....	98
Tabela 24: Produção agrícola municipal – Lavoura Permanente 2013.	105
Tabela 25: Produção agrícola municipal – Lavoura Temporária 2013.....	105
Tabela 26: Pecuária municipal – ano de 2013.....	105
Tabela 28: Santo Antônio do Amparo: principais países importadores.	110
Tabela 29: Número de empregos formais criados em 2013 destinados a atividades econômicas relacionadas à agropecuária.	124
Tabela 2: Evolução da produção de café na NKG Fazendas Brasileiras Ltda.....	132

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café

AIC's - Acordos Internacionais do Café

CAI's - Complexos Agroindustriais

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAMIG - Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITC - Internacional Trade Centre

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MAPA SFA – MG - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

OIC - Organização Internacional do Café

PIB – Produto Interno Bruto

PRRC - Plano de Renovação e Revigoramento dos Cafezais

RA - Rain Forest Alliance

SEAPA - MG - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

UE – União Europeia

UFLA - Universidade Federal de Lavras

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UK - UtzKapeh

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Método e metodologia.....	20
1.1.1 Metodologia para análise das relações campo-cidade.....	21
1.1.2 Metodologia para análise do circuito espacial de produção.....	24
1.2 Procedimentos metodológicos.....	27
1.2.1 Levantamento bibliográfico.....	27
1.2.2 Levantamento e análise de dados secundários.....	28
1.2.3 Trabalho de campo.....	30
1.3 Estruturação da dissertação.....	31
2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE	33
2.1 Os usos do território no período técnico-científico-informacional	33
2.2 Modernização agrícola no período técnico-científico-informacional: novas dinâmicas territoriais e novas relações entre o campo e a cidade.....	39
2.3 As relações campo-cidade no período técnico-científico informacional.....	47
3 PRODUÇÃO CAFEEIRA NO ATUAL PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL EM DIFERENTES ESCALAS GEOGRÁFICAS	51
3.1 Principais produtores, exportadores e consumidores de café mundiais	51
3.2 O papel dos agentes hegemônicos na regulação da produção cafeeira mundial... ..	57
3.3 Produção cafeeira no Brasil no período técnico-científico-informacional	60
3.3.1 A atuação do Estado Federal como um dos agentes reguladores da produção cafeeira nacional: o crédito agrícola e os institutos de pesquisa	67
3.4 A cafeicultura em Minas Gerais no período técnico-científico-informacional: o processo de modernização da produção cafeeira e os novos usos do território.....	70
3.5 A produção cafeeira em Minas Gerais no período técnico-científico-informacional	77
3.5.1 As exportações de café do estado de Minas Gerais: constituição de circuitos espaciais extravertidos e as relações global-local.....	82

3.5.2 O papel do Estado como agente regulador da produção cafeeira em Minas Gerais: os institutos de pesquisa e extensão rural.....	86
4 O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO - MG: AS ATUAIS DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL	88
4.1 Localização geográfica	88
4.2 Notas sobre a formação territorial do município de Santo Antônio do Amparo - MG.....	89
4.3 Distribuição espacial e crescimento da população municipal.....	96
4.4 Indicadores sociais de Santo Antônio do Amparo	97
4.5 A logística dos espaços urbano e agrícola de Santo Antônio do Amparo	99
4.5.1 As redes de transporte, energia e de comunicações no território amparense ..	99
4.6 Economia municipal	103
4.7 Produção agropecuária e silvicultura.....	104
4.8 A cafeicultura no município de Santo Antônio do Amparo	106
4.8.1 Condições geográficas naturais para o desenvolvimento da cafeicultura	106
4.8.2 Produção e exportação cafeeira municipal no período técnico-científico-informacional.....	108
4.9 As relações campo-cidade no município de Santo Antônio do Amparo	111
4.9.1 Consumo consuntivo	111
4.9.2 Consumo produtivo	113
4.10 Institutos de pesquisa e extensão rural	118
4.11 Os bancos e a financeirização do território.....	120
4.12 Cooperativas, associações e sindicatos: agentes produtores do espaço rural e urbano	121
4.13 Mão-de-obra e empregos formais na cafeicultura	123
5 OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO DO CAFÉ E OS DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO EM SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	126

5.1 A atuação da trading Neumann Kaffee Gruppe como um dos agentes reguladores da produção cafeeira brasileira e mundial.....	132
5.1.2 A configuração do circuito espacial produtivo do café da NKG Fazendas Brasileiras Ltda., no município de Santo Antônio do Amparo – MG	131
5.2 A configuração do circuito espacial produtivo de um pequeno produtor rural, no município de Santo Antônio do Amparo – MG.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICES	157
APÊNDICE 1	157

1 INTRODUÇÃO

Vivemos no início do século XXI o estágio mais avançado da produção capitalista e a globalização consolida-se em todas as partes do mundo. Os territórios que comandam as ações globais que permitem o uso e a regulação do espaço são caracterizados por processos antigos de urbanização, modernização agrícola e industrialização, e por exercerem comando político, financeiro e econômico são o centro da produção capitalista, da tecnologia, da ciência, da informação. .

No Brasil, o meio técnico-científico-informacional também é um fenômeno recente e atualmente alcança todas as regiões. Ressaltamos que o uso do território é comandado pelas decisões de agentes hegemônicos da política e da economia nacional e internacional. Portanto, nas regiões brasileiras onde há consolidação e/ou uma recente difusão da globalização, coexistem processos de industrialização, agropecuária para exportação e prestação de serviços relacionados ao agronegócio.

Estudos de Corrêa (2001, 2007), Santos (2001), Elias (2007a) e Whitacker (2010) evidenciam que a globalização reestrutura o território em cidades médias e pequenas localizadas em regiões agrícolas modernizadas. Os autores reiteram que nas regiões agrícolas modernas a divisão territorial do trabalho transforma a rede urbana (FRESCA, 2010), as cidades médias e pequenas assumem novas funções relacionadas às etapas dos circuitos espaciais produtivos da agropecuária.

A chamada especialização produtiva (SANTOS, 2006) confere a essas cidades papéis distintos na rede urbana em escala regional, nacional e global. Esses centros podem ser caracterizados como: produtores e/ou exportadores agrícolas; fornecedores de mão-de-obra; polos de ciência e tecnologia; cidades agroindustriais e/ou núcleos de gestão, comercialização e regulação da produção, ressaltando que uma mesma cidade pequena ou média podem acumular múltiplas funções.

Por trás da paisagem monótona e aparentemente homogênea dos cafezais do Cerrado Mineiro e do Sul de Minas há um conteúdo técnico, científico e informacional que regula os usos dos espaços urbano e agrícola. As cidades próximas são o lócus da regulação do campo, fornecem mão-de-obra, prestação de serviços (administrativos, jurídicos, financeiros etc.) e atendem a demanda do consumo consuntivo e produtivo.

Os sistemas de logística permitem o aumento da fluidez material e imaterial nas cidades funcionais ao agronegócio em regiões agrícolas modernizadas.

Em Minas Gerais, nas principais regiões produtoras de café como o Sul de Minas, a Zona da Mata e o Cerrado Mineiro, os agentes hegemônicos do mercado cafeeiro global (tradings, torrefadoras, bancos etc.) e o Estado (em instância Federal, Estadual e Municipal), reestruturaram a base produtiva tradicional e instituíram a cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2012) nas regiões competitivas agrícolas (CASTILLO, 2015).

Essas transformações no campo conferem novas funções as cidades médias e pequenas dessas regiões, cria-se uma hierarquia urbana formada por cidades funcionais ao agronegócio e à cafeicultura científica globalizada.

A presente pesquisa tem como objetivo principal a análise das relações campo-cidade no município de Santo Antônio do Amparo - MG no atual período técnico-científico-informacional.

Partimos da hipótese que a partir da década de 1970, o processo de modernização agrícola e consequentemente da cafeicultura, atribuem diferentes usos ao território nas regiões que se inserem no circuito espacial produtivo do café e intensificam os fluxos de produtos, capitais, informações, ordens e pessoas entre o campo e a cidade.

Esses processos ampliam o consumo produtivo do campo integrando a produção cafeeira, ainda que de forma desigual, aos circuitos da economia urbana no município e transformam a cidade no locus da regulação das diferentes formas de produção agrícola, da pecuária e da silvicultura.

No meio técnico-científico-informacional o uso corporativo do território institui especializações produtivas nas regiões agrícolas modernizadas, o que amplia os circuitos espaciais de produção e seus respectivos círculos de cooperação no espaço e interliga os diferentes lugares através das redes estabelecendo novas dinâmicas regionais.

Para operacionalizar o objetivo principal da pesquisa, elencamos questões específicas relacionadas com os processos, os agentes reguladores e eventos em escala global, regional e local, que permitem a análise das atuais dinâmicas territoriais no município de Santo Antônio do Amparo:

- a) Como a globalização e o processo de modernização da agropecuária reestruturaram a cafeicultura brasileira e do estado de Minas Gerais? Quais as novas dinâmicas espaciais resultantes desses processos?
- b) Quais são as características atuais da produção agropecuária no município de Santo Antônio do Amparo?
- c) Quais são as etapas do circuito espacial produtivo do café que ocorrem no município de Santo Antônio do Amparo?
- d) Como a cafeicultura integra-se ao circuitos da economia urbana em Santo Antônio do Amparo?
- e) Como a produção cafeeira do município de Santo Antônio do Amparo determina seu papel na divisão territorial do trabalho em escala regional, nacional e global?
- f) Como as lógicas exógenas e as normas globais reestruturam a produção agrícola local? Quais as novas dinâmicas espaciais resultantes desses processos?

1.1 Método e metodologia

A definição do método é um dos princípios básicos para orientar as fundamentações teóricas, conceituais e metodológicas em uma pesquisa, considerado um “instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para sua interpretação” (SPOSITO, 2004, pág. 23).

Conforme o autor, a opção pelo método na pesquisa aponta necessariamente para o conjunto de categorias e conceitos como elementos básicos selecionados para fundamentação do trabalho (SPOSITO, 1997).

Para analisarmos as contradições e conflitos no território resultantes de processos, como o modo de produção capitalista, a globalização e a modernização, utilizamos o materialismo histórico e dialético como método em nossa pesquisa.

De acordo com Alves (2008), esse método se caracteriza pela análise das contradições do modo capitalista de produção na sociedade, revelando através das diferentes divisões sociais e territoriais do trabalho os conflitos presentes no território, para o autor, a sistematização da metodologia é entendida como um ponto crucial para o desenvolvimento da pesquisa, pois ela dá o suporte para a execução em todas as etapas do trabalho.

Organizamos a estrutura metodológica geral da pesquisa utilizando como referência inicial os processos geográficos, históricos, sociais, econômicos e políticos que transformam o espaço, resultando nas atuais dinâmicas territoriais que fundamentam a análise das relações campo-cidade e do circuito espacial produtivo do café.

A análise geográfica da pesquisa tem como ponto de partida central a categoria território (SANTOS & SILVEIRA, 2006) e conceitos como meio técnico-científico-informacional, lugar, redes e região que auxiliam na análise de processos como modernização do território, modernização agrícola e relações entre o campo e a cidade, enquanto os procedimentos metodológicos, o material utilizado e as técnicas de investigação, permitem a efetivação dos resultados da pesquisa.

A metodologia proposta possui caráter qualitativo e quantitativo, os procedimentos, o método, os materiais utilizados e as técnicas de investigação atendem as posições teóricas e conceituais adotadas na pesquisa. Ressaltamos que para análise das relações campo-cidade e dos circuitos espaciais produtivos do café foram estabelecidas metodologias distintas tendo como referencial teórico central o conceito de território.

1.1.1 Metodologia para análise das relações campo-cidade

Mediante a complexidade de relações, interações e complementaridades que se estabelecem entre o campo e a cidade, ressaltamos a necessidade de repensar procedimentos metodológicos que contribuam para a compreensão da temática na Geografia, buscando, sobretudo “[...] a renovação conceitual e seu diálogo com a realidade em rápido movimento (SPOSITO, 2010, pág. 129)”, colaborando para romper paradigmas como “[...] a clássica dicotomia entre o campo e a cidade, que se dilui em parte, reorganizado por uma unidade dialética (ELIAS, 2007, pág. 62).

Conforme Alves (2012), os atuais estudos e pesquisas na Geografia sobre as relações campo-cidade envolvem temáticas como a população urbana dominante; a ruralidade existente em espaços urbanos; as urbanidades no rural; a agricultura urbana; as cidades do agronegócio e o meio técnico-científico-informacional.

A diversidade das temáticas revela a complexidade espacial e a intensidade de relações socioeconômicas, culturais e políticas entre o campo e a cidade. Destacamos a impossibilidade de abordar todas essas temáticas em nossa pesquisa, cuja proposta de

análise das relações campo-cidade se fundamenta nas dinâmicas territoriais resultantes do processo de modernização agrícola no período técnico-científico-informacional.

De acordo com Santos (1999) com a globalização, os conteúdos de ciência, técnica e informação, constituem as variáveis motoras que nos permitem reconhecer um novo sistema temporal e de organização do território, tornando os nexos de complementaridades entre o campo e cidade mais complexos.

Nas regiões agrícolas modernas as cidades são o polo indispensável ao comando técnico da produção no campo (SANTOS, 2001), atendendo as demandas necessárias à produção como mão-de-obra especializada para as diversas etapas da produção, comércio e serviços relacionados à agropecuária.

Nas cidades funcionais ao agronegócio científico globalizado concentram-se lojas de insumos agropecuários, feiras de produtos agrícolas, serviços de transporte, armazéns, vendas e/ou aluguéis de máquinas agrícolas, bancos, institutos de pesquisa, filiais e/ou sedes de empresas, agroindústrias e cooperativas, incorporando ao município uma logística territorial planejada pelos agentes hegemônicos que regulam a produção no campo.

As cidades do agronegócio (ELIAS, 2007a) são os nós das redes agroindustriais, lugares da regulação do agronegócio científico globalizado, que integram os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação ao circuito superior da economia urbana.

Existem grandes distinções entre as cidades do agronegócio, cada lugar apresenta divisões do trabalho e dinâmicas territoriais singulares permitindo falar da existência de uma rede urbana de cidades do agronegócio (ELIAS, 2006), formada principalmente por cidades pequenas e médias que apresentam uma funcionalidade adequada para exercer determinadas etapas da produção agropecuária.

Como orientação metodológica para reconhecimento da funcionalidade das cidades médias ao agronegócio, Elias (2007a) propõe três temas e processos considerados essenciais para compreensão da produção dos espaços urbanos não metropolitanos: a formação das redes agroindustriais e as novas relações campo-cidade; o mercado de trabalho agropecuário e a dinâmica populacional e o aprofundamento das desigualdades sociais.

Procuramos nortear a metodologia da pesquisa sobre as relações campo-cidade em Santo Antônio do Amparo, a partir das propostas apresentadas por Elias (2007a,

2007b), selecionando as variáveis que correspondem aos três eixos analíticos identificados pela autora:

- a) Eixo 01: Formação de redes agroindustriais e novas relações campo-cidade:
 - ✓ Consumo produtivo agrícola (lojas de insumos, equipamentos e máquinas agrícolas, serviços associados ao agronegócio, bancos, cooperativas, empresas e equipamentos industriais ligados ao agronegócio);
 - ✓ Sistemas de objetos (transporte, telecomunicações, armazenagem e beneficiamento agrícola, espaços para eventos agropecuários etc.)
- b) Eixo 02: Mercado de trabalho agropecuário e dinâmica populacional:
 - ✓ Evolução da população urbana e rural;
 - ✓ Empregos formais conforme os setores econômicos;
 - ✓ Mão-de-obra empregada no agronegócio.
- c) Eixo 03: Aprofundamento das desigualdades socioespaciais:
 - ✓ Desigualdade de renda com relação aos empregos formais;
 - ✓ Distribuição da infraestrutura urbana;

Ressaltamos a necessidade do reconhecimento da coexistência de quatro tipos principais agentes produtores do espaço agrícola no período técnico-científico-informacional (ELIAS, 2007b).

O primeiro grupo seria inerente à produção camponesa, não incorporada ao agronegócio, o segundo seriam os pequenos agricultores, com produção associada ao agronegócio, o terceiro seria composto por empresários agrícolas, integrados ou não às agroindústrias, já o quarto grupo seria formado por grandes corporações hegemônicas, holdings e tradings que dominam parte significativa da produção (ELIAS, 2007b).

Destaque-se o papel do Estado como um dos agentes reguladores do processo produtivo no campo e dos pequenos produtores descapitalizados que foram expropriados e excluídos do processo de modernização agrícola, ficando à margem dos interesses de mercado relacionados ao agronegócio.

Devemos considerar a complexidade de relações entre esses agentes e o território em cada recorte espacial e temporal e os diferentes usos do território por esses agentes, evidenciados pelos distintos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação no espaço, denotando a existência e constituição de diversas divisões sociais e territoriais do trabalho agrícola no campo e na cidade. Alguns apontamentos relacionados à aplicação da metodologia proposta por Sposito (2006) e Elias (2007a), fundamentaram

nossa pesquisa e se mostraram pertinentes para a análise geográfica das relações campo-cidade em Santo Antônio do Amparo.

A metodologia desenvolvida pelas autoras para estudo da produção dos espaços urbanos não metropolitanos foi aplicada principalmente em cidades médias produtoras de soja. Porém o recorte territorial da pesquisa é um município de 17.345 habitantes com população urbana de 15.187 habitantes (IBGE, 2010), ou seja, Santo Antônio do Amparo é uma cidade pequena e possui dinâmicas territoriais diferentes das cidades médias pesquisadas pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

Ressalvamos que além de considerarmos o número de habitantes da cidade e do município, faz-se necessário entender que cada lugar possui dinâmicas territoriais próprias criadas a partir de processos e eventos intrínsecos a cada período histórico, constituindo situações geográficas singulares, o que justifica e permite a adaptação da metodologia a realidade do recorte espaço-temporal estudado e novas formas de análise dos resultados.

1.1.2 Metodologia para análise do circuito espacial de produção

Para entendermos o uso, a regulação e a organização do território pelos diferentes agentes produtores de café no município de Santo Antônio do Amparo torna-se fundamental a análise das etapas dos distintos circuitos espaciais de produção do café que ocorrem nesse recorte espacial.

Apoiados em Castillo & Frederico (2010) que estabelecem uma orientação metodológica e operacionalização dos conceitos de circuito espacial de produção e círculos de cooperação, definimos como ponto de partida para sistematização dos circuitos produtivos, o café produzido pela NKG Fazendas Brasileiras Ltda., unidade produtiva da *trading* alemã Neumann Kaffee Gruppe e por um agricultor amparense não capitalizado.

Castillo & Frederico (2010), destacam a análise de alguns temas principais que são necessários para a identificação e interpretação do circuito espacial produtivo analisado como a atividade produtiva dominante, os agentes envolvidos e seus círculos de cooperação, a logística e o uso e organização do território. Partindo dessas temáticas, procuramos estabelecer suas relações com os processos que influenciam na dinâmica e na constituição do respectivo circuito produtivo.

Essa perspectiva metodológica fundamenta-se em Santos (2013), para o autor:

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode, doravante, ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxo cuja natureza, direção, força e intensidade dos circuitos espaciais produtivos variam segundo os produtos, as diferentes formas produtivas, a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos. (SANTOS, 2013, pág. 121).

A organização espacial torna-se mais complexa, no período técnico-científico-informacional o uso do território não é o mesmo para as diversas firmas, que constituem seus respectivos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação para regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital (SANTOS, 2013).

Dessa forma cada recorte territorial é caracterizado pela presença de diferentes formas com conteúdos funcionais às demandas do mercado e das corporações hegemônicas, “[...] possibilitando em um mesmo subespaço diversos circuitos espaciais produtivos, tornando o espaço um mosaico, no qual convivem formas com racionalidades e conteúdos diversos, concebidas e implantadas em momentos distintos” (CASTILLO & FREDERICO, 2010, pág. 163).

Cada lugar abriga novos fluxos e diferentes etapas do circuito produtivo, articulando dialeticamente o lugar e o mundo, estabelecendo relações em diferentes escalas, intensidade e velocidade, entre regiões cada vez mais longínquas.

Nesse contexto é fundamental reconhecer os elementos e variáveis que caracterizam e constituem os agentes envolvidos nas diferentes etapas da produção de café e seus círculos de cooperação, as dimensões infraestruturais da logística, os diferentes usos e as formas de regulação do território pelos agentes hegemônicos e a organização territorial.

Para operacionalização da metodologia para análise do circuito espacial produtivo do café, definimos quatro etapas organizadas conforme a estrutura do circuito produtivo elaborada por Frederico & Castillo (2003) e Rollo (2009). Na primeira etapa buscamos *o entendimento das dinâmicas territoriais no atual período técnico-científico-informacional*, elegendo os seguintes pontos e variáveis chaves para análise:

- a) Identificação das atividades produtivas dominantes;
- b) Recorte temporal para análise e sistematização dos processos econômicos, sociais, políticos, culturais e territoriais;

- c) Compreensão dos processos históricos que influenciam nas atuais dinâmicas espaciais como a modernização do território, a modernização agrícola, a urbanização, o modo capitalista de produção, a globalização, dentre outros;
- d) Análise e compreensão do contexto territorial, econômico, social e político atual;
- e) Reconhecimento dos sistemas de objetos e sistemas de ações que compõe o espaço;

A definição do produto que será o ponto de partida para a pesquisa é muito importante, pois irá orientar a composição do circuito espacial produtivo. Ressaltamos que cada produto possui dinâmicas particulares relacionadas com o modo de produção, sua inserção e aceitação no mercado, o destino e finalidade da produção, utilização de ciência e tecnologia e a mão-de-obra empregada.

Destacamos que é necessário considerar o lugar onde ocorre a produção propriamente dita, pois em cada recorte analítico ocorre a sobreposição de variáveis geográficas, econômicas, sociais e políticas, além dos processos históricos internos e externos ao lugar, que atuam na transformação do espaço.

A segunda etapa consiste na *análise dos aspectos técnicos e normativos da empresa e/ou fazenda*, como a sua localização e distribuição geográfica, as formas de gestão, ordem, comercialização e de produção, origem da matéria-prima, os principais produtos, sua participação no mercado, a logística utilizada, a diversidade e uso da mão-de-obra, o uso de tecnologia, ciência e informação, a terceirização de atividades dentre outros.

O objetivo da terceira etapa é *caracterizar o processo de produção do café das fazendas*, conforme as considerações metodológicas de Bomtempo (2011). Nesse contexto procuramos investigar a origem da matéria-prima, as técnicas de cultivo, processamento e beneficiamento do café, a logística utilizada pela fazenda, a escala de distribuição dos produtos no mercado, as relações de trabalho e a terceirização de atividades ligadas à produção de café.

O quarto passo corresponde à *análise das relações entre os agentes envolvidos e seus círculos de cooperação, a logística e o uso e organização do território*. Para Castillo & Frederico (2010) o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no espaço permitem verificar a interdependência dos espaços produtivos e apreendem o

papel da circulação no atual período histórico, captando a unidade e a circularidade do movimento.

Para analisar as especificidades dos círculos de cooperação estabelecidos e as respectivas escalas de poder dos diferentes agentes, Castillo & Frederico (2010) ressaltam que é necessário o reconhecimento dos principais agentes envolvidos no circuito espacial de produção e das formas como são estabelecidos diversos círculos de cooperação entre as empresas; entre empresas e poderes públicos locais, regionais e nacionais; entre empresas e associações e instituições etc.

As características estruturais da logística demonstram as condições materiais e o ordenamento dos fluxos que perpassam os circuitos espaciais produtivos e são fundamentais para compreender como os diversos momentos do processo produtivo são articulados pelas grandes corporações, da escala local à mundial (CASTILLO & FREDERICO, 2010).

Os autores reiteram que durante a análise dos resultados obtidos, é preciso identificar a hierarquia dos lugares, distinguindo os lugares que produzem massa e abrigam a produção propriamente dita, dos lugares que produzem fluxos e regulam a produção agropecuária.

Os circuitos espaciais produtivos permitem compreender como a organização do território e seus diferentes usos são determinados pela quantidade, qualidade, distribuição e arranjo espacial dos sistemas de objetos envolvidos na circularidade da produção.

1.2 Procedimentos metodológicos

Para operacionalização da pesquisa elegemos os seguintes procedimentos metodológicos, abaixo apresentados.

1.2.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico contínuo e referente ao tema é entendido como modo de fundamentação teórico-metodológico e tem como o objetivo tomar conhecimento de outros trabalhos importantes realizados por geógrafos, economistas, historiadores,

sociólogos e agrônomos em teses, dissertações, artigos científicos e relatórios de pesquisa.

Definimos quatro eixos temáticos centrais que abordam as categorias, os conceitos geográficos e os processos que orientaram a pesquisa, para discussão do eixo 01 denominado “Pressupostos teóricos e metodológicos para a Geografia” apoiamo-nos nos trabalhos realizados por: M. Santos, R. L. Corrêa, M. L. Silveira, R. Haesbaert, E. S. Sposito e M. E. B. Sposito.

No segundo eixo chamado “Modernização agrícola, dinâmicas agroindustriais e novas relações campo-cidade” tomamos com referência os seguintes autores: M. Santos, D. Elias, J. G. da Silva, L. Mazzalli, G. C. Delgado, J. C. Suzuki, P. R. R. Alentejano, R. A. M. Hespanhol e G. J. Marafon.

Para o terceiro eixo denominado “Circuito espacial de produção, meio-técnico-científico-informacional e usos do território”, utilizamos os autores: M. Santos, M. L. Silveira, R. Castillo, S. Frederico, D. Elias, M. M. Arroyo, D. C. Bomtempo, M. F. V. Pereira e F. C. Nascimento Jr.

O quarto eixo é dedicado ao “Processo de modernização da cafeicultura brasileira e mineira e seus circuitos espaciais produtivos” e conta com os trabalhos realizados por S. Frederico, M. F. V. Pereira, M. A. P. Rollo, G. Reis, M. Barone, J. V. Coguetto, D. M. Coutinho, C. J. C. Bacha e D. Zylbersztain.

1.2.2 Levantamento e análise de dados secundários

A coleta de dados secundários referentes à produção cafeeira foi realizada em sites de órgãos de pesquisa estatais, instituições privadas e relatórios técnicos disponibilizados digitalmente por esses institutos.

Para dimensionarmos os indicadores da produção cafeeira do Brasil, de Minas Gerais e de Santo Antônio do Amparo, como valor da produção, quantidade produzida, destino da exportação, produtividade, área plantada, consumo interno dentre outros aspectos, utilizamos dados de instituições públicas como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), SEAPA (Secretaria de Estado de

Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais) e prefeitura municipal de Santo Antônio do Amparo.

As estatísticas e projeções de safra relacionadas à produção e comercialização do café em escala mundial, as informações sobre as principais empresas de comércio e torrefação, os balanços anuais de importação, exportação e reexportação de café foram consultadas em relatórios publicados pela ABIC (Associação Brasileira da Indústria de Café), OIC (Organização Internacional do Café) e pelo ITC (Internacional Trade Centre). Para análise de dados referentes à produção de café da Neumann Kaffee Gruppe e da NKG Fazendas Brasileiras Ltda. consultamos os sites oficiais do grupo empresarial.

Para coleta de dados referentes às variáveis elencadas para análise das relações campo-cidade no município de Santo Antônio do Amparo – MG, como população urbana e rural, produto interno bruto, economia municipal, indicadores sociais, comércio municipal e infraestrutura do campo e da cidade foram examinadas no site do IBGE e em trabalho de campo realizado na prefeitura municipal de Santo Antônio do Amparo.

Ressaltamos que para apresentação e análise dos dados quantitativos referentes à produção de café no Brasil, em Minas Gerais e Santo Antônio do Amparo mantivemos os recortes estaduais e regionais propostos pelos órgãos e agências responsáveis pelas pesquisas de produção agropecuária e cafeeira.

As informações e os dados pesquisados foram organizados em um banco de dados atualizado conforme os novos levantamentos referentes à safra de café dos anos de. As análises e seleção dos dados partiram do recorte temporal estabelecido e dos objetivos propostos na pesquisa, e sua interpretação fundamentou-se no referencial teórico-metodológico definido para a pesquisa.

Após a sistematização dos dados elaboramos gráficos, tabelas e mapas, os programas utilizados para representação gráfica e cartográfica foram Microsoft Excel e Quantum GIS.

1.2.3 Trabalho de campo

A pesquisa de campo constitui importante instrumento de análise e interpretação do espaço para o geógrafo. O objetivo principal dos nossos trabalhos de campo é caracterizar os elementos e agentes que constituem circuito espacial produtivo do café. Os recortes empíricos e analíticos dos trabalhos de campo foram estabelecidos conforme a distribuição territorial das etapas da produção de café da unidade produtiva pesquisada.

O trabalho de campo foi realizado primeiramente no município de Santo Antônio do Amparo com o levantamento dos dados secundários relativos à produção agropecuária municipal e aspectos econômicos gerais, caracterização geográfica da área de estudo e documentação fotográfica.

Utilizamos um banco de registros para organização e manejo dos dados, as fotografias, entrevistas e documentos catalogados e sistematizados para subsidiarem tabelas e mapas. Para a coleta de dados primários relacionados com a produção cafeeira amparense realizamos entrevistas na NKG Fazendas Brasileiras Ltda. e com um agricultor não capitalizado.

Ressaltamos que os elementos e objetivos das entrevistas são distintos (ver apêndice), respondendo aos questionamentos intrínsecos ao objetivo principal e aos questionamentos secundários da pesquisa.

Partindo desse pressuposto, propomos as seguintes questões que orientaram o roteiro inicial para o trabalho de campo: Como se caracteriza a produção cafeeira em Santo Antônio do Amparo no atual período técnico-científico-informacional? Quem são os agentes produtores do espaço agrícola e urbano em Santo Antônio do Amparo? Como eles utilizam os espaços agrícolas e urbanos em Santo Antônio do Amparo? Quais etapas dos circuitos espaciais produtivos do café se realizam no município? Como se estabelecem as relações campo-cidade em Santo Antônio do Amparo?

Procuramos articular os conceitos geográficos com o processo de elaboração, execução, interpretação e análise dos resultados dos trabalhos de campo para compreendermos as dinâmicas estabelecidas entre o campo e a cidade e os usos do território a partir da análise das etapas do circuito espacial produtivo do café que ocorrem no município.

Conforme Alentejano & Rocha-Leão:

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos. (2006, pág. 57)

Entendemos que a pesquisa de campo como ação de explicação e transformação, sua interpretação resulta de suas práticas sociais e do engajamento do sujeito no próprio objeto de observação (SUERTEGURAY, 2002). Concordando com a autora, não produzimos conhecimento para subsidiar processos, mas para compreender a transformação do espaço, desvendar suas contradições e criar uma nova consciência de mundo.

A exposição dessas problemáticas é fundamental para construção da metodologia, orientando os procedimentos metodológicos e evidenciando nossa preocupação com os resultados da pesquisa mediante os desafios que permeiam tanto as questões levantadas em seu percurso, quanto às possíveis respostas e interpretações dos resultados preliminares e finais.

1.5 Estruturação da dissertação

A dissertação estrutura-se em seis capítulos, na introdução apresentamos o método, as concepções teóricas que nortearam a pesquisa, bem como as variáveis e os procedimentos metodológicos desenvolvidos para análise dos objetivos do trabalho.

No segundo capítulo, buscamos relacionar como o meio técnico-científico-informacional e o processo de modernização agrícola redefinem as relações campo-cidade nas regiões agrícolas modernizadas.

No capítulo 3 intitulado “A produção cafeeira no meio técnico-científico-informacional em diferentes escalas geográficas”, caracterizamos e analisamos através de dados secundários, a produção e exportação de café em escala regional, nacional e global e destacamos a participação dos agentes hegemônicos na produção cafeeira nessas três escalas de análise.

O quarto capítulo é resultado da discussão central da pesquisa: como são as relações campo-cidade em Santo Antônio do Amparo no período técnico-científico-informacional? Apresentamos a caracterização geográfica da área de estudo e resultados das análises quantitativas e qualitativas referentes à produção agropecuária

municipal e como a cafeicultura influencia diretamente nas relações entre o campo e a cidade.

O capítulo 5 destina-se a caracterizar a configuração de dois circuitos espaciais produtivos de café em Santo Antônio do Amparo: o da NKG Fazendas Brasileiras Ltda. e de um produtor não capitalizado, com o objetivo de analisar quais etapas do circuito produtivo ocorrem no município e como diferentes agentes produtores do espaço usam o território no campo e na cidade. Por fim, as considerações finais e algumas questões para reflexão que partiram dos resultados finais apresentados na pesquisa.

2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: OS NOVOS USOS DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE

2.1 Os usos do território no período técnico-científico-informacional

Os sistemas de objetos funcionais aos sistemas de ações, que atuam em diversas escalas temporais e espaciais, reorganizam o espaço geográfico entendido por Santos (2005) como sinônimo de território usado. Fundamentamos o método e a metodologia da pesquisa em Santos & Silveira (2006), que analisam a constituição do território a partir de seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo suas complementaridades.

O território entendido como “[...] um conjunto sincrônico de divisões de trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho” (SILVEIRA, 2011, pág. 5), é considerado uma questão central na história humana e de todos os países, constituindo uma categoria central para os estudos de suas diversas etapas e da atualidade (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

O uso do território pode ser definido pela implantação de sistemas de engenharia no espaço, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade, como os movimentos populacionais, a distribuição geográfica da agropecuária, das indústrias e dos serviços e pelas normas jurídicas, civis, fiscais e financeiras que determinam o alcance e extensão da cidadania. Dessa forma o território usado é marcado, de um lado, pela fixidez e, de outro, pela fluidez material e imaterial (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

É justamente o dinamismo da economia, da política e da sociedade que exige e estabelece novas funções aos sistemas de objetos pré-existentes, criando também novos sistemas de engenharia. A cada período histórico o território é usado conforme o desenvolvimento das técnicas, da ciência e da informação associadas a divisões do trabalho mais complexas.

As transformações do território brasileiro podem ser entendidas através da periodização propostas por Santos & Silveira (2006), que apresentam uma sucessão de meios geográficos no Brasil, organizando de maneira geral sua formação territorial em três momentos: o meio natural, o meio técnico-científico e o meio técnico-científico-informacional.

Inicialmente o território brasileiro em sua totalidade se caracterizava pelos tempos lentos, as ações humanas eram comandadas pela natureza, que ditava o ritmo da produção agrícola voltada principalmente para subsistência, era o chamado meio natural. O desenvolvimento da produção capitalista no espaço geográfico, as novas divisões do trabalho geradas pela agropecuária, extração vegetal e mineral, manufatura e pela industrialização, integradas à urbanização e aos novos sistemas de objetos no território nacional, apontando para um novo período, o meio técnico-científico.

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo, é um meio geográfico onde o território inclui ciência, tecnologia e informação, é materialização geográfica da globalização (SANTOS, 2013). No período atual todos os lugares participam, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica global (ELIAS, 2003), o meio técnico-científico-informacional tende a ser universal, mas se manifesta de forma desigual e seletiva no território.

Para o desenvolvimento da produção capitalista, os sistemas de objetos que compõe o espaço são criados com intenção mercantil, dotados de informação e subordinados ao sistema hegemônico. No meio técnico-científico-informacional “[...] os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversas etapas da produção” (SANTOS, 2006, pág. 157).

Os acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são produto e condição para o desenvolvimento do trabalho material e intelectual (SANTOS & SILVEIRA, 2006) e estão na base de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, participando da criação de processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais), atendendo a demanda do mercado global (SANTOS, 2013).

Para Santos & Silveira (2006), o território é objeto de divisões do trabalho superpostas, cada atividade, cada empresa produz sua própria divisão do trabalho e uma lógica territorial diferenciada necessitando de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção, circulação e consumo.

O meio técnico-científico-informacional possibilitou o aumento da fluidez do território, propiciando a dispersão espacial da produção e, conseqüentemente, especializações e complementaridades regionais, resultando em trocas de toda natureza (ELIAS, 2003).

A necessidade de movimento cria condições para mais circulação de homens, produtos, mercadorias, dinheiro, informação e ordens, permitindo as trocas e relações entre regiões circunvizinhas e longínquas. O espaço é configurado por sistemas de objetos técnicos dotados de racionalidade e obedientes às ordens centralizadas e distantes, que permitem a realização de diferentes etapas do processo produtivo.

No atual período do conhecimento científico, o uso dos sistemas de engenharia e o acesso aos mais modernos meios de informação são privilégios de um número reduzido de atores hegemônicos. Esses sistemas de engenharia como pontes, portos, estradas, ferrovias, usinas hidrelétricas, possibilitam a operacionalização técnica de diversas etapas da produção, as redes de comunicação permitem o fluxo de produtos, capitais, informações e ordens, esses fixos são instalados de forma desigual no espaço se concentrando em determinados lugares, aumentando as diferenças regionais e fragmentando o território.

A informatização do território, a ciência e a tecnologia são os vetores fundamentais para realização da produção capitalista. O território ganha novos contornos, novas definições, torna-se anárquico, desigual, e o uso e a regulação dos sistemas de objetos no espaço são estabelecidos pelas empresas hegemônicas e pelo Estado.

A base da produção é universal e sua realização depende de um mercado global (SANTOS, 1988), o espaço nacional é regulado pelo Estado, mas sua ação atende aos interesses de empresas globais. Nesse contexto o imperativo das exportações e a lógica da competitividade aceleram a necessidade de adoção dos modelos da economia global (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

Cada empresa hegemônica age sobre uma parcela do território, que é objeto de ação de várias empresas (SANTOS, 2001), produzindo sua própria divisão do trabalho e uma lógica territorial diferenciada necessitando de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência, como dados da produção propriamente dita, da circulação e do consumo. Assim a cada etapa da produção constituem-se diferentes divisões do trabalho em escalas diversas, desde a local até a global.

Ressaltamos que uma empresa global tem por definição uma área de atuação que envolve diversas regiões, países e continentes (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

Conforme Corrêa

Na fase atual do capitalismo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas desempenham papel fundamental na organização espacial,

exercendo determinado controle sobre amplo e diferenciado território. Este controle constitui-se em um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção (pág. 115, 1992).

Para o autor, as grandes corporações se caracterizam pela ampla escala de operações, pela diversidade de atividades e pelas múltiplas localizações de unidades produtivas. Em cada ponto do espaço onde se instalam as unidades produtivas realizam-se diferentes etapas do processo produtivo. Intensificam-se as divisões do trabalho e se estabelece uma hierarquia entre os lugares destinados à realização da produção e os lugares de comando, ordem e de controle de capital.

De acordo com Castillo & Frederico

As diversas etapas do processo produtivo capitalista se tornaram cada vez mais dispersas no espaço, por outro lado estão cada vez mais articuladas pelas políticas das empresas, sobretudo as grandes, através da modernização e da expansão de redes técnicas de informação, portadoras de ordens, mensagens e capitais. (CASTILLO & FREDERICO, 2010, pág. 264).

O funcionamento de uma empresa hegemônica se caracteriza pela fragmentação, a produção se divide em diversas etapas, mas há uma unidade política de comando (SANTOS, 2001). A emergência das organizações e firmas realça o papel do Estado como regulador, oferecendo suporte e criando as condições para o desenvolvimento da produção capitalista no espaço.

O uso do território é determinado pela força de cada empresa hegemônica, quanto maior a dimensão espacial da empresa, mais capacidade para transformar em fluxos as massas produzidas (SANTOS, 2013). A dispersão geográfica em filiais, sedes, unidades de produção e centros de comercialização determina as atividades produtivas do lugar e institui uma nova divisão internacional do trabalho “[...] responsável por complexas redes de produção e circulação de capitais, pessoas, matérias-primas, informações e produtos industrializados” (CORRÊA, 1997, pág. 284).

As redes permitem o deslocamento da produção (fluxos materiais) e a fluidez de informações, ordens e de capital (fluxos imateriais), atravessando os territórios nacionais com diferentes graus de intensidade e de articulação. A superposição cada vez mais complexa, diferenciada e assimétrica dessas redes provoca um processo de desenvolvimento desigual e descontínuo, aumentando a diferenciação dos lugares com novas formas de hierarquização e fragmentação (ARROYO, 1999).

As redes, cada vez mais globais, se efetivam no território intensificando sua fragmentação, formando pontos ou nós no espaço. Conforme afirma Santos (1999), as

redes são também sociais e políticas em virtude das pessoas, valores, mensagens e informações que a frequentam. Para o autor, as redes são portadoras de informações, produtos, ideias, capital, mercadorias e sua função fundamental é assegurar as ligações, nos seus mais diversos aspectos, atingindo desde a escala local à escala global.

Num mesmo subespaço há superposição de redes de velocidade e densidade técnica, científica e informacional diferenciadas. As redes que se instalam no espaço são heterogêneas, se dispersam desigualmente no território e sua evolução acompanha o desenvolvimento do capitalismo e a modernização do território (SANTOS, 2008). Os atores hegemônicos se servem de todas as redes, regulando o uso do território, utilizando os sistemas de engenharia mais modernos e estabelecendo divisões do trabalho.

A velocidade e a racionalidade das redes globais presidem a divisão internacional do trabalho e determinam a natureza da cooperação (SANTOS, 1999), possibilitando novas formas de produção e gestão. A organização espacial no atual período permite a transmissão à distância de ordens longínquas e universais, que determinam as atividades produtivas no lugar.

O processo produtivo ocorre em diversas escalas geográficas, a dispersão espacial da produção e do consumo estreita as relações entre diferentes lugares, multiplicando a quantidade de fixo e fluxos, de matéria e informação pelo território (ELIAS, 2003). O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados entre si e dentro de uma lógica global (SANTOS, 1988), o imperativo dessa lógica age sobre diversos lugares, com intensidade e velocidades distintas, articulando dialeticamente o lugar e o mundo.

Com a localização das diversas etapas do processo produtivo pelo território, como a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, aumentam as relações entre os lugares, “[...] gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos” (SANTOS, 2013, pág. 121).

Concordamos com Santos & Silveira (2006) ao afirmarem que para entender o funcionamento do território é preciso captar o seu movimento, dessa forma a abordagem dos circuitos espaciais de produção e seus respectivos círculos de cooperação nos mostram o uso diferenciado do território pelas empresas, pelo Estado, pelos homens e

pelas instituições, permitindo compreender a hierarquia dos lugares desde a escala regional até a escala mundial.

Para Castillo & Frederico (2010), os conceitos de circuito espacial de produção e de círculos de cooperação são fundamentais para o entendimento da organização, regulação e do uso dos territórios. Conforme os autores, a noção do conceito de circuito espacial produtivo enfatiza a centralidade da circulação no encadeamento das diversas e atividades produtivas, a condição espacial e o enfoque na atividade produtiva dominante e, para sua compreensão, é necessário considerar todas as relações econômicas e técnicas envolvidas e as interações entre elas (ELIAS, 2003).

Os circuitos espaciais produtivos são definidos pela circulação de produtos isto é de matéria, apontando a maneira como os fluxos perpassam pelo território (SANTOS & SILVEIRA, 2006). Já os círculos de cooperação associam a esses fluxos de matéria, os fluxos não materiais como capital, mensagens, informação e ordens (SANTOS, 2013). A expansão dos circuitos espaciais produtivos no território torna mais complexa a gestão, a regulação e o ordenamento dos fluxos materiais e imateriais (CASTILLO & FREDERICO, 2010).

As empresas hegemônicas amparadas pelo Estado em nível Federal, Estadual e Municipal criam e organizam seus respectivos circuitos espaciais produtivos e seus círculos de cooperação, “[...] como uma forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital” (SANTOS, 2013, pág. 121). Dessa forma as grandes corporações são os agentes privilegiados na articulação entre os lugares (CASTILLO & FREDERICO, 2010), regulando os fluxos entre essas regiões.

No atual período, uma mesma área pode ser ponto de confluência e de realização de diversas etapas de diversos circuitos espaciais produtivos (SANTOS, 1988). Considerando o recorte espacial e temporal, cada lugar é alvo de sucessivas divisões do trabalho e organizado por uma rede de fluxos materiais e imateriais que constituem diversos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação. Por sua vez, as cidades são consideradas os pontos nodais, o lócus onde esses circuitos e círculos se encontram e se superpõe (SANTOS, 2013).

A realização da produção e a circulação de fluxos materiais e imateriais são dependentes de modernos sistemas de engenharia instalados no espaço, portanto, são necessários equipamentos técnicos modernos fixados no território, além de elementos

básicos como acesso à água, boa distribuição de energia elétrica, internet de qualidade e vias de transporte adequadas para facilitar a circulação da produção.

Nas regiões com melhor infraestrutura de transporte e comunicação, ocorre crescimento da quantidade de atividades produtivas, aumentando a dependência por circulação mais intensa, realizadas pelas redes que sobrepõe o espaço e pelos sistemas de engenharia distribuídos seletivamente no território.

O modo capitalista de produção acompanha o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, as grandes empresas adotam estratégias de gestão territorial que visam o aumento da produtividade e o lucro. Para viabilizar a produção capitalista no campo, o território é transformado, reorganizado e modernizado para atender as demandas globais, reforçando as desigualdades regionais e aumentando a fragmentação territorial.

2.2 Modernização agrícola no período técnico-científico-informacional: novas dinâmicas territoriais e novas relações entre o campo e a cidade

No espaço agrícola brasileiro a força das empresas hegemônicas, o domínio do grande latifúndio e os interesses políticos e econômicos do Estado entram em conflito com os pequenos produtores não capitalizados, as populações tradicionais, os trabalhadores rurais e os movimentos sociais do campo.

O modelo econômico neoliberal adotado pelo Estado Federal prioriza a exportação de matérias-primas, incentivando a produção de commodities, beneficiando os produtores mais capitalizados e grupos hegemônicos ligados à agropecuária, ao comércio e à indústria, aumentando as desigualdades sociais no campo.

Nas regiões agrícolas produtoras de commodities, a agropecuária transformou-se nas últimas décadas, através da intensificação do uso de técnicas que possibilitaram o aumento da produtividade, como a introdução de novas formas de uso e manejo do solo, o melhoramento genético de plantas, o uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, a mecanização da colheita e do beneficiamento da produção.

Os avanços científicos na base técnica da produção agropecuária se intensificaram no campo brasileiro a partir da década de 1970 e se consolidaram seletivamente pelo território nas décadas seguintes, com a inserção da ciência, da tecnologia e da informação no campo, constituindo uma nova etapa no processo de modernização agrícola que ocorre simultaneamente à difusão do meio técnico-científico-informacional pelo território brasileiro (SANTOS, 2013; SANTOS & SILVEIRA, 2006).

Nesse contexto, os investimentos em infraestrutura, pesquisa e tecnologia, reestruturação fundiária e industrialização do campo foram subsidiados pelo Estado, que participou ativamente da constituição desse processo, conforme interesses do mercado global.

Esse período se caracteriza pela reestruturação do processo de produção do café no Brasil, com a constituição de novas regiões produtoras, aumento dos investimentos em ciência e tecnologia, ampliação do crédito rural, criação de novas políticas públicas para o agronegócio, novas divisões territoriais e sociais do trabalho, mundialização do mercado de capitais e transformações no mercado internacional de café.

Para compreendermos as dinâmicas da produção cafeeira no atual período técnico-científico-informacional é necessário estabelecer a relação entre processos e variáveis históricas, sociais, políticas, econômicas e espaciais que viabilizaram as atuais formas de produção agropecuária e a organização do território.

No período atual, campo modernizado se caracteriza pela rápida difusão do capital, pelo uso de sistemas de engenharia modernizados, pela informatização do território e a constituição de cidades economicamente funcionais à produção agropecuária.

O recorte temporal apresentado relaciona-se com a proposta de periodização de Santos & Silveira (2006), que dividem a história da organização do território brasileiro em três grandes momentos, identificados como o “meio natural”, “os meios técnicos” e “o meio técnico-científico-informacional”.

Dessa forma, para analisarmos as transformações recentes da produção cafeeira brasileira e suas atuais configurações, estabelecemos um recorte temporal, tendo como ponto de partida a década de 1970, caracterizada por constituir os conjuntos de eventos que propiciaram a difusão da ciência, da tecnologia e da informação pelo território.

De acordo com Silva (1998), o termo modernização designa “[...] o processo de transformações na base técnica da produção agropecuária no pós-guerra a partir das importações de tratores e fertilizantes num esforço de aumentar a produtividade.” (SILVA, 1998, pág. 19). Concordamos com a perspectiva de Santos (1978), na qual a modernização compreende o impacto dos sistemas históricos sobre a organização e/ou reorganização do espaço, da sociedade e da economia.

Conforme Suzuki (2007), a modernização agrícola não pode ser entendida somente a partir de sua última fase, relacionada com a introdução do “pacote

tecnológico” da Revolução Verde e das novas demandas da economia urbano-industrial. O autor ressalta que esse processo vem acontecendo desde o momento em que o homem iniciou suas práticas de cultivo, introduzindo ingredientes técnicos na produção agrícola, bem como alterações nas relações de submissão do trabalho.

Procuramos compreender o processo de modernização agrícola como um movimento de reelaboração das bases técnicas de produção, bem como das relações de trabalho, caracterizado pela absolutização da propriedade privada e da produção da cidade capitalista, atingindo no mesmo período o campo e a cidade (SUZUKI, 2007).

Entendemos que as transformações econômicas, sociais, políticas e territoriais durante o pós-guerra, relacionadas com os avanços da ciência, o desenvolvimento de novas tecnologias e a velocidade das informações, formam um conjunto de variáveis que possibilitaram a aceleração do processo de modernização da produção no campo e na cidade em um determinado período histórico.

O processo de urbanização, o crescimento populacional, o desenvolvimento da produção industrial, as novas relações espaciais associadas ao consumo, a demanda por matérias-primas e o contexto econômico, social e político global interferiram diretamente na produção agrícola, resultando na inserção de inovações técnicas e conhecimentos no/para o campo visando o aumento da produtividade.

De acordo com Silva (1998), após a década de 1960 ocorreu crescente integração da agricultura no sistema capitalista de produção industrial, caracterizada por acentuadas mudanças tecnológicas na produção agrícola. Para o autor, esse processo passou por três momentos decisivos: a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs), a industrialização da agropecuária e a integração de capitais intersetoriais sob comando do capital financeiro. Nesse contexto, o desenvolvimento da agricultura brasileira passa a depender da dinâmica da indústria, que comanda o direcionamento, as formas e o ritmo das transformações na base técnica agrícola.

No período técnico-científico-informacional um dos principais signos da modernização da agropecuária, é a sua crescente interdependência com o desenvolvimento da economia, mantendo relações diretas com os outros setores econômicos e permitindo o processo contínuo de fusão com capitais dos outros setores (ELIAS, 1996). A racionalidade industrial insere-se na produção do campo, instituindo novas divisões do trabalho e direcionando a produção para atender às demandas da economia urbana e industrial.

Silva (1998) ressalta que a ação do Estado promoveu a modernização da agropecuária, integrando-a ao novo circuito produtivo liderado pelas indústrias de insumos e processamento de matérias-primas, reestruturando a produção agropecuária nacional e instituindo um novo padrão de desenvolvimento agropecuário.

O Estado participa ativamente desse processo financiando a criação de novos sistemas de engenharia e novos sistemas de movimento (SANTOS & SILVEIRA, 2006), que permitem maior circulação da produção, de matérias-primas e capitais, possibilitando a racionalidade das etapas da produção e o maior fluxo de informações entre os locais de produção, comercialização e consumo.

De acordo com Delgado (2012), o papel diretor da política social e econômica do Estado nesse processo é indissociável de outros processos contemporâneos, como a centralização política do Estado, a construção do mercado interno, a industrialização substitutiva de importações etc.

Essas políticas estimulavam a adoção dos pacotes tecnológicos da “Revolução Verde” e incentivavam “[...] um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com mecanismos de seguro de preço e seguro do crédito à produção. (DELGADO, 2012, pág. 13)

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural institucionalizado em 1965, através da Lei nº 4.829, de 05 de novembro daquele ano, é considerada um dos principais instrumentos públicos que contribuíram para a aceleração do processo de modernização agrícola.

Entretanto, as políticas públicas agrícolas foram orientadas de acordo com os interesses dos grupos hegemônicos, em particular da indústria e dos bancos, conforme Silva (1981). Os principais beneficiários desse sistema de crédito foram os grandes empresários e proprietários de terras, reforçando as relações e os interesses entre a indústria, os bancos, os latifundiários e o Estado.

As ações públicas voltadas para a geração de pesquisa e tecnologias aplicadas à agropecuária permitiram a aproximação entre seu processo produtivo e o funcionamento da indústria, reorganizando sua base produtiva visando o crescimento da produção e a acumulação de capital. De acordo com Elias

[...] uma das principais orientações do progresso tecnológico na agricultura teve como intuito a geração de insumos artificiais, produzidos em escala industrial e capazes de substituir parte dos insumos naturais, e, assim, ter um maior controle sobre o ciclo biológico das plantas e dos animais, tornando-o um pouco menos vulnerável às forças da natureza e, em consequência, capaz

de responder mais positivamente às novas formas de produção, distribuição e consumo. (ELIAS, 2005, pág. 4477)

Conforme a autora, a pesquisa tecnológica e a aplicação de procedimentos técnicos e científicos na agropecuária aperfeiçoaram e expandiram o processo produtivo, reestruturando a base técnica empregada nas diversas etapas da produção agrícola, abrindo possibilidades para a realização da mais-valia mundializada, através da fusão de capitais com os outros setores econômicos. (ELIAS, 2005).

De acordo com Delgado (1984), a política tecnológica para o setor rural estabeleceu-se por intermédio das agências estatais de geração e difusão de tecnologia agropecuária e com criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, em 1973, o Governo Federal aumentou os investimentos e organizou o sistema de pesquisa agropecuária em escala nacional.

As tecnologias e inovações científicas geradas pela EMBRAPA eram ligadas à seleção e melhoramento genético de plantas e animais, uso e ocupação de solo, época de plantio, tratamentos culturais, técnicas de manejo de animais, implantação de máquinas na produção, dentre outros, proporcionando o aumento da produção e da produtividade agrícola no campo modernizado.

As políticas de Estado e os investimentos em institutos de pesquisa, escolas de agronomia, universidades e extensão rural, tornaram viável a difusão da ciência e da tecnologia no campo brasileiro. Segundo Nascimento Junior (2010), as pesquisas científicas tinham como objetivo tornar a produção agropecuária tecnicamente eficiente e economicamente rentável, priorizando os produtos voltados para exportação e para o agronegócio.

Conforme Elias (1996), a desigualdade da difusão das inovações tecnológicas constituiu um espaço seletivo, caracterizado pela forte concentração territorial, Delgado (2012) afirma que o caráter heterogêneo da agricultura brasileira do ponto de vista técnico, social e regional foi preservado. Para o autor, o processo de modernização possui caráter conservador, priorizando a inserção das técnicas de produção industrial nas culturas de exportação, beneficiando as oligarquias rurais ligadas às grandes propriedades e ao capital hegemônico.

As políticas agrícolas favoreceram determinados produtos como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar, café, frutas e os grandes frigoríficos, beneficiando os produtores mais capitalizados, evitando medidas de equidade social no campo como a reforma agrária e a valorização da produção familiar, garantindo o domínio do meio

rural brasileiro pelo grande capital e pela grande propriedade fundiária (ALENTEJANO, 2003), beneficiada por programas e projetos especiais e apoiada por estruturas de defesa fiscal e financeira do setor rural (DELGADO, 2012).

A organização da produção no campo torna-se funcional às normas do mercado, com as grandes multinacionais e o Estado garantindo controle da produção agropecuária e regulando o uso do território, estabelecendo circuitos produtivos no espaço. As transformações econômicas, políticas e sociais das décadas seguintes reestruturaram a produção agropecuária brasileira, constituindo novas realidades e dinâmicas no campo.

Durante as décadas seguintes diversos processos políticos e econômicos reorganizaram o desenvolvimento da produção agropecuária brasileira, redefinindo o uso do território e aumentando as desigualdades regionais. No início da década de 1980, o Estado reduziu os investimentos no setor agropecuário, com diminuição dos créditos para investimentos, comercialização e custeio de safra (DELGADO, 1984).

Para o setor agropecuário, o final da década de 1980 e início de 1990 caracterizaram-se pelos cortes nos investimentos Estatais e pela extinção de órgãos federais de assistência técnica e extensão rural como o IBC (Instituto Brasileiro do Café), o SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural) e a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Para Elias (1996), a difusão das inovações técnicas e distribuição de crédito rural deram-se de maneira não uniforme, promovendo um desenvolvimento rural cada vez mais desigual e combinado no país, dessa forma, as regiões, as culturas e os produtores excluídos desse processo exercem papéis periféricos na organização da produção agrícola nacional.

A descentralização industrial, o crescimento econômico das cidades médias e pequenas, a adoção do modelo de desenvolvimento neoliberal, a regulação dos circuitos produtivos pelas empresas hegemônicas e os novos papéis do Estado e suas articulações políticas são alguns dos fatores que determinaram a reestruturação da produção no campo nas últimas décadas.

A partir da década de 2000 o Estado priorizou e aumentou os investimentos nos setores primários exportadores como mineração e a agropecuária, investindo em produtividade e qualidade da produção, atendendo às exigências do mercado e tornando a produção brasileira mais competitiva no exterior. O Estado reestruturou o setor

agropecuário, criando novas políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio em grande escala.

No atual período ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres do campo modernizado, entendido como “[...] o lugar das novas monoculturas e das novas associações produtivas, ancoradas na ciência e na técnica e dependentes de uma informação sem a qual nenhum trabalho rentável é possível” (SANTOS, 2006, pág. 208).

Para Delgado (2012), as iniciativas estatais para o setor, como os investimentos em infraestrutura territorial; a criação de vias de transporte e corredores comerciais para o agronegócio; a integração entre os sistemas públicos de pesquisa agropecuária e as empresas multinacionais do agronegócio e o maior acesso ao crédito agrícola, promoveram o aumento da produção de *commodities* agrícolas no país e o aumento das exportações.

Um dos resultados da revolução tecnológica, científica e informacional da produção agropecuária, é a consolidação do Brasil na última década como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de *commodities* agrícolas. O país figura no ranking entre os grandes produtores mundiais de soja, milho, laranja, café, algodão, açúcar, celulose e carne bovina, suína e de aves, competindo diretamente e comercializando os produtos com países como China, Estados Unidos, Argentina, Índia, Países da União Europeia, Japão, Austrália, Oriente Médio e Rússia.

De acordo com Pereira (2010), as políticas agrícolas voltadas para a produção de *commodities* e as ações dos grupos hegemônicos estrangeiros nas atividades agrícolas modernas aumentaram a participação brasileira no mercado internacional, reafirmando a posição do Brasil como país agroexportador na atual divisão internacional do trabalho. O autor ainda ressalta que,

O agronegócio de exportação, da forma como é hoje praticado no Brasil, exemplifica o caráter subordinado da participação do país na divisão internacional do trabalho. Ainda que em termos de geração de divisas a exportação da produção industrial ultrapasse a agrícola, as exportações do campo brasileiro compõem neste início de século parte importante de nossa participação no mercado externo. (PEREIRA, 2010, pág. 351)

As empresas hegemônicas monopolizam e controlam a produção de *commodities* agrícolas, distribuindo-se de forma multilocalizada pelo território através de filiais, franquias, unidades de produção e comercialização e subsidiárias, envolvendo diferentes

lugares durante o processo produtivo e estabelecendo novas divisões territoriais do trabalho.

Criam-se diversos circuitos espaciais produtivos com escalas e densidade técnica-informacional diferenciadas, articulando-se em círculos de cooperação que viabilizam a circulação de fluxos, ordens, normas e capitais, permitindo usos diferenciados e seletivos do território pelas multinacionais.

De acordo com Santos (2004), a divisão internacional do trabalho cria uma hierarquia entre os lugares, ampliando o intercâmbio entre pontos longínquos no território e redefinindo a capacidade de agir de instituições, firmas e pessoas.

Conforme Pereira (2010), a noção de divisão internacional do trabalho corresponde às funções produtivas exercidas por cada Estado no mercado internacional e está diretamente conectada às divisões do trabalho que se realizam no interior do território desses países. O autor afirma que:

Do mesmo modo como a importância de cada agente produtivo é muito diferenciada no interior das formações sócio-espaciais, cada Estado-nacional também acolhe diferentes funções e trabalhos no sistema internacional da produção e das trocas, produzindo, a partir do empenho de diferentes recursos, feições territoriais bastante desiguais tanto quando tomamos como exemplo a configuração do espaço no interior de um território nacional (as diferenças regionais, por exemplo) ou quando comparamos a formação territorial de diferentes Estados nacionais (PEREIRA, 2010, pág. 348)

Cada empresa, cada ramo da produção necessita de pontos que constituem a base territorial produtiva, como dados da circulação e do consumo, estabelecendo divisões do trabalho superpostas em escalas local, nacional e global (SANTOS & SILVEIRA, 2006).

No atual período, o aprofundamento da divisão do trabalho atribui formas mais modernas e eficazes de cooperação e de controle à escala do mundo, onde é essencial a papel dos sistemas de engenharia que asseguram a fluidez da produção, de informação e capital e maior regulação dos processos produtivos pelo mercado global.

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas. Estas são a base da ampliação do modelo de cooperação e, portanto, da divisão social e territorial do trabalho, e este alargamento do contexto conduz a um novo aprofundamento do contexto, levando, também, as áreas correspondentes a um processo de racionalização cada vez mais

intenso e com tendência a se instalar em todos os aspectos da vida (SANTOS, 2006, pág. 206-207).

Todas as etapas da produção agropecuária moderna são aparelhadas, padronizadas e organizadas espacialmente conforme as ações deliberadas pelas empresas multinacionais que controlam o mercado global de produtos agropecuários. Santos (2008) ressalta que as técnicas utilizadas a serviço da produção, da armazenagem, do transporte, das transformações dos produtos e sua distribuição no mercado, respondem ao modelo econômico capitalista e são calcadas em objetivos pragmáticos, produzindo nexos estranhos à sociedade local.

O aprofundamento da divisão territorial do trabalho leva a mais circulação e movimento criando novas especializações no território (SANTOS, 2013), aumentando as necessidades de intercâmbio entre regiões distantes e a capacidade de transferir em tempo reduzido os produtos, as ordens e os capitais. Dessa forma no período atual, as especializações produtivas são solidárias no nível mundial e tornam os lugares especializados no campo e na cidade (SANTOS, 2006).

2.3 As relações campo-cidade no período técnico-científico informacional

No atual período, o espaço agrícola torna-se marcado pelo forte conteúdo de técnica, informação e capital (MARAFON, 2014), integrando o desenvolvimento da agropecuária modernizada aos circuitos da economia urbana. As cidades tornam-se responsáveis por atender as crescentes demandas por novos produtos e serviços, dos híbridos à mão-de-obra especializada (ELIAS, 2003), estabelecendo novas relações entre o campo e cidade, baseadas na complementaridade e na dependência entre esses dois recortes espaciais (MARAFON, 2014).

Estabelecem-se novos fluxos e complementaridades entre o campo e cidade, permitindo a maior circulação de produção, pessoas e capitais, resultando em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas, culturais e territoriais. A produção no campo é reestruturada, conferindo uma série de atividades que se integram ao agronegócio de forma diferenciada.

Marafon (2014) ressalta que além da produção agropecuária e industrial existem outras atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade, como serviços relacionados ao comércio, ao lazer e ao turismo.

Segundo o autor, o campo se caracteriza pela diversidade de sujeitos sociais como grandes proprietários, empresários ligados ao agronegócio, produtores não capitalizados assalariados, trabalhadores volantes e trabalhadores sem-terra, materializando no espaço uma grande diversidade de objetos, elementos e variáveis que fragmentam e reorganizam o território.

Com o processo de modernização agrícola, o consumo produtivo ampliou-se pelo campo modernizado, representando uma parcela importante nas trocas e relações entre os lugares da produção agropecuária e as localidades urbanas (SANTOS, 2009). As cidades são os centros de gestão da agropecuária moderna e globalizada, concentrando diversas etapas da produção, intensificando o setor de serviços destinados à produção agropecuária e dinamizando a economia urbana e rural (ELIAS, 2013).

Nas áreas que participam de forma mais complexa do processo de modernização agrícola, amplia-se e configura-se o consumo produtivo no campo moderno, adaptando as cidades próximas conforme sua demanda e suprindo as necessidades de cada produto agropecuário em cada etapa do processo produtivo (ELIAS, 2003), tornando os fatores de coesão entre o campo e cidade mais intensos e numerosos (SANTOS, 2006).

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, adubos, insumos, conhecimentos, crédito e administração pública (SANTOS, 2013), as cidades respondem às necessidades da produção agropecuária moderna concentrando os serviços especializados, as ordens e as ações e fornecendo a mão-de-obra para a produção no campo, diversificando as relações e complementaridades entre o campo e a cidade.

A cidade tornou-se o *locus* da regulação do que se faz no campo, assegurando as novas formas de cooperação impostas pela divisão do trabalho agrícola. A modernização da produção agropecuária mudou o conteúdo das cidades do Brasil agrícola, a cidade das personalidades notáveis, do padre, do contador, da professora primária, do médico da família, do fazendeiro cedeu lugar à cidade econômica, onde os notáveis são os técnicos, os agrônomos, os veterinários, os empresários agrícolas, os administradores, os representantes comerciais, dos pesquisadores e dos engenheiros (SANTOS, 2009).

Essas cidades funcionais ao agronegócio centralizam sistemas de objetos que viabilizam a produção agropecuária, como lojas de insumos agropecuários, bancos, institutos de pesquisa e assistência técnica, laboratórios de biotecnologia,

agroindústrias, filiais de multinacionais, empresas prestadoras de serviços agropecuários e redes de transportes, comunicação e informação.

A cidade reflete o caráter conservador e seletivo da modernização agropecuária ao revelar no território as consequências das desigualdades sociais existentes no campo como a migração de trabalhadores rurais subempregados e/ou desempregados para as cidades, a formação de exércitos de reservas de trabalhadores residentes na cidade para a época de colheita no campo e a migração de trabalhadores rurais temporários de regiões longínquas para as regiões produtoras.

Santos (2013) destaca que o campo modernizado se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de sistemas de objetos que o forma, nessas regiões agrícolas modernas os sistemas de engenharia constituem eficientes infraestruturas cuja função é permitir o escoamento da produção e circulação de mercadorias, pessoas e ordens durante as diversas etapas do circuito produtivo, interligando as regiões produtoras aos centros de comercialização e consumo.

A difusão da ciência e da tecnologia na produção agropecuária e a ampliação da circulação e da velocidade de informações permitem relações mais intensas entre o campo e a cidade, entre as cidades vizinhas, entre as cidades mais distantes e entre cidades de diferentes pontos do território nacional e cidades do exterior.

A agropecuária moderna se realiza no território pelos seus *belts* e *spots*, mas a sua relação com o mundo e com as outras regiões do país ocorre por meio de redes informatizadas que interligam os pontos luminosos no espaço. Nesses territórios globalizados as cidades médias e pequenas são o pólo indispensável do comando técnico e político local da produção agropecuária, regulando a divisão do trabalho agrícola e intensificando as complementaridades e desigualdades entre as regiões (SANTOS. 2001).

Conforme Santos (2013), as cidades que regulam a produção agropecuária oferecem mão-de-obra diversificada e especializada, infraestrutura funcional ao agronegócio e serviços necessários à produção agroindustrial, são as chamadas de cidades do campo, ou seja, são cidades localizadas nas regiões agrícolas modernas e que apresentam dinâmicas territoriais organizadas para o desenvolvimento do agronegócio.

Partindo dessa conceituação proposta por Santos (2001; 2013), Elias & Pequeno (2007) estabelecem o conceito de cidades do agronegócio, que se caracterizam pela hegemonia das funções e atividade econômicas relacionadas ao agronegócio

globalizado, concentrando todas as formas de cooperação necessárias para viabilização da produção agroindustrial, realizando diversas etapas do processo produtivo.

Esta noção deve ser vista como a materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, cujas funções principais associam-se às crescentes demandas de novos produtos e serviços especializados, o que promove o crescimento do tamanho e do número das cidades no Brasil agrícola moderno, onde se processa a reestruturação produtiva da agropecuária. (ELIAS & PEQUENO, 2007, pág. 26)

O desenvolvimento das cidades do agronegócio relaciona-se com as atividades agrícolas e agroindustriais circundantes (ELIAS & PEQUENO, 2007), essas cidades polarizam um amplo espaço agrário, tornando-se o centro urbano de gestão local e regional do agronegócio globalizado, organizando esse espaço (ELIAS, 2011) e criando uma hierarquia entres os lugares.

Nesse contexto, nas regiões agrícolas modernas a paisagem rural é marcada por novos sistemas de objetos técnicos funcionais ao capital hegemônico que regula a produção agrícola. O meio técnico-científico-informacional cria um mundo rural sem mistério, onde cada gesto, cada ação, cada transformação e cada resultado devem ser calculados para garantir crescimento da produtividade e da rentabilidade. (SANTOS, 2008).

A ciência, a tecnologia e a informação transformam o processo de produção no campo, inserindo o uso de sementes selecionadas, desenvolvendo pesquisas genéticas para melhoramento de espécies animais e vegetais e utilizando modernos maquinários agrícolas e insumos agroquímicos, recursos básicos para manutenção da produção agropecuária no campo moderno. Constituem-se novas relações de trabalho, ampliam-se os fluxos entre a cidade e o campo, que acolhe com rapidez as tecnologias desenvolvidas para assegurar a realização do modo capitalista de produção no campo.

O processo de modernização da agropecuária difundiu-se desigualmente pelo território, caracterizando-se pela seletividade espacial e por investimentos direcionados conforme o produto, sua aceitação no mercado e o destino da produção, conferindo assim dinâmicas territoriais particulares acentuando as diferenças regionais e ampliando os circuitos espaciais de produção.

3 PRODUÇÃO CAFEIRA NO ATUAL PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL EM DIFERENTES ESCALAS GEOGRÁFICAS

3.1 Principais produtores, exportadores e consumidores de café mundiais

O café é originário da África Tropical e de ilhas do Oceano Índico, como Madagascar, pertence à família Rubiaceae, que inclui cerca de 500 gêneros e mais de 6.000 espécies, como o *Coffea arabica* (café Arábica) e o *Coffea canephora* (café Robusta ou Connilon), as mais importantes do ponto de vista econômico (ICO, 2014).

A espécie Arábica desenvolve-se em regiões com altitude média entre 1.000 e 2.000 m, com temperatura média anual entre 15° e 24° C e pluviosidade entre 1.500 e 2.000 mm. O café Robusta por sua vez adapta-se em altitudes relativamente mais baixas (< 700 m), com temperaturas médias anuais mais altas (24° a 30°C) e pluviosidade mais intensa (2.000 e 3.000 mm).

A espécie Arábica caracteriza-se pela produção de cafés de qualidade superior, mais finos, com aroma intenso, apresentando diversos sabores e mais acidez, representando cerca de 60% da produção total dos países exportadores membros da (OIC) (Tabela 1). Já a espécie Robusta, produz um café com acidez mais baixa e é utilizado principalmente pelas indústrias de cafés solúveis (ORMOND et. al., 1999).

Tabela 1: Produção total de café arábica e robusta dos países exportadores, mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.

Espécies e variedades	2011	2012	2013	2014
1 – Café Arábica	82.007	88.264	87.116	84.638
Colombianos Suaves	8.720	11.523	13.488	14.020
Outros Cafés Suaves	31.965	28.828	26.891	27.131
Café Brasileiro	41.322	47.913	46.737	43.488
2 - Café Robusta	54.576	59.298	59.630	57.212
Total	136.583	147.562	146.745	141.850

Fonte: International Coffee Organization (IOC) Org: GOMES, L.C.

Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015.

Atualmente, a produção de café em escala mundial articula todos os agentes envolvidos nas diversas etapas da produção, do beneficiamento, da comercialização e do consumo, gerando milhões de empregos diretos e indiretos, representando importante percentual no Produto Interno Bruto (PIB) e nas exportações dos países produtores, constituindo o segundo mercado de commodities internacionais, perdendo em valores apenas para petróleo (ICO, 2014).

A produção mundial de café distribui-se desigualmente pelos continentes (Tabela 2). No ano de 2014, a América do Sul concentrava aproximadamente 44% da produção, o continente Asiático era o segundo maior produtor, com 31%, seguido pelo México e América Central e pelos países Africanos, com 13% e 12% da produção mundial cafeeira, respectivamente.

Tabela 2: Produção total das principais regiões produtoras e exportadoras mundiais de café arábica e robusta, mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.

Região	2011	2012	2013	2014
África	16.070	16.702	16.108	16.860
México e América Central	20.194	18.381	16.661	17.963
Ásia e Oceania	41.918	45.355	46.744	44.334
América do Sul	58.401	67.125	67.233	62.693
Total	136.583	147.562	146.745	141.850

Fonte: International Coffee Organization (IOC) Org: GOMES, L.C.

Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015

O café é considerado como uma *commodity* tropical (FREDERICO, 2013), ou seja, é produzido exclusivamente em regiões de baixa latitude e com clima tropical, localizadas nos países da Ásia, África, América do Sul e Central, sendo comercializado e consumido majoritariamente nos países desenvolvidos, refletindo a histórica relação de exploração imposta por países europeus e Estados Unidos aos países economicamente subdesenvolvidos.

Historicamente, o maior produtor e exportador de café mundial é o Brasil, porém sua participação percentual no mercado mundial decresceu nas últimas décadas devido à forte concorrência do café vietnamita e colombiano, considerados de alta qualidade e boa aceitação no mercado, e às transformações políticas e econômicas neoliberais que transformaram o mercado cafeeiro internacional, como o processo de financeirização da economia, o controle do mercado pelos agentes hegemônicos e o aumento da competitividade.

Os resultados das análises estatísticas referentes à produção cafeeira mundial na safra 2014/2015 demonstram a hegemonia da produção brasileira no mercado internacional, sendo sua produção correspondente a 32,16% do total mundial (Tabela 3 4) quase o dobro da produção vietnamita (18,44%). Os outros países de destaque na produção mundial são Indonésia, Colômbia e Etiópia com 8,58%, 6,38% e 4,26% da produção respectivamente.

Tabela 3 Ranking dos principais países membros da OIC produtores de café (arábica e robusta), produção em mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.

Países	2011		2012		2013		2014	
	Mil sc	%	Mil sc	%	Mil sc	%	Mil sc	%
Brasil	43.484	32,94	50.826	35,05	49.152	33,85	45.346	32,16
Vietnã	22.289	16,88	22.030	15,19	27.500	18,94	26.000	18,44
Indonésia	7.288	5,52	13.048	9,00	11.667	8,04	12.100	8,58
Colômbia	7.652	5,80	10.415	7,18	11.000	7,58	9.000	6,38
Etiópia	6.798	5,15	6.233	4,30	6.600	4,55	6.000	4,26
Índia	5.117	3,88	5.303	3,66	5.075	3,50	5.000	3,55
Peru	5.373	4,07	4.453	3,07	4.334	2,98	4.200	2,98
Honduras	5.903	4,47	4.537	3,13	4.200	2,89	4.000	2,84
México	4.563	3,46	4.327	2,98	3.900	2,69	3.500	2,48
Uganda	2.817	2,13	3.698	2,55	3.600	2,48	3.500	2,48
Guatemala	3.840	2,91	3.743	2,58	3.130	2,16	3.000	2,13
Costa do Marfim	1.886	1,43	2.046	1,41	2.100	1,45	2.000	1,42
Nicarágua	2.193	1,66	1.884	1,30	1.500	1,03	1.400	0,99
Costa Rica	1.462	1,11	1.571	1,08	1.437	0,99	1.350	0,96
El Salvador	1.152	0,87	1.360	0,94	844	0,58	800	0,57
Outros países	10.194	7,72	9.529	6,57	9.163	6,31	13.804	9,79
TOTAL	132.011	100,00	145.003	100,00	145.202	100,00	141.850	100,00

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Países como Brasil (32,88%), Vietnã (22,38%), Indonésia (9,80%), Colômbia (4,59%) e Índia (4,07%) também lideram o ranking de exportadores de café no ano de 2014. Nesses países, a centralização da produção em determinadas regiões que se especializaram na cafeicultura voltada para exportação, cria novos e complexos circuitos espaciais de produção extravertidos pelo território.

O crescimento das exportações brasileiras nos últimos anos (Tabela 4) reflete o aumento da produção, da produtividade e do consumo do café nacional no exterior. A década de 2000 se caracterizou pela consolidação da cafeicultura científica globalizada nas regiões competitivas e pela combinação das políticas neoliberais e da lógica financeira, resultando no aumento da produção e das exportações de produtos primários básicos, como o café (FREDERICO, 2013).

Tabela 4: Ranking dos principais países membros da OIC exportadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2011 a 2014.

Países	2011		2012		2013		2014	
	Mil sc	%	Mil sc	%	Mil sc	%	Mil sc	%
Brasil	33.610	32,14	28.735	25,93	32.010	29,41	36.735	32,88
Vietnã	17.675	16,90	25.475	22,99	18.397	16,90	25.000	22,38
Indonésia	6.159	5,89	10.720	9,67	10.897	10,01	10.954	9,80
Colômbia	7.734	7,40	7.170	6,47	9.676	8,89	5.131	4,59
Índia	5.840	5,58	5.288	4,77	5.390	4,95	4.548	4,07
Honduras	3.947	3,77	5.508	4,97	4.185	3,84	4.261	3,81
Peru	4.697	4,49	4.310	3,89	3.857	3,54	3.442	3,08
Uganda	3.142	3,00	2.685	2,42	3.672	3,37	3.137	2,81
Guatemala	3.697	3,54	3.750	3,38	3.589	3,30	3.045	2,73
México	2.907	2,78	3.556	3,21	3.132	2,88	2.891	2,59
Etiópia	2.675	2,56	3.203	2,89	2.870	2,64	2.448	2,19
Costa do Marfim	772	0,74	1.712	1,54	1.942	1,78	1.900	1,70
Nicarágua	1.468	1,40	1.987	1,79	1.651	1,52	1.567	1,40
Costa Rica	1.243	1,19	1.374	1,24	1.344	1,23	1.212	1,08
El Salvador	1.826	1,75	1.044	0,94	1.103	1,01	430	0,38
Outros países	7.181	6,87	4.312	3,89	5.136	4,72	5.027	4,50
TOTAL	104.573	100,00	110.829	100,00	108.851	100,00	111.728	100,00

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014. Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Uma das características do mercado internacional do café no período técnico-científico-informacional são os movimentos de reexportação, ou seja, cafés comercializados mundialmente por países não-produtores e importadores como a Alemanha, Bélgica, França, Suíça e Estados Unidos. As reexportações de café (verde, torrado, moído e solúvel) aumentaram nos últimos anos, sendo os países da União Europeia responsáveis por aproximadamente 86% das reexportações no ano de 2014 (Tabela 5). A Alemanha consolidou-se desde a década de 1990 como o principal país reexportador de café da União Europeia (UE), sendo responsável por aproximadamente 40% das reexportações da UE e 34% do mercado mundial de reexportação em 2013.

Essa dinâmica comercial do mercado cafeeiro é facilitada pelas zonas de livre comércio desse produto. Ela se caracteriza por apresentar um reduzido número de reexportadores, que exigem um café de alta qualidade para comercialização, para Ormond et. al. (1999), essa prática cria barreiras comerciais, dificultando a conquista de novos mercados e a reconquista de mercados perdidos pelos países produtores.

Tabela 5: Principais países membros da OIC reexportadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2010 a 2013.

Países	2010	2011	2012	2013
União Européia	28.930	29.752	30.833	30.609
Estados Unidos	3.191	3.728	3.384	3.248
Suíça	1.313	1414	1425	1547
Japão	143	80	71	92
Turquia	16	23	43	53
Noruega	14	10	12	18
Tunísia	3	13	18	10
Total	33.609	35.020	35.785	35.575

Fonte: International Coffee Organization - IOC, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015

Os países desenvolvidos constituem o principal mercado importador e consumidor de café verde, solúvel, torrado e moído. O maior importador de café são os Estados Unidos, historicamente o principal mercado consumidor de café mundial, responsável por cerca de 25% das importações de café no ano de 2013 (Tabela 6), sendo seguido pela Alemanha (18%), Itália (8%), Japão (8%), França (7%), Espanha (5%) e Bélgica (4%).

Tabela 6: Principais países membros da OIC importadores de café (arábica e robusta), em mil sacas de 60 Kg, 2010 a 2013.

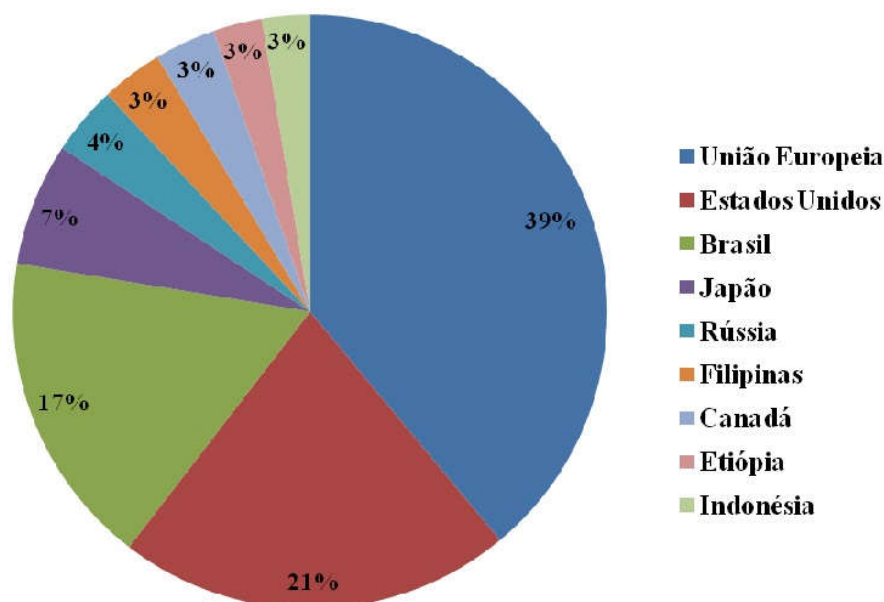
Países	2010	2011	2012	2013
União Européia	68.824	70.236	72.263	72.246
Estados Unidos	24.378	26.093	26.056	27.016
Japão	7.407	7.544	7.025	8.381
Suíça	2.318	2.498	2.478	2.667
Noruega	759	795	735	781
Turquia	625	656	723	842
Tunísia	304	429	439	439
Total	105.616	108.251	109.720	112.372

Fonte: International Coffee Organization – IOC, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015

O principal mercado consumidor de café são os Estados Unidos (21%), seguido pelo mercado brasileiro que representou aproximadamente 17% do consumo mundial em 2013. O Brasil representa o maior consumidor entre os países produtores e exportadores membros da OIC, que juntamente com os países membros da União

Europeia (39%), o Japão (7%) e Rússia (4%) correspondem ao grupo dos maiores consumidores de café mundial (Gráfico 1).

Gráfico 1: Participação percentual dos principais países consumidores de café em 2013



Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA – MG, 2015 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Abril de 2015

Os dados apresentados referentes à produção, exportação, importação, reexportação e consumo evidenciam a hipótese da existência de uma posição subordinada dos países produtores de café, como, por exemplo, o Brasil, em relação aos países consumidores como Alemanha, Estados Unidos, Japão e França na divisão internacional do trabalho (PEREIRA, 2010).

Os principais países consumidores controlam e regulam a produção mundial de café, nesses territórios onde o meio técnico-científico-informacional alcançou seu estágio mais avançado encontra-se um mercado consumidor diversificado e em constante crescimento. Nos países centrais as cidades globais (SANTOS, 2001; 2009) concentram sedes de multinacionais, tradings, bancos, bolsas de valores, universidades, centros comerciais, redes de comunicação e um grande mercado consumidor, exercendo um poder político, econômico, social e territorial nos países produtores de café.

3.2 O papel dos agentes hegemônicos na regulação da produção cafeeira mundial

Atualmente, o mercado cafeeiro internacional caracteriza-se pelo oligopólio das empresas hegemônicas que atuam como tradings e indústrias de torrefação e moagem. Conforme Frederico (2013), a abertura dos mercados proporcionada pelas políticas neoliberais e pelo fim dos ACIs no início da década de 1990 ampliou a escala de atuação das multinacionais controlando a produção e a comercialização de café verde e de seus derivados como café tradicional, solúvel, expresso, cappuccinos e cafés especiais.

Frederico (2013) destaca que as tradings e as indústrias torrefadoras caracterizam-se pela complementação das atividades que envolvem as etapas do circuito espacial produtivo, contando com acesso privilegiado às informações estratégicas de mercado, estabelecendo um verdadeiro jogo de poder, porém, atuando de forma distinta no mercado internacional.

Enquanto as empresas torrefadoras dedicam-se principalmente à torrefação, inovação, desenvolvimento de novos produtos e divulgação e venda de suas marcas; as *tradings* atuam basicamente nos serviços de importação, logística, armazenamento de café verde, com participação cada vez mais proeminente também na exportação a partir dos países produtores e no mercado financeiro (FREDERICO, 2013, pág. 109).

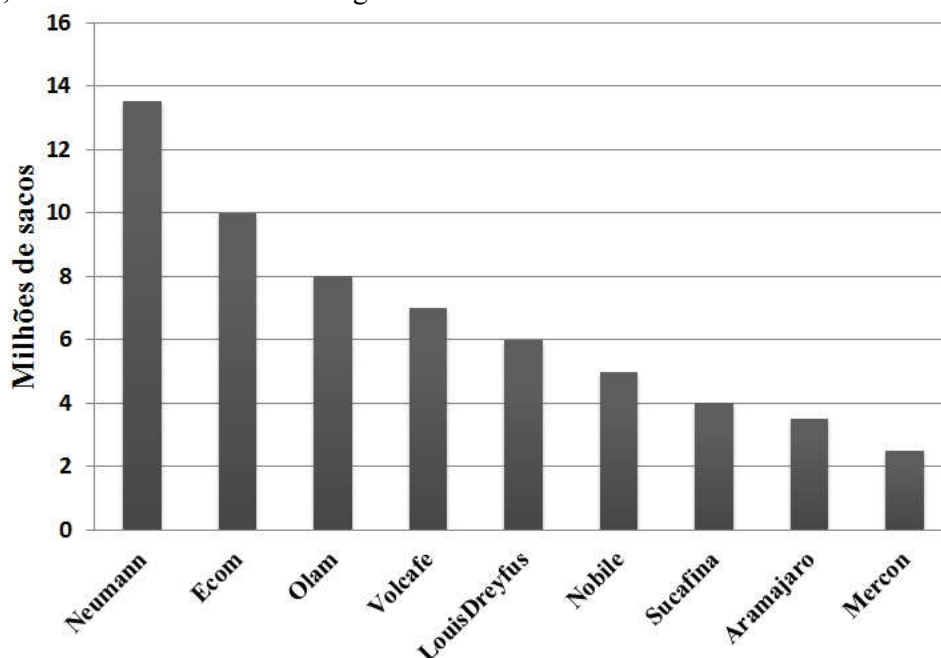
Atualmente, a regulação do mercado cafeeiro é exercida pelos países centrais, que concentram as sedes das multinacionais de comercialização, torrefação e moagem de café e dos principais agentes reguladores dos preços, créditos e insumos agrícolas. A centralização de capitais no comércio mundial de café intensificou-se na década de 1990, caracterizada pelas fusões e aquisições facilitadas pela política neoliberal e pelo processo de financeirização da economia.

Nos últimos anos, a estrutura macroeconômica do mercado cafeeiro internacional modificou-se internamente a partir da crescente participação e atuação direta das tradings no mercado financeiro, pelas relações estabelecidas entre as multinacionais como a aquisição da Volcafé pela ED&F Man, em 2004, e pelo processo de expansão da Ecom Agroindustrial Corporation, que se tornou a segunda maior trading de café após adquirir a Cargill, garantindo à multinacional alemã Neumann Kaffee Gruppe a posição de principal comercializadora de café verde mundial no ano de 2010 (FREDERICO, 2013).

Conforme Harvey (2004), o processo de abertura mercantil não ampliou a competição, mas criou oportunidade para a proliferação dos poderes monopolistas concentrando geograficamente os oligopólios nos países capitalistas centrais, que controlam a produção agropecuária e industrial, regulando o comércio mundial de commodities e a circulação de capitais.

As três maiores multinacionais de comercialização de café verde representavam, em 2010, aproximadamente 30% do mercado mundial (Gráfico 2), a Neumann Kaffee Gruppe liderava isoladamente o ranking com 14,5% de participação, seguida pela Ecom Agroindustrial Corporation (10,8%) e Olam International (8,6%). No geral, as nove maiores tradings controlavam cerca de 64% do comércio mundial de café verde ano de 2010 (FREDERICO, 2013)

Gráfico 2: Participação das tradings no comércio mundial de café verde no ano de 2010, em milhões de sacos de 60kg.



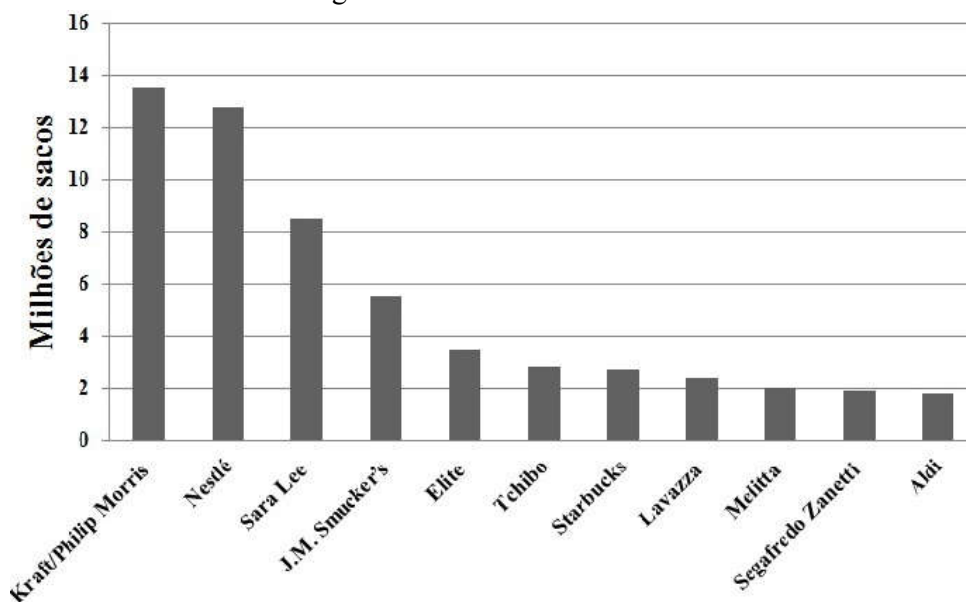
Fonte: International Coffee Organization - IOC, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015

O processo de desregulamentação do mercado internacional de café promoveu o movimento de fusões entre as grandes empresas torrefadoras multinacionais e aquisições de pequenas e grandes empresas, reduzindo seus custos de produção, permitindo o desenvolvimento de novos produtos e a conquista de novos mercados no Brasil e no exterior (ROLLO, 2009).

O processo de oligopolização do mercado cafeeiro instituído pelas tradings e pelas indústrias de torrefação e moagem controla a produção e a comercialização de café, padroniza os preços para os produtores de café e consumidores finais, conforme a qualidade, a marca e origem do produto.

No ano de 2010, apenas quatro maiores multinacionais dominavam 45% do mercado internacional de café torrado e moído, participando juntas da compra e venda de 40,3 milhões de sacas de 60kg. A Kraft Foods/Philip Morris destacou-se com a maior compradora de café verde, adquirindo aproximadamente 13,5 milhões de sacas (60kg) e participação de 14,8% no mercado, seguida pela Nestlé com 12,8 milhões de sacas e 13,8% do mercado mundial, seguidas pela Sara Lee e pela J.M. Smucker's com participação de cerca de 9,2% e 5,2% respectivamente (Gráfico 3).

Gráfico 3: Participação das torrefadoras no comércio mundial de café verde no ano de 2010, em milhões de sacas de 60kg.



Fonte: FREDERICO (2013) Organizado por: GOMES, L.C.

A estrutura do comércio internacional de café na América do Norte, Japão e União Europeia é composta por agentes hegemônicos como empresas de compra e venda de café verde, bancos, instituições financeiras, corretores e agentes importadores especializados, que desempenham funções essenciais na comercialização entre os países produtores e os importadores (ITC, 2012). Essas empresas hegemônicas possuem filiais e escritórios de comercialização em diversos países produtores, mas o controle, a gestão e as ordens são exercidas pelas sedes localizadas nos países centrais.

O acesso privilegiado à informação constitui uma condição essencial para o exercício do poder político e econômico dessas empresas e para operacionalização do controle e gestão centralizados das atividades produtivas dispersas pelo território (CASTILLO, 2001), possibilitando estratégias de planejamento e investimentos no setor conforme as condições macroeconômicas e os preços estabelecidos pelos mercados futuros de café.

O desenvolvimento das novas e modernas redes geográficas no território permitiu a transmissão de informações pelas redes telemáticas (FREDERICO, 2013) possibilitando o aumento das operações especulativas no mercado futuro de café.

As bolsas de valores e as agências financeiras possuem sites na internet transmitindo ao vivo as novas informações sobre as cotações de preços, condições de mercado para compra e venda e mercado de ações, possibilitando que produtores, cafeicultores, e agentes comercializadores de cafés commodities acompanhem o mercado de café arábica pela Bolsa de Nova York e de café robusta pela Bolsa de Londres e aumentando as negociações “via internet” com a participação de agentes de diferentes países (produtores e importadores) realizando as transações de forma concomitante (FREDERICO, 2013).

No período técnico-científico-informacional, o mercado internacional de café caracteriza-se pela centralização de capitais e pela oligopolização do comércio de café verde, torrado e moído, sob domínio de um número restrito de empresas multinacionais que controlam as etapas do circuito espacial produtivo dos cafés commodities e especiais dos países produtores e a comercialização entre/nos países exportadores e importadores, instituindo novas divisões internacionais do trabalho e consequentemente o uso corporativo do território pelas empresas hegemônicas do setor cafeeiro nos países subdesenvolvidos.

3.3 Produção cafeeira no Brasil no período técnico-científico-informacional

Atualmente, o Brasil mantém o status de maior produtor, exportador e segundo consumidor de café mundial, o parque cafeeiro nacional distribui-se geograficamente pelos estados do Acre, Rondônia, Pará, Bahia, Ceará, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

O café é cultivado em aproximadamente 287 mil estabelecimentos agropecuários, sendo a grande maioria pequenas propriedades de até 20 hectares, distribuídas por 1,9 mil municípios. A produção de café é responsável pela receita de centenas de municípios, sendo o principal gerador de postos de trabalho na agropecuária nacional, totalizando 8 milhões de empregos na cidade e no campo (BRASIL, 2015).

As duas espécies produzidas e exportadas pelo país são a *Coffea arábica*, correspondendo a mais de 70% da safra brasileira e produzido principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Paraná e Rio de Janeiro, e a espécie *Coffea canephora*, conhecida como robusta ou conilon, produzida no Espírito Santo, Bahia, Pará e demais estados localizados nas regiões Norte e Nordeste.

O Brasil é um dos grandes produtores de commodities agropecuárias, ocupando no ano de 2013 a primeira posição do ranking mundial de produção e exportação de café, açúcar, e suco de laranja, e destacando-se entre os principais exportadores de soja em grão, carne bovina, carne de frango, óleo de soja, farelo de soja, milho, carne suína e celulose. Atualmente o café ocupa a quinta colocação entre os principais produtos do agronegócio brasileiro, participando com aproximadamente 6,9% das exportações em 2014 (Tabela 7).

Na safra de 2014, a produção total de café correspondeu a mais de 45,3 milhões de sacas de 60kg beneficiadas, sendo 32,3 milhões de sacas de café arábica, 71% da produção nacional, e 13,0 milhões de sacas de café conilon, 29% da produção. A área colhida total foi de 1,9 milhões de hectares e as exportações atingiram 20,7 milhões de sacas de 60kg, gerando faturamento de US\$ 6,66 bilhões (BRASIL, 2015).

A área total destinada ao plantio de café (arábica e conilon) totaliza 2.253,9 mil hectares em 2014, desse total, 307.381,4 hectares (14%) estão em formação e 1.946.441 hectares (86%) em produção (BRASIL, 2015).

Tabela 7: Principais produtos do agronegócio brasileiro exportados em 2014, em mil Dólares.

PRODUTOS	2014	
	US\$ MIL	%
Complexo Soja	31.403.497	32,5
Carnes	17.429.297	18,0
Complexo Sucroalcooleiro	10.366.872	10,7
Produtos Florestais	9.950.706	10,3
Cafés	6.661.875	6,9
Cereais, Farinhas e Preparações	4.641.435	4,8
Couros, Produtos de Couro e Peleterias	3.449.009	3,6

Fumo e seus Produtos	2.501.868	2,6
Sucos	2.168.269	2,2
Fibras e Produtos Têxteis	1.841.766	1,9
Frutas	841.296	0,9
Animais Vivos	742.199	0,8
Chá, Mate e Especiarias	485.415	0,5
Bebidas	428.043	0,4
Lácteos	346.184	0,4
Cacau e seus Produtos	337.424	0,3
Pescados	207.219	0,2
Demais Produtos	2.945.507	3,0
TOTAL:	96.747.881	100,0

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

A área plantada do café arábica corresponde a 78,5% da área existente com lavouras de café. Minas Gerais concentra a maior área com a espécie, correspondendo a 67,7% de sua área, o café conilon representa 21,5% da área plantada de café, concentrando no estado do Espírito Santo aproximadamente 63% de sua área. (BRASIL, 2015).

Conforme os dados referentes à produção cafeeira nacional (Tabela 8), a produtividade média no ano de 2014 corresponde à aproximadamente 23,30 sacas de 60kg por hectare. Nas regiões que se caracterizam pelos altos ganhos em produtividade do café, o processo de modernização agrícola é amparado pelos investimentos estatais em pesquisa empregando ciência e tecnologia em todas as etapas da produção, o que permite a consolidação da cafeicultura em regiões como o cerrado mineiro e baiano.

Tabela 8: Área, produção e produtividade do café nos estados e regiões brasileiras, em 2014.

UF / REGIÃO	Área (hectares)		Produção (Mil sacas beneficiadas)			Produtividade (Sacas /ha)
	Em Formação	Em Produção	Arábica	Robusta	Total	
Norte	8.105	90.381	-	1.546	1.546	17,11
RO	8.040	86.004	-	1.478	1.478	17,18
PA	65	4.377	-	69	69	15,70
Nordeste	13.262	143.180	1.337	1.040	2.377	16,60
BA	13.262	143.180	1.337	1.040	2.377	16,60
Centro-Oeste	3.254	26.252	239	164	402	15,33
MT	1.683	20.115	2	164	166	8,24
GO	1.571	6.137	237	-	237	38,55

Sudeste	260.133	1.640.790	30.083	10.246	40.330	24,58
MG	206.340	995.079	22.345	297	22.643	22,75
ES	41.443	433.242	2.857	9.949	12.806	29,56
RJ	-	12.783	292	-	292	22,87
SP	12.350	199.686	4.589	-	4.589	22,98
SUL	22.248	33.251	559	-	559	16,80
PR	22.248	33.251	559	-	559	16,80
Outros	483	12.587	93	40	133	10,53
BRASIL	307.485	1.946.441	32.310	13.036	45.346	23,30

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

A difusão de técnicas modernas de cultivo como: correção química do solo, melhoramento genético, adubação química e a mecanização da colheita garantem a rentabilidade da produção e atendem às normas técnicas globais que condicionam a aceitação do produto no mercado internacional.

Cada região produtiva agrícola (ELIAS, 2011), cada lugar se especializa em função das condições geográficas naturais, de sua realidade técnica, social, normativa e organizacional, e responde às exigências pela rentabilidade da produção e de capitais, conferindo uma produtividade espacial específica em cada região e, conseqüentemente, uma competitividade crescente, estabelecendo a guerra dos lugares (SANTOS, 2008; FREDERICO, 2013).

Dessa forma, algumas regiões se caracterizam por apresentar ganhos altos de produção e/ou produtividade como o Cerrado Baiano e Mineiro, as Montanhas Capixabas e o Sul de Minas, enquanto outras regiões possuem baixos índices de rentabilidade na produção cafeeira como os estados da Região Norte, o Planalto Baiano e o estado do Mato Grosso.

É importante destacar que nas regiões agrícolas modernas, onde a cafeicultura é a principal atividade econômica regional, os ganhos de produção em função dos ganhos de produtividade apresentaram crescimento bianual contínuo. Em contraponto com a área de produção que tem sido reduzida ao longo da última década (BRASIL, 2015).

Santos (2013) ressalta que no período técnico-científico-informacional amplia-se a área da produção, ao passo que a arena da produção, ou seja, a produção considerada em todas as suas instâncias, ocorrem em áreas mais extensas pelo território, enquanto o processo produtivo direto realiza-se em áreas cada vez menores, reorganizando os

circuitos produtivos globalizados das *commodities* agropecuárias e seus respectivos de círculos de cooperação no território.

Devido à diversidade de regiões ocupadas pela cultura cafeeira e o estabelecimento da produtividade espacial específica em regiões agrícolas modernizadas produtoras de cafés arábica e robusta, o país produz e exporta café verde, torrado, solúvel e outros tipos variados do produto. O café brasileiro atende às diferentes demandas mundiais, referentes ao consumo local, à qualidade do produto, ao paladar e até aos preços.

Conforme pesquisa divulgada pelo MAPA (2015), essa diversidade permite o desenvolvimento dos mais variados *blends*, tendo como base o café de terreiro ou natural, o despulpado, o descascado, o de bebida suave, os ácidos e os encorpados, além da produção e exportação para novos nichos de mercado como os consumidores de cafés aromáticos, gourmets, orgânicos, superiores e especiais.

As exportações brasileiras acompanham as principais tendências do mercado global, o café verde é o principal produto de exportação do setor cafeeiro nacional, representando aproximadamente 96% da quantidade exportada em 2014 e 87% do valor monetário de exportação total de café. O Brasil também exporta café solúvel, extratos, café torrado e moído, mas em quantidades bem inferiores ao café verde, como podemos observar na Tabela 9.

Tabela 9: Exportação brasileira de café e produtos derivados, 2013 e 2014.

Cafés	2013		2014	
	US\$ Mil	Quantidade (t)	US\$ Mil	Quantidade (t)
Verde	6.041.101	1.699.147	4.582.237	1.986.506
Solúvel	563.324	79.782	649.766	74.894
Outros Extratos	45.831	4.478	27.852	8.074
Torrado & Moído	11.603	2.014	15.861	1.586
Cascas, Películas de Café	16	0	16	3
TOTAL	6.661.875	1.785.421	5.275.732	2.071.063

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Os principais mercados de destino do café nacional são os países da União Europeia, como Alemanha, Itália, França, Reino Unido e Bélgica, responsáveis por mais de 53% das exportações, seguidos pelos Estados Unidos que compraram 20% do café brasileiro em 2014 e o Japão com 7% do volume exportado (Tabela 10).

Tabela 10: Principais países importadores de café brasileiro, em mil sacas de 60 Kg, 2013 e 2014.

Países	2013	2014
União Europeia	15.413	18.291
Estados Unidos	5.826	6.913
Japão	2.564	2.489
Argentina	628	481
Canadá	561	773
Turquia	576	653
Rússia	545	599
Líbano	445	383
Coreia do Sul	363	459
México	90	722
Outros	2.746	2.755
TOTAL	29.757	34.528

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), 2015. Organizado por: GOMES, L.C.

Na América do Sul, o principal importador de café é a Argentina, com o equivalente a 2% das exportações, os outros países importadores de destaque são México, Canadá, Turquia, Rússia, Líbano e Coreia do Sul.

Os Estados Unidos e a Alemanha são os maiores importadores e o principal mercado consumidor de café brasileiro e caracterizam-se como centros de decisões do mercado cafeeiro internacional, nesses pontos do território encontram-se as sedes das multinacionais de torrefação e moagem, das principais tradings, dos bancos multinacionais e das bolsas de valores que controlam e regulam o mercado de capitais.

Os outros países importadores considerados importantes para o mercado cafeeiro nacional são a Bélgica (11%), a Itália (10%), o Japão (8%), a Espanha (4%) e o Canadá com aproximadamente 3% do volume de exportação de café verde nacional.

Tabela 11: Principais países importadores de café verde.

Países	2013		2014	
	US\$ Mil	Quantidade (t)	US\$ Mil	Quantidade (t)
Alemanha	859.404	327.758	1.274.124	397.785
Estados Unidos	884.439	334.590	1.194.967	400.049
Itália	454.601	161.466	549.597	165.210
Bélgica	358.573	122.672	548.729	179.559
Japão	454.702	145.450	488.733	140.432
Espanha	117.234	43.068	168.129	60.003
Canadá	87.299	31.250	139.949	43.364
Reino Unido	97.123	32.034	125.663	41.061
França	102.505	39.709	125.345	42.338
Suécia	106.086	39.974	120.933	38.066
Finlândia	86.723	29.507	109.723	31.046

México	12.064	5.393	106.502	43.332
Eslovênia	91.065	41.682	105.149	49.097
Turquia	80.789	33.923	93.024	37.968
Rússia	58.361	22.540	87.286	27.420
OUTROS	731.268	575.490	803.248	2.417
TOTAL	4.582.237	1.986.506	6.041.101	1.699.147

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Os principais mercados e destinos dos cafés solúvel, torrado e moído nacionais diferenciam-se do café verde. Os Estados Unidos são o principal importador desses produtos, mas os demais países importadores distribuem-se por todos continentes, conquistando países distantes como Indonésia, Arábia Saudita, Malásia, Cingapura e Coreia do Sul.

O café torrado e moído encontra grande aceitação na América do Sul, tendo a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia entre os principais países importadores nos anos de 2013 e 2014 (Tabela 12 e 13).

Tabela 12: Principais países importadores de café solúvel.

Países	2013		2014	
	US\$ Mil	Quantidade (t)	US\$ Mil	Quantidade (t)
Estados Unidos	105.597	13.924	98.097	14.006
Rússia	87.745	10.085	63.787	8.488
Japão	38.525	4.757	35.689	4.797
Ucrânia	41.614	5.297	34.168	4.736
Canadá	22.029	2.394	25.189	3.016
Alemanha	25.239	3.115	19.998	2.838
Reino Unido	23.518	2.919	19.183	2.270
Indonésia	27.174	4.059	15.821	2.715
Argentina	33.755	5.403	15.007	2.354
Chile	7.637	709	14.375	1.726
Arábia Saudita	16.054	1.646	11.707	1.251
Malásia	10.266	1.535	11.537	1.655
Cingapura	10.781	1.602	11.485	1.743
Hungria	12.325	1.868	11.469	1.862
Coréia do Sul	18.444	1.512	11.128	1.431
OUTROS	169.065	14.069	164.684	24.893
TOTAL	563.324	79.782	563.324	79.782

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Tabela 13: Principais países importadores de café torrado e moído.

Países	2013		2014	
	US\$ Mil	Quantidade (t)	US\$ Mil	Quantidade (t)
Estados Unidos	9.301	911	5.522	631

Argentina	1.058	162	984	159
Japão	748	120	921	146
Itália	407	109	871	189
França	254	23	518	42
Uruguai	521	77	508	73
Paraguai	422	75	412	73
Chile	579	72	389	58
Alemanha	586	105	305	38
Bolívia	220	45	244	55
Geórgia	125	23	170	29
China	194	24	148	21
Reino Unido	81	11	91	12
Rússia	389	58	70	5
Bélgica	-	-	46	4
OUTROS	976	228	404	479
TOTAL	15.861	1.586	11.603	2.014

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Para conquistar e se consolidar no mercado cafeeiro internacional, os produtores reorganizam o processo produtivo do café conforme as demandas globais. Para alcançar as metas de produção, produtividade e qualidade, é necessário a utilização de insumos agrícolas e maquinários como tratores, colhedoras, máquinas de secagem e beneficiamento, armazéns, sementes selecionadas, agroquímicos e materiais de segurança aliados às novas tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisa e extensão agropecuária.

3.3.1 A atuação do Estado Federal como um dos agentes reguladores da produção cafeeira nacional: o crédito agrícola e os institutos de pesquisa

O Estado Federal é responsável pelo financiamento da produção cafeeira nacional, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi criado pelo Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, e estruturado pelo Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987.

O Funcafé é destinado ao financiamento, à modernização do parque cafeeiro, ao incentivo à qualidade do café e ao aumento da produtividade da cafeicultura, incentivo à indústria, à exportação e ao desenvolvimento de pesquisas, promoção dos mercados interno e externo e busca por melhorias das condições de vida do trabalhador rural (BRASIL, 2015).

Nos últimos cinco anos, houve crescimento contínuo do orçamento aprovado do Funcafé, de R\$ 2.846,0 milhões em 2010, alcançando R\$ 4.325,0 milhões em 2015,

aumento de aproximadamente 65%. Em sentido oposto, verificaram-se reduções já nas baixas dotações de pesquisa, publicidade e promoção dos cafés nacionais (Tabela 14).

Tabela 14: Distribuição dos recursos do FUNCAFÉ, em milhões R\$, Brasil, 2010 a 2015.

Item	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento aprovado Funcafé	2.846	2.715	2.894	3.357	4.008	4.325
Financiamentos	2.673	2.540	2.734	3.180	3.825	4.137
Publicidade e Promoção dos Cafés do Brasil	15,0	14,0	8,0	2,5	4,0	4,5
Pesquisa Cafeeira	15,3	15,0	12,0	0,0	6,5	5,5

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015.

Em 2014, foram disponibilizadas oito linhas de crédito específicas para o financiamento do setor cafeeiro, com recursos do Funcafé de até R\$ 3.825,0 milhões, beneficiando produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores. As principais linhas de financiamento dessa safra foram a estocagem (33,99%), o custeio (22,09%), a aquisição de café (19,62%) e o capital de giro para cooperativa de produção com aproximadamente 10,46% do total do capital direcionado ao Funcafé (Tabela 15).

Tabela 15: Distribuição de recursos do FUNCAFÉ, por linha de financiamento, Brasil, 2014.

Linha de Financiamento	Milhões R\$	%
Estocagem	1.300	33,99
Custeio	845	22,09
Aquisição de café	750	19,62
Capital de giro para cooperativa de produção	400	10,46
Capital de giro para indústrias de café torrado	300	7,84
Custeio Capital de giro para indústrias de café solúvel	200	5,3
Recuperação de cafezais danificados	20	0,52
Contratos de opções e de operações em mercados futuros	10	0,26
TOTAL	3.825	100,00

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.

Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

Os recursos específicos do Funcafé no ano de 2014 foram distribuídos entre as indústrias, cooperativas, empresas e produtores através de agentes financeiros públicos (federais e estaduais) e privados (nacionais e internacionais). Os principais bancos que atuaram na distribuição dos recursos destinados à última safra são o Banco do Brasil S.A, Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Itaú Unibanco S.A., Banco Santander S.A., Banco Safra S.A. e Banco Fibra S.A (BRASIL, 2015)

O Estado firmou-se como o principal agente promotor, regulador e incentivador do processo de modernização da agropecuária nacional através da criação do crédito rural de políticas específicas para o aprimoramento da qualidade e aumento da produção/produtividade no campo moderno.

Conforme Nascimento Junior (2007), as instituições públicas de pesquisa agropecuária como universidades, empresas e institutos estaduais e federais são responsáveis pela estrutura e apoio técnico, científico e informacional das pesquisas aplicadas ao agronegócio científico globalizado, o que proporciona a modernização e a renovação das bases técnicas de produção no campo.

A partir do final dos anos 1990, aumentaram os investimentos na qualidade dos cafés nacionais, devido ao aumento da concorrência dos cafés colombianos e vietnamitas, que conquistaram o mercado europeu e americano. Dentre as ações que procuravam melhorar o processo produtivo e a qualidade da bebida nacional, destaca-se o Consórcio Pesquisa Café, fundado em 1997 por importantes instituições de ensino e pesquisa, tendo como foco o desenvolvimento de tecnologias para todas as etapas do circuito espacial produtivo do café.

Atualmente, o Consórcio Pesquisa Café desenvolve o maior programa mundial de pesquisas em café, contemplando 45 instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, concentrando as pesquisas nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia, segurança alimentar, otimização do sistema produtivo, manejo integrado de pragas e doenças, cafeicultura irrigada, zoneamento climático, colheita e pós-colheita, aperfeiçoamento de processos e desenvolvimento de equipamentos (BRASIL, 2015).

Os centros de pesquisa aplicada à cafeicultura distribuem-se geograficamente de forma desigual pelo território, concentrando-se nas regiões mais urbanizadas, industrializadas e dotadas de infraestrutura técnica-científica e informacional, formando uma rede de pesquisa que integra e hierarquiza os demais institutos ligados ao Consórcio.

Os projetos e as pesquisas atuais são desenvolvidos em todas as regiões cafeeiras, os planos de ação têm como base maior competitividade científica e tecnológica, além da geração de novos produtos em projetos de melhoramento genético e biotecnológico visando o aumento da produtividade e da comercialização do café brasileiro no mercado internacional.

3.4 A cafeicultura em Minas Gerais no período técnico-científico-informacional: o processo de modernização da produção cafeeira e os novos usos do território

Como salientamos anteriormente, o processo de modernização agropecuária possui características gerais, como o maior acesso ao crédito, o uso de ciência e tecnologia em todas as etapas da produção, a informatização do processo produtivo e as relações mais complexas a agropecuária e os demais setores da economia. Esse processo ocorreu de forma seletiva, privilegiando determinados produtos e regiões, conservando a divisão social do trabalho no campo e estabelecendo especializações produtivas no território.

Nesse contexto, cada região se caracteriza por dinâmicas territoriais diferenciadas, cada produto agrícola constitui diversos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação, que se sobrepõem pelo espaço, reorganizado por inovações técnicas e científicas que asseguram a produção agrícola modernizada no atual período técnico-científico-informacional.

Na década de 1960, o processo de modernização agrícola promoveu a reestruturação produtiva do parque cafeeiro nacional, reorganizou as funções e a distribuição das etapas de produção, intensificou o uso de ciência, tecnologia e informação, através de investimentos em pesquisa, extensão rural e marketing comercial.

O Estado Federal financiou investimentos em pesquisa no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e no Instituto Biológico, desenvolvendo pesquisas genéticas, combate de pragas e doenças, técnicas de plantio e novos produtos agroquímicos.

Em Minas Gerais, o pacote tecnológico para o parque cafeeiro expandiu-se a partir de 1969 concentrando suas pesquisas em quatro instituições: Universidade Federal de Viçosa (UFV), Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) e nas Divisões de Assistência Técnica à Cafeicultura (DACAF's) (BACHA, 1988).

No início década de 1960, através do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Estado Federal promoveu uma política de racionalização e modernização do parque cafeeiro, erradicando cerca de 2 bilhões de pés de café improdutivos. Substituindo-os por variedades, como Mundo Novo e Catuaí, com alto rendimento e mais resistente às

pragas, com o intuito de aumentar a produtividade e as exportações (FREDERICO, 2011).

Os estados do Paraná e São Paulo eram os principais produtores de café até o início da década de 1970. Entretanto, a reestruturação produtiva promovida pelas políticas públicas pela Federação somada aos prejuízos por causa de sucessivas geadas em regiões produtoras dos dois estados mudam essa situação. Nesse contexto, substituiu-se a cafeicultura por produtos de menor risco - como soja, cana-de-açúcar e laranja - , caracterizados pelo uso menos intensivo em mão-de-obra durante a produção, mercado externo em expansão e maior lucratividade (ANDRADE, 1994).

A constituição da nova etapa do processo de modernização da cafeicultura determinou a densificação técnica do espaço, através da criação de infraestruturas como redes de telecomunicações, rodovias e armazéns, facilitando a circulação, a estocagem e a comercialização da produção (ROLLO, 2009).

Essas mudanças promoveram a incorporação de novos territórios destinados à produção, como o Cerrado Mineiro e Baiano reestruturando a distribuição espacial do café e estabelecendo novos circuitos produtivos no território.

O processo de modernização da cafeicultura no estado de Minas Gerais teve grande participação do Estatal - em escala Federal e Estadual - nos investimentos técnicos e científicos direcionados ao aumento da produção e da produtividade do café. Esses eventos reorganizaram o território através do deslocamento espacial da produção de café para novas regiões como o Cerrado Mineiro e reestruturou também a cafeicultura em regiões tradicionais como no Sul de Minas e Zona da Mata, que se afirmaram como os principais polos produtores/exportadores de café do Brasil.

A expansão da cafeicultura em Minas Gerais baseou-se fortemente nos investimentos creditícios, apoio às cooperativas e produtores, forte aparato de assistência técnica e incentivos para compra de insumos e equipamentos agrícolas.

Bacha (1988) reitera que entre 1969 e 1985 ocorreram três fatores que determinaram a consolidação da produção de café no território mineiro: o maior acesso aos créditos subsidiados pelo Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), cujo objetivo principal era a recuperação e racionalização do parque cafeeiro nacional, atendendo a demanda interna e do mercado global. a melhoria dos preços reais do café em relação à pecuária e o aumento da produtividade do café.

As políticas públicas federais e estaduais, direcionadas para a cultura cafeeira, propiciaram a capitalização do setor em termos de melhoria de infraestruturas como transporte, sistemas modernos de seleção e beneficiamento, créditos para custeio da produção e comercialização do café (ANDRADE, 1994).

Os investimentos iniciais do PRRC incluíram os principais estados produtores, como Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo e expandiram-se gradualmente para as outras regiões beneficiando as áreas mais aptas ao plantio de café. O quadro 1 sintetiza os principais programas relacionados ao PRRC na década de 1970.

Quadro 1: Programas relacionados com o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC).

Programa	Período	Objetivo
Programa de Financiamento à Formação de Mudanças	1970 a 1979	Suprimento de mudas de boa qualidade que tivessem alto potencial produtivo
Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais	1969 a 1971	Orientação para o plantio e a formação de lavouras com níveis mais altos de produtividade
Programa de Financiamento para Recepa e Decote de Cafezais	1971 a 1977	Aumento da produtividade, melhoria da qualidade da bebida e facilitação dos tratos culturais e dos tratamentos fitossanitários
Programa de Incentivo ao uso de Fertilizantes	1970 a 1981	Incentivo ao uso de mais fertilizantes e corretivos para elevação dos níveis da produtividade e recuperação dos cafezais
Programa de Financiamento de Defensivos na Lavoura	1970 a 1981	Combate às pragas e doenças, como por exemplo, a ferrugem
Programa de Financiamento para Aquisição Equipamentos de Defesa de Cafezais	1972 a 1981	Financiamento para equipamentos agrícolas
Programa de Renovação Gradual de Cafezais	1975 a 1976	Plantio de novos cafezais, com o objetivo de contrabalançar os cafeeiros abandonados ou erradicados
Programa de Financiamento da Infraestrutura nas Propriedades Cafeeiras	1975 a 1981	Crédito para a construção ou reforma de terreiros, secadores, lavadores, e também para a construção de estradas e eletrificação rural em áreas mais carentes;
O Programa de Custeio da Entressafra	1978 a 1981	Financiamentos para melhoramento de técnicas de colheita e manejo do café

Fonte: ANDRADE, 1994

Organizado por: GOMES, L.C.

Os objetivos principais dos programas implantados pelo PRRC eram direcionados às melhorias do manejo do solo, técnicas mais modernas de cultivo e financiamento para aquisição de insumos agropecuários, melhoramento genético de

novas variedades para aumento da produtividade, aquisição de mudas resistentes a pragas e doenças, compras de máquinas agrícolas e agroquímicos.¹

Os investimentos em pesquisas, assistência técnica e maior distribuição de crédito rural para os cafeicultores objetivavam o aumento do volume da produção brasileira, elevação dos níveis de produtividade, modernização do processo produtivo e recuperação da posição brasileira no mercado internacional de café (ANDRADE, 1994). A produção cafeeira em Minas Gerais, até então dependente em sua maioria de uma estrutura arcaica, reestruturou-se impulsionada pelas novas tecnologias promovidas pelo PRRC e pelos incentivos ao aumento da produção através de ações implementadas pelo IBC (REIS, 2009).

A partir da segunda metade da década de 1970, registrou-se em Minas Gerais o crescimento e a expansão da produção de *commodities* para como café, soja, milho e cana-de-açúcar, assumindo a primeira posição na produção e exportação de café, recuperando seu prestígio na economia nacional (ANDRADE, 1994).

Esse conjunto de fatores permitiu o crescimento contínuo da produção de café em Minas Gerais na década de 1970 e sua liderança e consolidação como maior produtor e exportador de café a partir do início da década de 1980 (BACHA, 1988; PELEGRINI & SIMÕES, 2010).

No início dos anos 1980, o parque cafeeiro brasileiro foi renovado, o Brasil mantinha sua posição com principal produtor mundial e o estado de Minas Gerais consolidou-se como maior produtor de café. Isso possibilitou a extinção do PRRC no estado em 1981 (ANDRADE, 1994), ficando sob responsabilidade dos produtores a continuidade da substituição dos cafés improdutivos.

A segunda metade da década de 1980 se caracteriza pela menor participação do Estado na regulação da produção cafeeira e pelas transformações políticas, econômicas e sociais intrínsecas do neoliberalismo, culminando no fim dos Acordos Internacionais do Café (AICs) em 1989, a extinção de agências Estatais como o IBC, em 1990, e o fim do tabelamento de preços do café torrado em 1992 (ROLLO, 2009).

Nos anos 1990, o fim dos ACI's interferiu diretamente no mercado global de café com diminuição tanto do preço do café verde, quanto do percentual apropriado

¹ Bacha (1988) analisa a operacionalização dos planos e programas desenvolvidos pelo PRRC e as transformações da cafeicultura brasileira entre 1969 e 1985, período de crescimento e consolidação da cafeicultura mineira.

pelos cafeicultores dos países exportadores. No mesmo período as *tradings* e torrefadoras assumem o controle do mercado cafeeiro em escala global e como consequência criam-se novas hierarquias e divisões do trabalho que submetem os produtores de café às normas estabelecidas por essas multinacionais (FREDERICO, 2013).

Conforme Frederico (2013), o encolhimento das funções do Estado expôs os produtores à lógica da competitividade em escala global, simbolizando a passagem de um sistema de produção subsidiado pelo Estado, para uma cafeicultura baseada no livre mercado e na competitividade (ANDRADE, 1994), marcando a entrada da produção cafeeira no período da globalização.

As multinacionais de comercialização, processamento e torrefação de café reorganizaram suas estruturas de produção e regulação corporativa na produção cafeeira, em detrimento da participação dos Estados e produtores, alterando as escalas geográficas de ação e as relações de poder estabelecidas entre os diferentes agentes do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação (FREDERICO, 2013).

A competitividade e a liberalização do mercado cafeeiro aprofundaram a divisão internacional do trabalho e centralizaram o monopólio e o controle do mercado mundial de café pelas *tradings* e multinacionais torrefadoras, que regulam o processo produtivo em escala mundial, liderando as importações dos países subdesenvolvidos, que desempenham as funções de produtores de café e fornecedores de mão-de-obra para a produção propriamente dita (REIS, 2009).

Com a extinção do IBC em 1990, todos os segmentos que constituíam o circuito espacial produtivo do café - como indústrias de insumos agrícolas, máquinas e fertilizantes, maquinistas, corretores, *dealers*, cooperativas, associações de produtores, firmas de importação e exportação, empresas de armazenagem, logística e beneficiamento, torrefadoras, indústrias de solúvel e produtores rurais - se viram na iminência de reorganizarem e modernizarem seus processos de produção para se firmarem com mais competitividade no mercado global (ANDRADE, 1994).

A lógica do investimento em assistência técnica, pesquisa e extensão rural, através do emprego de ciência, tecnologia e informação na produção cafeeira, instituiu complexos círculos de cooperação estabelecidos entre as associações e cooperativas de cafeicultores e as universidades, a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), o

mercado financeiro e os institutos públicos e privados de pesquisa agropecuária (REIS, 2009).

As novas formas de atuação do Estado Federal na economia cafeeira, a adoção de políticas neoliberais e a “desregulamentação” do mercado internacional de café abriram espaço para a regulação corporativa do mercado mundial, por meio das ações mais efetivas das *tradings* e torrefadoras². Essas multinacionais passaram a deter o controle sobre os circuitos espaciais produtivos do café, assim aumentaram sua área de atuação nos países produtores através da exportação de café verde e da aquisição de empresas exportadoras e torrefadoras locais (FREDERICO, 2014 b).

Atualmente, os circuitos espaciais produtivos do café de alcance nacional e internacional são organizados pelas multinacionais que controlam o monopólio da comercialização, torrefação e produção de derivados do café.

As grandes *tradings* como Neumann Kaffee Gruppe, Ecom, Olam, ED&F Man, Louis Dreyfus, atuam em diversas etapas da produção - como os serviços de exportação, importação, armazenagem e transporte de café em grão - articulando-se com o mercado financeiro, prestando serviços administração e gestão financeira para investimentos no mercado futuro.

As principais torrefadoras do mercado, Kraft/Philip Morris, Nestlé, Sara Lee, J.M. Smucker's, Elite, são responsáveis pelo monopólio mundial de café torrado e moído e comercializam seus produtos finais em supermercados, feiras, padarias, shoppings, cafeterias, bares e restaurantes que oferecem diversas variedades de café com sabores e aromas distintos. (FREDERICO, 2014 a, 2014 b).

Os países importadores de café, as *tradings* e torrefadoras racionalizam a produção cafeeira, firmando acordos com certificações como UtzKapeh (UK) e Rain Forest Alliance (RA), constituindo padrões globais de produção de café que reestruturam, modernizam e reorganizam as dinâmicas agrícolas locais e ampliam suas relações com os outros setores da economia envolvidos no circuito espacial produtivo do café.³

² Os autores DAVIRON & PONTE (2007) e TALBOT (2004) analisam a processo de desregulamentação do mercado financeiro de café, iniciado após o fim dos ACI'S, e a influência das *tradings* e torrefadoras no circuito espacial produtivo global de café.

³ Discussões referentes às certificações - como UTZ Certified, Fairtrade, Rainforest Aliance e Certifica Minas Café - e sua adoção em propriedades sul-mineiras estão presentes nos estudos de Loturcomartinez et. Al. (2008) e Moreira et. Al. (2011). As análises dos circuitos espaciais produtivos de cafés certificados

Atualmente, as multinacionais criam alianças mercadológicas com as certificações, através de acordos e parcerias envolvendo agentes de diversas etapas da produção, como o Código Comum para a Comunidade Cafeeira desenvolvido pela Associação 4C. 4C⁴

A Associação 4C é um programa criado em 2003, com o apoio do Ministério Alemão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), da Sociedade para Cooperação Técnica Alemã (GIZ) e da Associação Alemã Café (DKV) e de representantes de grandes produtores, *tradings*, torrefadoras e investidores. (QUATRO C, 2012).

O programa foi desenvolvido para atender a demanda de grandes empresas torrefadoras mundiais por cafês “sustentáveis” e seu objetivo principal é promover a “sustentabilidade” da produção de café através de técnicas de responsabilidade social, econômica e ambiental, padronizando a produção, o processamento e regulando a comercialização dos grãos de café (ROLLO, 2009).

De acordo com Brum & Carfantan (2006), esses acordos são excludentes e geram consequências e impactos diretos para os produtores, como o aumento do custo de acesso aos mercados mais exigentes, os altos investimentos na busca por um padrão elevado de produtividade e qualidade e a incerteza quanto às condições de acesso a esses mercados devido às novas normas para obter as certificações.

O autor ressalta que esses dispositivos podem ser considerados como barreiras econômicas camufladas, que restringem o acesso dos produtores menos capitalizados ao mercado internacional. Nessas condições, grande percentual dos produtores de café não consegue se adequar aos critérios de qualidade, o que resulta na sua exclusão do mercado norte-americano, europeu e asiático e aumenta as desigualdades sociais no campo, a concentração de capital e o controle do uso do território pelas empresas hegemônicas.

O imperativo das exportações, o controle do processo produtivo do café pelas multinacionais, a lógica da competitividade, a produção técnica-científica no campo, as

em Minas Gerais (especiais, gourmets e orgânicos) são objeto de pesquisa de Coguetto (2014); Nascimento (2014) e Frederico & Barone (2015).

⁴ O site <http://www.globalcoffeeplatform.org/pt/> (acesso em agosto de 2016), apresenta os códigos de conduta para associação; a lista atualizada de membros - torrefadoras, *tradings*, cooperativas, produtores, etc.- ; os relatórios de produção e novidades sobre os programas desenvolvidos pela 4C Association.

políticas neoliberais, o processo de financeirização do capital e a precisão e a rapidez de informação pelo território permitiram a constituição e a consolidação da cafeicultura científica globalizada nas regiões agrícolas competitivas (FREDERICO, 2012).

Esses espaços luminosos caracterizam-se pela especialização produtiva e pela reunião de sistemas técnicos e normativos que lhes confere maior inserção no mercado global, gerando também dependência econômica, tornando o mercado cafeeiro suscetível às transformações políticas de regulação econômica internacional.

A cafeicultura científica globalizada é subordinada aos parâmetros produtivos mundiais e a produção é regulada pelas mesmas leis que regem os demais aspectos da economia internacional (FREDERICO, 2014a) e provoca transformações tanto na produção agrícola quanto na sociedade local (SANTOS, 2001).

No campo e na cidade, coexistem diferentes agentes inseridos no circuito espacial produtivo da cafeicultura científica globalizada, e as modernas redes que interligam os sistemas de engenharia implantados no espaço possibilitam a fluidez de capital nacional e internacional, ordens e informações referentes mercado cafeeiro, como cotação das bolsas de valores e possíveis investimentos futuros.

A produção de café é padronizada pelas normas hegemônicas e sustentada pela racionalidade técnica e científica em todas as etapas da produção, o que confere mais produtividade e qualidade do produto e, conseqüentemente, o torna mais competitivo.

As ordens globais que regem os processos de plantio, colheita, armazenamento, empacotamento, transporte e comercialização aprofundam os processos de racionalização e instalam sistemismos que atravessam o território e a sociedade, homogeneizando a produção destinada ao comércio externo (SANTOS, 2001).

Conforme Santos (2008), a ordem global busca impor a todos os lugares uma única racionalidade, servindo a um número reduzido de sistemas de objetos regidos por uma lei única e externa ao local, essas ordens são superiores e externas ao cotidiano, dessa forma, cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e uma razão local, convivendo dialeticamente.

3.5 A produção cafeeira em Minas Gerais no período técnico-científico-informacional

A consolidação do agronegócio nas regiões agrícolas modernas do território mineiro estimula o crescimento do comércio de produtos agropecuários em diversas

escalas geográficas. Percebe-se também a expansão do terceiro setor nas cidades, consideradas por Santos (2009), o *locus* regulador da produção do campo.

O agronegócio exerce um papel ativo no desenvolvimento da economia mineira porque interliga os circuitos espaciais produtivos da agropecuária e da indústria (alimentos, têxteis, combustíveis, farmacêutica, fertilizantes, máquinas agrícolas, insumos químicos etc.) e estabelece complexos círculos de cooperação no espaço, transformado por modernos sistemas de engenharia funcionais à produção capitalista global.

No estado de Minas Gerais, a agropecuária se caracteriza pela diversidade de produtos de origem vegetal e animal, destinados ao mercado externo como soja, café, milho, complexo sucroalcooleiro e carne bovina (MINAS GERAIS, 2015). Atualmente esse setor se constitui como um dos mais importantes para a balança comercial e para o Produto Interno Bruto (PIB) mineiro, movimentando aproximadamente R\$ 162,5 bilhões em 2014, representando 13,4% do PIB do agronegócio nacional (MINAS GERAIS, 2015).

Minas Gerais é um dos principais exportadores de produtos agropecuários do país (MINAS GERAIS, 2014), com destaque para o café, produto fundamental para a economia estadual, produzindo 22.643 mil sacas de 60kg em 2014, correspondendo à aproximadamente 50% da produção cafeeira nacional, distribuídos em todas as regiões do estado em 995.079 hectares, ocupando 51% da área total destinada à cafeicultura no Brasil (BRASIL, 2015).

A distribuição espacial da produção de café é desigual. Concentra-se nas regiões que possuem as condições edafoclimáticas ideais para o desenvolvimento e aumento da produtividade dos cafezais e os sistemas de objetos que propiciam a produção, a comercialização, o consumo de café e redes que viabilizam a circulação de produtos, capitais, informações e pessoas.

Os dados referentes à produção cafeeira no estado de Minas Gerais em 2014 (Tabela 16) reafirmam a liderança do Sul/Sudoeste e do Oeste de Minas responsáveis por 48% da produção de café, seguidos pelas regiões do Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas com 26% e da Zona da Mata, Vale do Rio Doce e Central de Mineira com 23% da produção cafeeira.

Tabela 16: Área, produção e produtividade do café no estado de Minas Gerais e suas regiões produtoras, em 2014.

REGIÃO	Área (hectares)		Produção (Mil sacas beneficiadas)			Produt. (Sacas /ha)
	Em Formação	Em Produção	Arábica	Robusta	TOTAL	
Sul/Sudoeste de Minas e Oeste de Minas	120.480	501.214	10.804	-	10.804	21,56
Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas	26.163	174.369	5.765	-	5.765	33,06
Zona da Mata, Vale do Rio Doce e Central Mineira	57.776	284.582	5.111	193	5.304	18,64
Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri	1.921	34.914	666	104	770	22,05
Minas Gerais	206.340	995.079	22.345	297	22.643	22,75

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2014 Org: GOMES, L.C.
Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas> Acesso em: Maio de 2015

O Sul de Minas é a principal região produtora de café no Brasil, correspondendo à aproximadamente 24% da produção nacional, a área de cultivo ocupa 501.214 hectares, apresentando, em 2012, cerca de 37 mil propriedades, com 80% destas com área inferior a 50 hectares. A região é caracterizada pelo predomínio da pequena propriedade, com uso intensivo de mão-de-obra, devido as dificuldades de adaptar a mecanização em regiões de topografia acidentada (FREDERICO, 2013).

A produtividade média do Sul de Minas (21,56 sacas/hectare) é relativamente menor que os índices apresentados pelo Cerrado Mineiro e Baiano, mas as condições edafoclimáticas - como solo adequado, pluviosidade regular, disponibilidade hídrica e temperaturas médias anuais entre 18°C e 22°C - e os sistemas técnicos e organizacionais vinculados ao circuito espacial produtivo do café, - como cooperativas, armazéns, universidades, centros de pesquisa e assistência técnica, bancos, empresas de exportação e comercialização de café e a mão-de-obra qualificada e barata - contribuem diretamente para consolidação como principal região produtora de café de Minas Gerais e do Brasil.

A produtividade média anual do café produzido em Minas Gerais é de 22,75 sacas de 60kg por hectare. As regiões que apresentam os índices mais altos

correspondem ao Triângulo/Alto Paranaíba e Noroeste de Minas, com 33,06 sacas/hectare, as demais regiões produtoras de café se caracterizam pela produtividade anual abaixo da média geral estadual.

A maioria dos principais municípios produtores de café em Minas Gerais no ano de 2014 localizam-se nas regiões do Triângulo/Alto Paranaíba e Sul/Sudoeste de Minas. Destaque para o município de Patrocínio, localizado no Alto Paranaíba, cuja produção de aproximadamente 63.328 toneladas corresponde ao dobro do índice alcançado pelo município de Serra do Salitre, localizado na mesma região (Tabela 17).

Tabela 17: Principais municípios produtores de café em Minas Gerais, ano de 2014.

Cidade	Região IBGE	Toneladas
Patrocínio	Triângulo/Alto Paranaíba	63.328
Serra do Salitre	Triângulo/Alto Paranaíba	29.417
Monte Carmelo	Sul/Sudoeste de Minas	27.246
Araguari	Triângulo/Alto Paranaíba	24.751
Ibiraci	Sul/Sudoeste de Minas	21.246
Campos Gerais	Sul/Sudoeste de Minas	20.132
Rio Paranaíba	Triângulo/Alto Paranaíba	19.562
Três Pontas	Sul/Sudoeste de Minas	18.440
Carmo do Paranaíba	Triângulo/Alto Paranaíba	18.333
Nova Resende	Sul/Sudoeste de Minas	18.088
Boa Esperança	Sul/Sudoeste de Minas	18.086
Campos Altos	Triângulo/Alto Paranaíba	16.524
Manhuaçu	Zona da Mata	16.320
Coromandel	Triângulo/Alto Paranaíba	15.897
Nepomuceno	Sul/Sudoeste de Minas	15.633
Carmo da Cachoeira	Sul/Sudoeste de Minas	15.387
Monte Santo de Minas	Sul/Sudoeste de Minas	14.976
São Sebastião do Paraíso	Sul/Sudoeste de Minas	14.484
Machado	Sul/Sudoeste de Minas	14.257
Carmo do Rio Claro	Sul/Sudoeste de Minas	14.083
Perdizes	Triângulo/Alto Paranaíba	14.045
Alfenas	Sul/Sudoeste de Minas	13.728
Santo Antônio do Amparo	Oeste de Minas	13.500
Cabo Verde	Sul/Sudoeste de Minas	12.718
Unaí	Noroeste de Minas	12.545

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Acompanhando os dados referentes à cafeicultura, os municípios com os índices mais altos de produtividade se localizam nas regiões com maior produção, no chamado

“Cerrado Mineiro” e no “Sul de Minas”, duas regiões competitivas com territórios funcionais à cafeicultura científica globalizada (FREDERICO, 2012).

Tabela 18: Minas Gerais - Produção Agrícola Municipal - Lavoura Permanente: Café (em grão) Arábica - Valor da produção.

Cidade	Região IBGE	Produção em mil reais
Patrocínio	Triângulo/Alto Paranaíba	474.960
Serra do Salitre	Triângulo/Alto Paranaíba	220.628
Monte Carmelo	Sul/Sudoeste de Minas	204.345
Araguari	Triângulo/Alto Paranaíba	189.758
Ibiraci	Sul/Sudoeste de Minas	147.553
Rio Paranaíba	Triângulo/Alto Paranaíba	146.715
Campos Gerais	Sul/Sudoeste de Minas	142.031
Três Pontas	Sul/Sudoeste de Minas	129.080
Nova Resende	Sul/Sudoeste de Minas	126.616
Boa Esperança	Sul/Sudoeste de Minas	119.659
Carmo do Paranaíba	Triângulo/Alto Paranaíba	118.175
Carmo da Cachoeira	Sul/Sudoeste de Minas	115.403
Nepomuceno	Sul/Sudoeste de Minas	114.434
Manhuaçu	Zona da Mata	111.492
Campos Altos	Triângulo/Alto Paranaíba	110.002
Coromandel	Triângulo/Alto Paranaíba	107.518
Perdizes	Triângulo/Alto Paranaíba	105.338
Monte Santo de Minas	Sul/Sudoeste de Minas	104.832
São Sebastião do Paraíso	Sul/Sudoeste de Minas	101.388
Machado	Sul/Sudoeste de Minas	99.476
Santo Antônio do Amparo	Oeste de Minas	99.225
Carmo do Rio Claro	Sul/Sudoeste de Minas	98.771
Unaí	Noroeste de Minas	94.088
Romaria	Triângulo/Alto Paranaíba	87.210
Piumhi	Oeste de Minas	86.094

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

O valor da produção por município (Tabela 18) acompanha a estrutura hierárquica da quantidade produzida em toneladas, Patrocínio, Serra do Salitre e Monte Carmelo apresentam os maiores índices relacionados ao valor da produção em mil reais, sendo que a maioria dos municípios do ranking também se localizam nas regiões Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo/Alto Paranaíba.

3.5.1 As exportações de café do estado de Minas Gerais: constituição de circuitos espaciais extravertidos e as relações global-local

No ano de 2013, as exportações de café e derivados lideraram as vendas externas dos produtos do agronegócio mineiro, atingindo o valor de US\$3,10 bilhões, alcançando 42,3% das exportações do agronegócio estadual, mantendo-se na liderança das exportações nacionais de café com 58,9% da participação nas vendas externas brasileiras (MINAS GERAIS, 2014).

As exportações derivadas da cafeicultura corresponderam por 9,3% do total exportado entre todos os setores da economia mineira, consolidando-se na terceira colocação no ranking, atrás do minério de ferro e dos produtos metalúrgicos (MINAS GERAIS, 2014).

O Sul/Sudoeste de Minas e o Triângulo/Alto Paranaíba foram as regiões com maior participação nas exportações do agronegócio mineiro, movimentando aproximadamente 67,6% do comércio exterior de produtos agropecuários no ano de 2013 (Quadro 2).

Quadro 2: Exportações do agronegócio mineiro por regiões do IBGE, ano de 2013

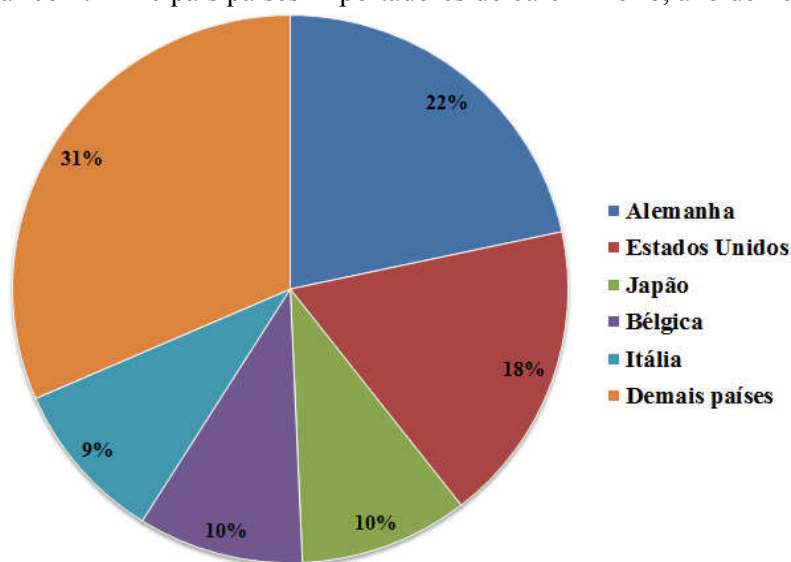
Região	US\$ Milhões	%	Principais municípios	Principais produtos
Sul/Sudoeste de Minas	2.485	37,6	Varginha; Três Corações; Ouro Fino e Alfenas	Café e Derivados; Cereais, Farinhas e Preparações; Rações para animais; Complexo Soja e Produtos Florestais
Triângulo/Alto Paranaíba	2.043	30,9	Araguari; Uberlândia; Delta; Ituiutaba e Uberaba.	Complexo Sucroalcooleiro; Carnes; Complexo Soja; Couros e Peleteria e Café e Derivados.
Vale do Rio Doce	626	9,5	Belo Oriente; Caratinga; Ipatinga; Timóteo e Governador Valadares.	Produtos Florestais; Café e Derivados; Produtos Apícolas; Couros e Peleteria e Produtos Têxteis.
Triângulo/Alto Paranaíba	397	6,0	Patrocínio; Santa Juliana; Monte Carmelo; Carmo do Paranaíba e Patos de Minas.	Café e Derivados; Complexo Sucroalcooleiro; Complexo Soja e Outros Produtos de Origem Animal.
Zona da Mata	302	4,6	Manhuaçu; Manhumirim; Matipó; Espera Feliz e Cataguases.	Café e Derivados; Produtos Têxteis; Chá, Mate e Especiarias e Produtos Florestais.
Central Mineira	266	4,0	Belo Horizonte; Sete Lagoas; Santa Luzia; Barbacena e Contagem.	Café e Derivados; Complexo Soja; Lácteos; Carnes e Produtos Têxteis.

Noroeste de Minas	201	3,0	João Pinheiro; Unai; Buritis; Brasilândia de Minas e Guarda-Mor.	Complexo Sucroalcooleiro; Complexo Soja; Produtos Têxteis; Chá, Mate e Especiarias e Grãos e Cereais.
Oeste de Minas	192	2,9	Piumhi; Itaúna; Lagoa da Prata; Divinópolis e Santo Antônio do Amparo	Complexo Soja; Café; Produtos Têxteis; Lácteos; Outros Produtos de Origem Animal e Frutas e Derivados.
Norte de Minas	55	0,8	Pirapora; Montes Claros; Jaíba; São João do Paraíso e Salinas.	Complexo Soja; Produtos Têxteis; Lácteos; Outros Produtos de Origem Animal e Frutas e Derivados.
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	48	0,7	Nanuque; Angelândia e Capelinha.	Carnes; Café e Derivados e. Complexo Sucroalcooleiro
Minas Gerais	6.116	100		

Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA – MG, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/panorama-do-agronegocio> Acesso em: Abril de 2015

A cafeicultura participa das exportações da maioria das regiões de Minas Gerais, que se caracterizam pela heterogeneidade da produção agropecuária voltada para a exportação. A principal variedade de café produzido e exportado pelo estado é o Arábica, com destaque para os cultivares Mundo Novo e Catuaí. O café verde lidera as vendas externas, porém nos últimos anos as exportações de café solúvel aumentaram sua participação, apresentando crescimento potencial no mercado internacional.

Gráfico 4: Principais países importadores do café mineiro, ano de 2013.



Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA – MG, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/panorama-do-agronegocio> Acesso em: Abril de 2015

Dentre os principais destinos da produção cafeeira do estado de Minas Gerais, destacamos a Alemanha liderando o ranking com 22%, os Estados Unidos com 18% das importações, Japão e Bélgica com 10% e Itália com 9% do total, juntos os Países da União Europeia e os Estados concentraram 69% das exportações de café do estado (Gráfico 4).

Os dez principais municípios agroexportadores de Minas Gerais, no ano de 2013, concentraram aproximadamente 60,7% das exportações do agronegócio mineiro. Varginha e Guaxupé, localizados no Sul/Sudoeste de Minas, lideraram o ranking das exportações do agronegócio estadual, sendo o café e seus derivados o principal produto de comercialização. Os outros municípios que se destacaram no ranking estadual de exportação de café são Araguari e Patrocínio, localizados no Triângulo/Alto Paranaíba.

Quadro 3: Principais municípios exportadores do agronegócio mineiro, ano de 2013.

Cidade	Região	US\$ Milhões	%	Principais produtos
Varginha	Sul/Sudoeste de Minas	1.280	17,4	Café e Derivados; Complexo Soja; Produtos Florestais; Frutas e Derivados de Frutas.
Guaxupé	Sul/Sudoeste de Minas	641	8,7	Café e Derivados; Fibras e Produtos Têxteis.
Belo Oriente	Vale do Rio Doce	619	8,4	Produtos Florestais e Demais Produtos de Origem Vegetal.
Araguari	Triângulo/Alto Paranaíba	499	6,8	Café e Derivados; Rações para Animais e Demais Produtos de Origem Animal; Complexo Soja; Carnes;
Uberlândia	Triângulo/Alto Paranaíba	415	5,6	Complexo Soja; Couros, Produtos de Couro e Peleteria; Cereais; Farinhas e Preparações; Demais Produtos de Origem Vegetal e Fumo e seus Produtos.
Delta	Triângulo/Alto Paranaíba	261	3,5	Complexo Sucroalcooleiro e Demais Produtos de Origem Animal.
Patrocínio	Triângulo/Alto Paranaíba	237	3,2	Café e Derivados; Complexo de Soja; Carnes; Demais Produtos de Origem Animal e Cereais, Farinhas e Preparações.
Ituiutaba	Triângulo/Alto Paranaíba	201	2,7	Carnes; Complexo Sucroalcooleiro e Demais Produtos de Origem Animal.
Uberaba	Triângulo/Alto Paranaíba	164	2,2	Complexo Sucroalcooleiro; Carnes; Complexo de Soja; Animais Vivos e Ovos e seus Derivados.
Iturama	Triângulo/Alto Paranaíba	155	2,1	Complexo Sucroalcooleiro; Carnes e Demais Produtos de Origem Animal.
Subtotal		4.473	60,7	
Minas Gerais		6.116	100	

Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA – MG, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/panorama-do-agronegocio> Acesso em: Abril de 2015

Nas regiões inseridas na lógica do agronegócio científico globalizado, aumentaram as escalas de atuação das multinacionais no território, regulando o processo produtivo do campo e da cidade. As maiores empresas exportadoras do agronegócio mineiro localizam-se em cidades médias do Sul de Minas que também se destacam entre os principais municípios produtores e/ou exportadores do estado.

Quadro 4: Principais empresas exportadoras do agronegócio mineiro no ano de 2013.

Empresas	Município	Produtos
Cenibra - Celulose Nipo - Brasileira S/A	Belo Oriente	Produtos florestais e outros produtos de origem vegetal
Cooxupé - Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda.	Guaxupé, Monte Carmelo e Carmo do Rio Claro	Café e Derivados
BRF - Brasil Foods S/A	Uberlândia	Carnes
JBS S/A	Ituitaba, Iturama e Uberlândia	Carnes, Gorduras e Óleos de Origem Animal e Couros e Peleteria
Usina Delta S/A	Delta e Conceição das Alagoas	Complexo Sucroalcooleiro
ADM do Brasil Ltda.	.Araguari, Pirapora, Patrocínio e Paracatu	Cereais, Farinhas e Preparações e Complexo Soja
Terra Forte Exportações e Importações de Café Ltda.	Poços de Caldas	Café e Derivados
Usina Coruripe Açúcar e Álcool S/A	Iturama, Carneirinho e Campo Florido	Complexo Sucroalcooleiro
Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A	Varginha e Unai	Café e Derivados e Complexo Soja
Stockler Comercial e Exportadora Ltda.	Varginha	Café e derivados
Mataboi Alimentos S/A	Araguari	Carnes
EISA - Empresa Interegrícola S/A	Araguari, Manhuaçu e Varginha	Café e derivados

Fonte: Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais - SEAPA – MG, 2014 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/panorama-do-agronegocio> Acesso em: Abril de 2015

O café é o principal produto de exportação de empresas como a Cooxupé - Cooperativa Regional de Cafeicultores de Guaxupé Ltda., com sede em Guaxupé, a maior cooperativa de café brasileira (ROLLO, 2009) e a Terra Forte Exportações e Importações de Café Ltda., localizada em Poços de Caldas, desempenhando operações de armazenamento, beneficiamento e exportação de café.

No município de Varginha, principal centro agroexportador do estado, encontram-se filiais de grandes empresas comercializadoras de café como a EISA - Empresa Interegrícola S/A, que também possui unidades em Manhuaçu e Araguari, e as *tradings* Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A, e a Stockler Comercial e Exportadora Ltda. empresa que faz parte das atividades da multinacional alemã Neumann Kaffee Gruppe .

3.5.2 O papel do Estado como agente regulador da produção cafeeira em Minas Gerais: os institutos de pesquisa e extensão rural

Para aumentar a competitividade do café mineiro no mercado internacional, conferindo-lhe qualidade e maior produtividade, os institutos de pesquisa e extensão rural estabelecem parcerias em projetos para desenvolvimento de técnicas de cultivo, inovações em melhoramento genético, máquinas agrícolas, fertilizantes e controle de pragas e novas formas de gestão administrativa.

Esses institutos de pesquisa promovem junto às empresas do setor cafeeiro e organizações de produtores de café, workshops, congressos, conferências, simpósios e feiras, divulgando novidades como novas formas de manejo sustentável do uso do solo e procedimentos para certificações, importantes para a consolidação do café mineiro no mercado americano, europeu e asiático.

No estado de Minas Gerais, a rede de pesquisas do Consórcio Pesquisa Café envolve universidades públicas e privadas, institutos federais, secretarias estaduais e cooperativas. A EMATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), o IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e a EPAMIG (Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais) são responsáveis pelas inovações tecnológicas para a cafeicultura e assistência técnica para os produtores.

Um dos programas coordenados pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) é o Certifica Minas Café, um programa de certificação idealizado pelo Governo de Minas Gerais, com parceria da UTZ Ceritfied e executado e operacionalizado pela EMATER-MG, IMA e EPAMIG.

No ano de 2013, o programa alcançava 226 municípios com um total 1.643 propriedades certificadas (MINAS GERAIS, 2014). O objetivo principal do programa é a implantação de boas práticas de produção nas propriedades cafeeiras do Estado, de

modo a aumentar a visibilidade e a competitividade do café mineiro nos mercados nacional e internacional.

A EMATER-MG promove a orientação e o acompanhamento aos cafeicultores para adequação das propriedades às normas, o IMA é responsável pela auditoria interna do Programa e verificação do cumprimento de normas, já a EPAMIG trabalha com a adaptação das fazendas implantando o modelo proposto pelo Certifica Minas Café.

Destacamos a importância de universidades públicas e institutos federais UFLA (Universidade Federal de Lavras), UFV (Universidade Federal de Viçosa), UFU (Universidade Federal de Uberlândia), IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas), IFTM (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro) e UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

Essas instituições de ensino apresentam cursos técnicos, graduação e pós-graduação nas áreas de agronomia, veterinária, engenharia agrícola, engenharia florestal, engenharia ambiental, engenharia de alimentos, zootecnia, química, biologia, matemática, gestão ambiental, administração e economia agrícola, formando profissionais qualificados para o mercado de trabalho agrícola e desenvolvendo pesquisas aplicadas à produção agropecuária.

4 O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO - MG: AS ATUAIS DINÂMICAS TERRITORIAIS E AS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE NO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

4.1 Localização geográfica

Santo Antônio do Amparo possui área de 488,885 km² e localiza-se na microrregião de Oliveira pertencente à mesorregião Oeste de Minas (IBGE, 2015), seus municípios limítrofes são Bom Sucesso, Perdões, Oliveira, Santana do Jacaré e São Francisco de Paula, situando-se a cerca de 170 km de Belo Horizonte, 55 km de Lavras e 135 km de Varginha, em Minas Gerais e 400 km da cidade de São Paulo.

Figura 1: Localização do município de Santo Antônio do Amparo no estado de Minas Gerais.

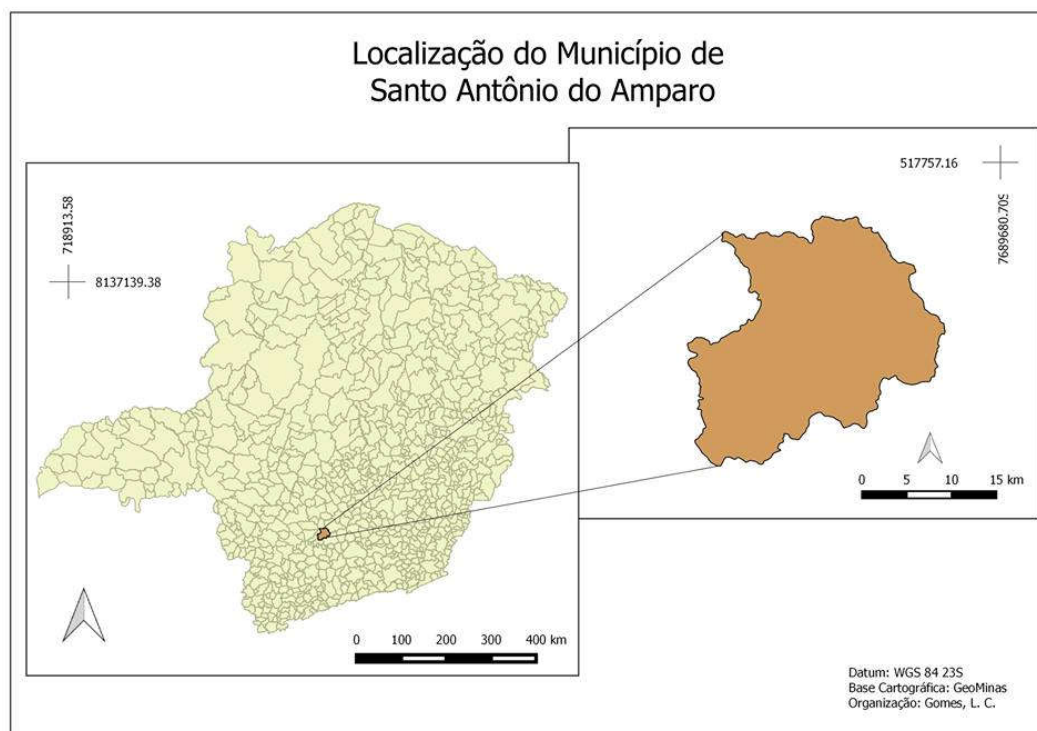
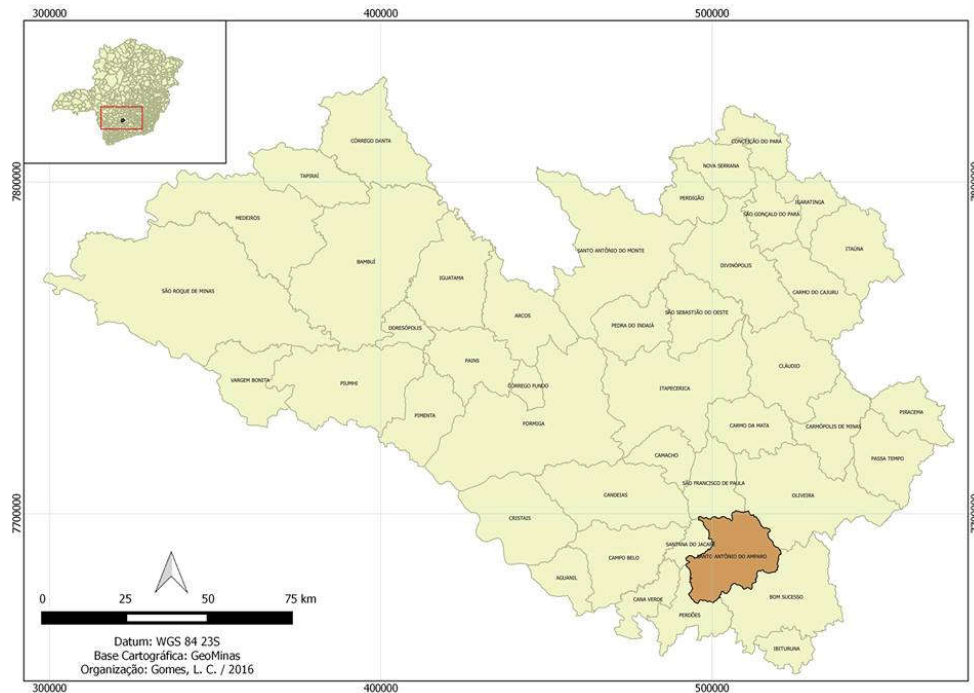


Figura 2: Localização de Santo Antônio do Amparo na mesorregião de Oliveira e municípios limítrofes.



4.2 Notas sobre a formação territorial do município de Santo Antônio do Amparo - MG

O recorte territorial que constitui o município de Santo Antônio do Amparo, Minas Gerais, formou-se a partir de um dos núcleos citadinos (CUNHA, 2009) que formavam a Comarca do Rio das Mortes no início do século XVIII e XIX, região que atualmente corresponde a alguns municípios do Sul de Minas, Oeste de Minas e do Campo das Vertentes (GRAÇA FILHO, 2002; CUNHA & GODOY, 2003).

O meio natural anteriormente presente em todo território nacional caracterizava-se pelos tempos lentos e atividades humanas subordinadas pelas dinâmicas da natureza, (SANTOS & SILVEIRA, 2006), esse meio é gradativamente transformado e reorganizado por uma nova divisão do trabalho mais complexa que a anterior, a partir da descoberta de ouro na região central de Minas Gerais no século XVIII.

Nesse período histórico, os mares de morros das regiões mineiras que atualmente formam o Sul de Minas, o Oeste de Minas, Zona da Mata e o Campo das Vertentes eram cobertos por florestas semi-decíduais, cerrados e campos de altitude. Os processos de exploração dos recursos naturais como madeira, minerais e água associados à ocupação humana, suprimiram a vegetação original formada pela Mata

Atlântica e instalaram-se gradativamente no espaço sistemas de objetos técnicos como estradas, pontes, barragens, fazendas, pastagens, plantações, vilas, cidades e redes de transporte, energia, e comunicação.

Figura 3: Mares de morros cobertos por floresta estacional semi-decidual.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo - MG

Figura 4: Os diversos elementos que atualmente compõe a paisagem do espaço agrícola amparense como as estradas rurais, o cafezal, a silvicultura e as pastagens refletem as constantes ações antrópicas sob o meio natural.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo - MG

O processo de ocupação dessas regiões do território mineiro caracterizou-se pelo povoamento inicial em áreas de mineração aurífera. O aumento da população e a nova divisão do trabalho instituída com a exploração mineral criaram demandas por mão-de-obra, infraestruturas, serviços especializados e produção de gêneros manufaturados e alimentícios. Essa região localizava-se entre a cidade de Vila Rica, o sertão e a metrópole, tornando-se um lugar de trocas comerciais e abastecimento de viajantes, tropeiros e bandeirantes.

Nesse contexto, surgem núcleos citadinos no espaço rural da Comarca do Rio das Mortes responsáveis pela produção de fubá, mandioca, farinha, queijo, aguardente, milho, feijão, mandioca, carnes, couros e café abastecendo a população local e o município de São João del Rei, que comercializava os produtos da comarca e era responsável pelos fluxos de capitais com a cidade do Rio de Janeiro (GRAÇA FILHO, 2002; CUNHA, 2009).

O primeiro núcleo de povoamento do município de Santo Antônio do Amparo surgiu no século XVIII com a constituição da Fazenda da Lagoa, atual NKG Fazendas Brasileiras Ltda., que inicialmente produzia mandioca, feijão, milho, arroz, carne e leite. O desenvolvimento da agropecuária e a constituição de uma paróquia da igreja Católica Apostólica Romana foram importantes para processo de ocupação territorial e distribuição da população no campo e na cidade.

Figura 5: Antiga sede da Fazenda da Lagoa, atual NKG Fazendas Brasileiras, sem data.

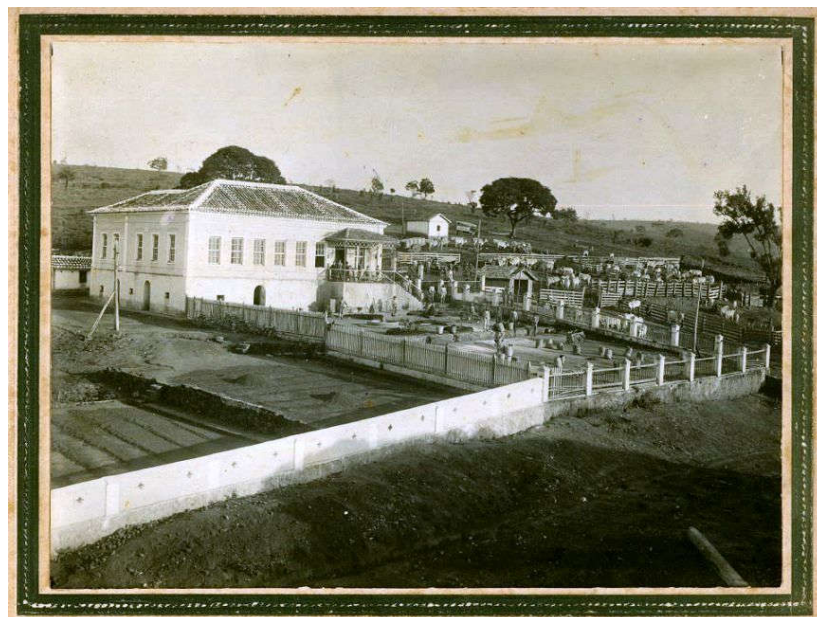


Foto: Mateus Queiroz

A economia baseada na produção agrícola e na pecuária instituiria uma divisão social e territorial do trabalho local reforçando o processo histórico de luta de classes nas regiões agrícolas brasileiras. O trabalho no campo utilizava-se da mão-de-obra escrava e as fazendas produziam tudo que era necessário ao consumo da família, dos moradores e dos escravos, como alimentação, calçados e vestuário, comercializando os excedentes de produção em vilas e distritos próximos (GRAÇA FILHO, 2002).

Historicamente, a criação de gado bovino para produção de carne, couros, leite e derivados e o cultivo de arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho e mandioca, produzindo aguardente, melado, açúcar, fubá, farinhas de milho e mandioca e polvilho, estabeleciam a dinâmica econômica regional até o final do século XIX e início do século XX, período que ocorre introdução e desenvolvimento do parque cafeeiro no Sul de Minas (FILETTO & ALENCAR, 2001) transformaria a divisão territorial do trabalho na região.

Os primeiros cafezais amparenses datam do final do século XIX e foram cultivados inicialmente na histórica Fazenda da Lagoa, atual NKG Fazendas Brasileiras Ltda.. A introdução e a expansão da cafeicultura em Santo Antônio do Amparo acompanharam as transformações da economia agrícola em escala regional, nacional e global reorganizando suas etapas de produção e estabelecendo novas relações de trabalho.

O distrito com a denominação de Santo Antônio do Amparo foi criado pelo decreto de 14 de julho 1832, sendo elevado à categoria de vila e desmembrado do município de Bom Sucesso conforme a lei provincial nº 3.270, de 30 de setembro de 1884. Porém essa lei será suprimida pelo decreto nº 314 de 07 de janeiro de 1891 que extingue a vila de Santo Antônio do Amparo, anexando seu território ao município de Bom Sucesso, tornando-se um distrito (AGUIAR, 1978).

Santo Antônio do Amparo é elevado à categoria de município mediante a lei estatual nº 148 de 17 de dezembro de 1938. Atualmente é constituído pela cidade sede, onde se situam a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e todas as secretarias, pelo distrito de São Sebastião da Estrela e pelas comunidades rurais do Baliza, Guarita, Cascalho, Amparo, Varão. Bananal, Caridade Perpétuo Socorro, Caridade São Vicente de Paulo e Fagundes.

Figura 6: Praça Joaquim Ferreira de Aguiar, Bairro Centro, ano de 1935.



Foto: João Carlos Avelar Rodrigues

Figura 7: Avenida Padre Cardoso, Bairro Centro, 1935.



Foto: João Carlos Rodrigues

A partir da década de 1950 e 1960, os investimentos Estatais em sistemas de engenharia e logística aceleraram os processos de modernização do território no Sul de Minas. A instalação da rodovia Fernão Dias – BR 381, a construção de hidrelétricas, a distribuição de redes de telefonia e comunicação e a modernização da produção agropecuária reestruturaram a rede urbana regional. Nesse contexto o meio técnico-

científico materializa-se no espaço através de pontos nas regiões funcionais à produção agropecuária e industrial interligando as cidades através das redes.

No período pós-guerra, o desenvolvimento da economia e a modernização do território trouxeram o “progresso” para as pequenas cidades do interior com a instalação de redes de telefonia, serviços de telégrafos, bancos e correios, aumento no número de automóveis e asfaltamento de rodovias, permitindo o aumento das trocas materiais e imateriais entre os lugares.

O processo de urbanização e o crescimento da produção e exportação cafeeira (IBGE, 2010) em Santo Antônio do Amparo seguiram a lógica do desenvolvimento econômico em escala regional e nacional das décadas de 1970 e 1980 (SANTOS & SILVEIRA, 2006), caracterizando-se como um município em sua maioria formado por pessoas residentes na cidade na qual a economia e a infraestrutura urbana e rural refletem a crescente especialização produtiva agrícola.

Figura 8: Avenida Padre Cardoso, ano de 1988.



Foto: João Carlos Rodrigues

Ao final da década de 1990 e começo dos anos 2000, novos nexos globais instalaram-se no território a partir do processo de privatização dos setores de telecomunicações e transportes e dos investimentos no agronegócio, nesse contexto especificamente em criação de gado bovino e cafeicultura.

A chegada de multinacionais e novas lojas ao município, o aumento da quantidade de automóveis, o asfaltamento de ruas e avenidas, a modernização das redes (transportes, telefonia fixa e móvel, internet) e o desenvolvimento dos setores de

serviços e da agropecuária criam novos meios de interação e integração entre a cidade, o campo e outras regiões.

Na década de 2010, o centro da cidade concentra a rede bancária, restaurantes e principalmente o comércio tanto destinado ao consumo consuntivo quanto ao consumo produtivo, além dos serviços relacionados com o agronegócio. Por apresentar uma funcionalidade econômica importante o centro da cidade, possui uma infraestrutura adequada ao comércio, como ruas asfaltadas e sinalizadas, boa iluminação, redes de telefonia móvel e internet e estacionamento para veículos, facilitando o fluxo de pessoas, produtos e capital.

Figura 9: Avenida Padre Cardoso, ano de 2016.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo – MG

No município de Santo Antônio do Amparo, a cidade e o campo refletem as transformações conduzidas por processos recentes como modernização do território brasileiro e a modernização agropecuária, através de elementos de diferentes períodos históricos, ou seja, de pedaços de tempo materializados no espaço por meio de sistemas de objetos técnicos que possuem novas funções ao serem incorporados pela produção capitalista integrada em diversas escalas ao agronegócio, à industrialização e ao comércio.

4.3 Distribuição espacial e crescimento da população municipal

O processo de urbanização e o crescimento da população residente da cidade são fenômenos recentes, consolidando-se no período técnico-científico-informacional ao refletir o caráter urbano e contraditório das regiões inseridas pela lógica capitalista da globalização.

Tabela 19: Evolução da população urbana e rural em Santo Antônio do Amparo.

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
População urbana	4423	6574	9125	14052	15187
População rural	4637	5211	4628	2057	2158
Total	9060	11785	13753	16109	17345

Fonte: IBGE, 2015. Ogr: GOMES, L.C. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>. Acesso em: fevereiro de 2016

Tabela 20: Percentual da evolução da população urbana e rural em Santo Antônio do Amparo.

Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Percentual da população urbana	51	56	66	87	88
Percentual da população rural	49	44	34	13	12
Total	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE, 2015. Ogr: GOMES, L.C. Disponível em: <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=6&op=1&vcodigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>. Acesso em: fevereiro de 2016

Em Santo Antônio do Amparo, houve aumento em números absolutos e percentuais da população urbana a partir da década de 1970, com destaque para o período entre 1980 e 2000, atingindo um índice de crescimento de 106% da população urbana em apenas vinte anos.

A população do campo diminuiu em 60% no mesmo período, apresentando queda em números percentuais a partir da década de 1970 e um pequeno crescimento em números absolutos entre as décadas de 2000 e 2010 (IBGE, 2014).

Conforme o Censo de 2010, a população total do município é de 17.345 habitantes, sendo 15.187 residentes na cidade totalizando 87,6% e 2.158 residentes no campo representando 12,4% da população. As tabelas 19 e 20 mostram a evolução da população e urbana e rural nos últimos quarenta anos, conforme os resultados das pesquisas realizadas pelo IBGE.

4.4 Indicadores sociais de Santo Antônio do Amparo

A taxa de analfabetismo no município é de 12,6% (IBGE, 2014), a rede de ensino amparense conta com creches, escolas públicas e particulares de ensino básico, fundamental e médio, cursos técnicos federais e cursos superiores particulares localizados na cidade e escolas públicas de ensino básico, fundamental e médio no distrito de São Sebastião da Estrela dentre outros povoados.

Conforme a Secretaria Municipal de Educação, ano de 2016, a cidade concentra quatro creches municipais, três escolas municipais de ensino básico e fundamental, duas escolas estaduais de ensino fundamental e médio e duas escolas privadas de ensino básico, fundamental e médio. Já a população dos distritos e povoados localizados no espaço agrícola amparense conta com uma creche municipal, uma escola estadual de ensino fundamental e médio e duas escolas municipais de ensino fundamental e médio.

É na cidade onde se encontram os cursos técnicos federais de enfermagem, manutenção e suporte em informática e segurança do trabalho, oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e os dois cursos superiores particulares: de Pedagogia e Administração ofertados na modalidade à distância pelo Centro Universitário Hermínio Ometto.

A população amparense conta com serviços de saúde públicos como cinco Unidades Básicas de Saúde (UBS) na cidade, uma no Distrito de São Sebastião da Estrela e seis unidades de apoio à saúde da família distribuídas nos demais povoados, um Centro de Atenção Psicossocial (Caps), o Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Alto Rio Grande (Cismarg) e o Hospital Regional São Sebastião responsável por realização de consultas, exames e cirurgias atendendo também municípios vizinhos como Perdões, Campo Belo e Bom Sucesso.

No ano de 2010, 82,1% dos domicílios no município possuíam saneamento básico adequado, entretanto como demonstram os dados das tabelas 21 e 22 há grande desigualdade na distribuição e acesso a esse serviço público entre a população da cidade, onde 92,9% das residências possui saneamento adequado e do campo cujo índice apenas 9,7% (IBGE, 2010).

Tabela 21: Tipo de saneamento nos domicílios particulares urbanos e rurais ano de 2010.

Tipo de Saneamento	Percentual %	Número de Domicílios
--------------------	--------------	----------------------

Saneamento adequado	82,1	
Saneamento semi-adequado	11,7	
Saneamento inadequado	6,2	
Total	100,0	5.038

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado por: GOMES, L.C. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=79&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais--> Acesso em Janeiro de 2016.

Tabela 22: Tipo de saneamento nos domicílios particulares permanentes urbanos ano de 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado por: GOMES, L.C. Disponível em:

Tipo de Saneamento	Percentual %	Número de Domicílios
Saneamento adequado	92,9	
Saneamento semi-adequado	6,3	
Saneamento inadequado	0,8	
Total	100,0	4.386

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=79&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais--> Acesso em Janeiro de 2016.

Tabela 23: Tipo de saneamento nos domicílios particulares permanentes rurais ano de 2010.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Elaborado por: GOMES, L.C. Disponível em:

Tipo de Saneamento	Percentual %	Número Domicílios
Saneamento adequado	9,7	
Saneamento semi-adequado	48,2	
Saneamento inadequado	42,2	
Total	100,0	652

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=79&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|censo-demografico-2010:-resultados-do-universo-indicadores-sociais-municipais--> Acesso em Janeiro de 2016.

No município de Santo Antônio, as infraestruturas e serviços básicos públicos centralizam-se na cidade, e apresentam uma menor concentração e diversidade de serviços nos povoados e distritos localizados no espaço rural, o que determina uma dependência da população residente no campo por serviços como educação, saúde e assistência social localizados exclusivamente na cidade.

4.5 A logística dos espaços urbano e agrícola de Santo Antônio do Amparo

As redes de transporte e comunicações, as normas e ações deliberadas por instituições e as estratégias de uso e regulação das etapas da produção são o conjunto de variáveis que permitem a análise da logística em sua dimensão geográfica. Esse conjunto de elementos em um mesmo subespaço demanda aumento da fluidez no território (CASTILLO, 2007).

. A análise da distribuição espacial e dos usos desses elementos que constituem a logística nos permitem captar o movimento de pessoas, produtos, capitais e ordens entre a cidade e o campo e a cidade e lugares localizados em diferentes regiões, instituindo e consolidando as relações local-regional e local-global.

Em Santo Antônio do Amparo, os sistemas de engenharia que constituem a logística dos espaços urbanos e agrícolas viabilizam: a produção cafeeira, o escoamento de produtos agropecuários municipais, a comercialização de insumos funcionais ao agronegócio, o escoamento de produção agrícola, mineral e industrial e a movimentação de capitais e pessoas entre municípios vizinhos e lugares distantes.

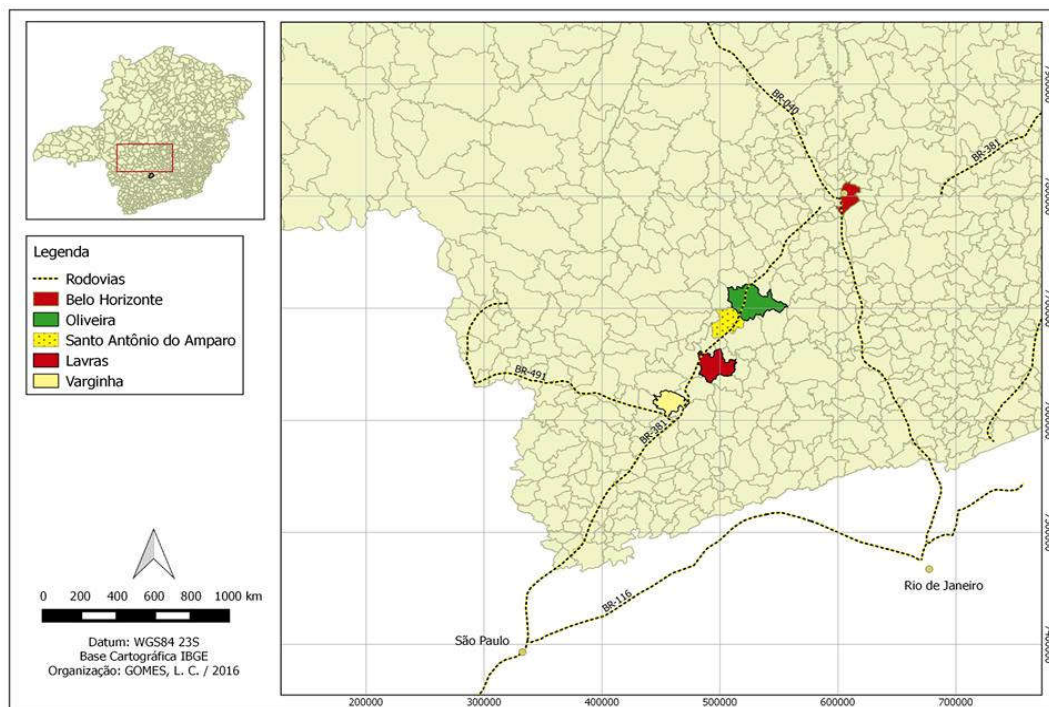
4.5.1 As redes de transporte, energia e de comunicações no território amparense.

O município de Santo Antônio do Amparo possui estradas vicinais que ligam a cidade aos povoados, distritos, sítios e fazendas. Essas redes de transporte permitem o fluxo de pessoas, produtos, matérias-primas e trocas comerciais entre o campo e a cidade, sendo de responsabilidade da prefeitura municipal a manutenção das estradas que ligam esses dois subespaços.

Em Santo Antônio do Amparo as principais redes de transporte são as rodovias, com destaque para a MG - 332 que permite o acesso ao município de Bom Sucesso e a BR-381 (Rodovia Fernão Dias), que liga São Paulo a Belo Horizonte.

Margeando ao longo de seu trecho trinta e três cidades de diferentes regiões e com papéis distintos na divisão territorial do trabalho e na rede urbana, a BR – 381 (Rodovia Fernão Dias) desempenha um importante papel no fluxo de pessoas, no escoamento de matérias-primas e de produção agropecuária, mineral e industrial, e na circulação de capitais, interligando as diferentes regiões inseridas no meio técnico-científico-informacional na região Sudeste no eixo São Paulo – Belo Horizonte.

Figura 10: Principais cidades médias da região de Santo Antônio do Amparo – MG, margeadas pela rodovia Fernão Dias (BR 381).



Destacamos que, a partir do ano de 2008, a empresa Autopista Fernão Dias, pertencente ao grupo OHL Brasil, obteve concessão da rodovia por vinte e cinco anos, tornando-se responsável pela administração, manutenção e conservação do trecho de 562,1km entre as cidades de Contagem – MG e Guarulhos – SP.

A empresa instalou no total de oito praças de pedágio, sendo duas em São Paulo e seis em Minas Gerais, incluindo o município de Santo Antônio do Amparo, onde também se encontra uma base operacional no Km 650,2.

Figura 11. Praça de pedágio do Km 658,3 localizada na rodovia Fernão Dias (BR-381) em Santo Antônio do Amparo.



Fonte: <http://br.distanciacidades.com/distancia-de-santo-antonio-do-amparo-a-nova-serrana> (Acesso em julho de 2016)

A lógica neoliberal se materializa no território através da privatização de sistemas de objetos técnicos instalados no espaço com objetivo principal de proporcionar fluidez permitindo maior circulação de produtos, capitais e informações dos grandes grupos hegemônicos capitalistas.

O município possui o aeroporto “Júlio Garcia”, inaugurado em 1988, localiza-se a 6km do centro da cidade, próximo à NKG Fazendas Brasileiras Ltda. O aeroporto possui uma pista de 1.800 metros para pousos e decolagens de pequenos aviões e helicópteros e é utilizado principalmente por autoridades políticas, militares, empresários do agronegócio e artistas/conjuntos musicais.

Figura 12: Aeroporto Municipal Julio Garcia.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo – MG

O abastecimento de água para a população da cidade e do campo, o esgotamento sanitário e o tratamento de resíduos sólidos são atividades realizadas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG). Já a geração, distribuição e transmissão da energia elétrica são de responsabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), uma das principais empresas do setor energético do Brasil, que atua em dezenove estados brasileiros e no Distrito Federal.

O abastecimento de água para a população da cidade e do campo, o esgotamento sanitário e o tratamento de resíduos sólidos são atividades realizadas pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA MG). Já a geração, distribuição e transmissão da energia elétrica são de responsabilidade da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG), uma das principais empresas do setor energético do Brasil, que atua em dezenove estados brasileiros e no Distrito Federal.

A cidade conta com seis estações de televisão Rede Vida, Band Minas, Record Minas, sendo a TV Alterosa – SBT e o EPTV Sul de Minas – Rede Globo com filiais na cidade de Varginha – MG, uma estação de rádio local, a Rádio Regional FM 91,3, além de x jornais impressos. A telefonia fixa é operada pela multinacional Oi S.A. (DDD 35) e as empresas oferecem serviço de telefonia no município são a TIM Brasil Serviços e

Participações S.A, Claro S.A., Vivo S.A.e a Oi S.A, contando também com provedores de internet banda larga.

No município de Santo Antônio do Amparo, os serviços e equipamentos públicos como educação, cultura, saneamento básico, saúde, segurança, moradias populares, manutenção das vias de transporte e áreas de lazer urbanas e rurais e conservação do patrimônio são promovidos e realizados pelo Estado em escala Federal, Estadual e Municipal.

Em contraponto com os equipamentos e serviços básicos, os sistemas de engenharia como rodovias, redes de telefonia fixa e móvel, abastecimento de água, energia elétrica e redes de internet foram privatizados e são comandados por empresas de parcerias público-privadas e/ou multinacionais.

Esses agentes controlam e determinam as localizações desses objetos, constituindo redes no território para uso e regulação das firmas hegemônicas que instituem círculos de cooperação e circuitos espaciais produtivos no espaço conforme as principais atividades econômicas do lugar.

No caso de Santo Antônio do Amparo e de outros municípios do Sul de Minas, como Guaxupé (ROLLO, 2005) e Alfenas (SILVA, 2013), a atividade produtiva dominante que estabelece essas dinâmicas territoriais é a cafeicultura.

Conforme Silveira (2003), a sociedade como um todo financia a construção de sistemas de engenharia utilizados pelas firmas hegemônicas que, no período técnico-científico-informacional, também constroem e/ou modernizam os sistemas de objetos para os quais a sociedade é obrigada a pagar tributos ou pedágios para ter acesso aos serviços básicos essenciais de transporte, água, energia, segurança, saúde e educação.

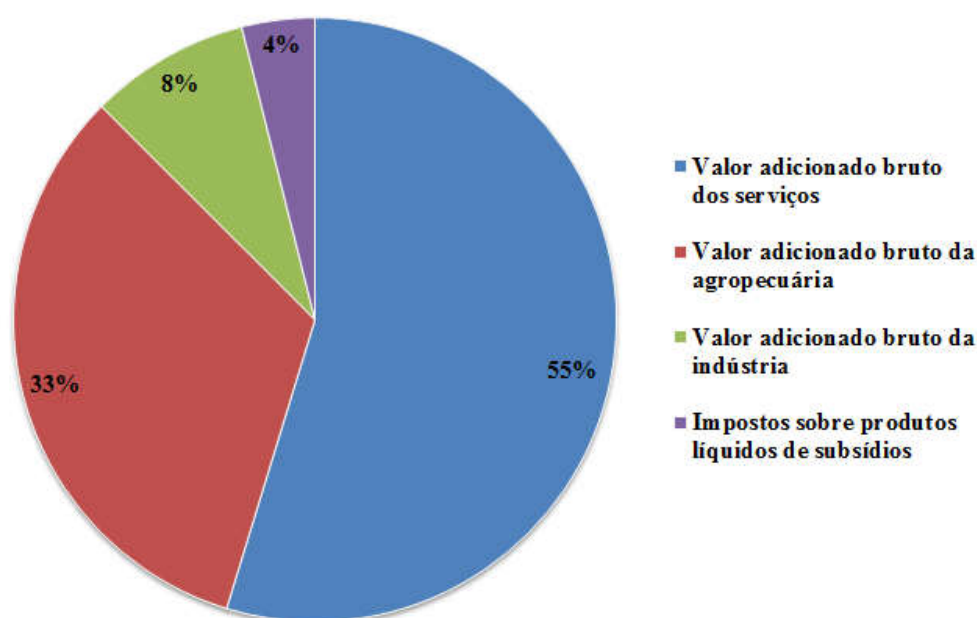
4. 6 Economia municipal

Nos municípios funcionais ao agronegócio científico globalizado, os serviços relacionados à produção do campo são oferecidos na cidade e apresentam um elevado percentual no Produto Interno Bruto (PIB) municipal.

Conforme Elias (2007a, 2007b), a reestruturação da agropecuária ampliou e reorganizou a produção material e consolidou a expansão quantitativa e qualitativa da produção não material, aumentando a terceirização da economia dos municípios principalmente nos ramos integrados ao circuito superior da economia urbana.

Em Santo Antônio do Amparo (Gráfico 05), o setor de serviços alcança 55% do PIB amparense, seguido pela agropecuária 33% e indústria com 8% do total. Os três setores da economia são integrados pela produção agropecuária, o setor de serviços é responsável pelos insumos agropecuários, comércio de fertilizantes, aquisição de mudas, prestação de serviços especializados, lojas de equipamentos e aluguel de máquinas agrícolas e pelo fluxo de capitais controlado pelos bancos e pelas empresas.

Gráfico 5: PIB (Produto Interno Bruto) de Santo Antônio do Amparo no ano de 2012.



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=16&search=minas-gerais/santo-antonio-do-amparo/sintese-das-informacoes> Acesso em Maio de 2015

O setor agropecuário apresenta produção de frutas, silvicultura, criação de gado bovino, criação de aves, produção de ovos e leite e cafeicultura, principal atividade agrícola e exportadora, enquanto a produção de laticínios e a torrefação de café são as atividades industriais do município.

4.7 Produção agropecuária e silvicultura

Os principais produtos agrícolas cultivados em Santo Antônio do Amparo são laranja, maracujá e banana, cana-de-açúcar, milho, mandioca, feijão e o café. Esses

produtos são responsáveis pela geração de mão-de-obra, desenvolvimento do comércio e integração entre diferentes regiões através das exportações do município (IBGE, 2014).

Tabela 24: Produção agrícola municipal – Lavoura Permanente 2013.

Produto	Tonelada	Mil Reais	Área colhida (h)
Café Arábica	13.212	65.399	9.175
Laranja	950	512	40
Maracujá	100	100	10
Banana	50	32	10

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=16&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|sinthese-das-informacoes> Acesso em Maio de 2015

Tabela 25: Produção agrícola municipal – Lavoura Temporária 2013.

Produto	Tonelada	Mil Reais	Área colhida (h)
Milho	2.400	1.218	500
Feijão	190	570	250
Cana-de-açúcar	2.100	155	30
Mandioca	300	125	20

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=16&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|sinthese-das-informacoes> Acesso em Maio de 2015

A pecuária municipal é diversificada e apresenta criação de gado bovino, equino, suíno e aves, contando também com a produção de leite de vaca e ovos de galinha (IBGE, 2014).

Tabela 26: Pecuária municipal – ano de 2013.

Efetivo dos rebanhos	Número de cabeças
Bovinos	14.787
Suínos	1.174
Aves	4.067
Equinos	208

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=16&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|sinthese-das-informacoes> Acesso em Maio de 2015

Santo Antônio do Amparo é produtor de leite de vaca e no ano de 2013, foram produzidos 7.230.000 litros de leite, atingindo o valor de R\$ 6.435.000,00, destaque

para a produção de leite pasteurizado e de laticínios comercializados na cidade e em municípios vizinhos.

Quadro 5: Relação das principais laticínios no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.

Empresa	Atividade	Localização
Fábrica de Laticínios Minas Milk	Fabricação de laticínios	Distrito de São Sebastião da Estrela
Indústria e Comércio Pavão Ltda.	Pasteurização de leite	Zona Rural
Laticínio Castelo Indústria e Comércio Ltda.	Fabricação de laticínios	Povoado da Guarita
Laticínios Estrela Ltda.	Fabricação de laticínios	Distrito de São Sebastião da Estrela
Laticínio Nova Aliança Ltda.	Fabricação de laticínios	Povoado da Guarita

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Elaborado por: GOMES, L.C.

A silvicultura é outra atividade agrícola desenvolvida no município e o cultivo de eucalipto ocupa uma área de 6.500 hectares. O principal produto comercializado é o carvão vegetal com uma produção de 6.778t e atingindo o valor de R\$4.067.000. Os outros produtos da silvicultura como a madeira em tora e a lenha de eucalipto obtiveram os valores de produção menores com R\$861.000,00 e R\$554.000,00 respectivamente no ano de 2014 (IBGE, 2014).

A heterogeneidade da produção agropecuária amparense evidencia que o recorte territorial analisado é ponto de partida de diferentes circuitos espaciais produtivos com intensidades, etapas e escalas geográficas próprias implicando em sobreposição de redes, novos papéis na divisão territorial do trabalho, intensificação das relações campo-cidade, ampliação das desigualdades e usos diferenciados do território.

4.8 A cafeicultura no município de Santo Antônio do Amparo

4.8.1 Condições geográficas naturais para o desenvolvimento da cafeicultura

Podemos afirmar que a instalação de sistemas técnicos e organizacionais vinculados ao circuito espacial produtivo do café, como cooperativas, armazéns, universidades, centros de pesquisa e assistência técnica, bancos, empresas de exportação e comercialização de café e portos secos, associado com as políticas Estadais para o desenvolvimento da cafeicultura, a regulação da produção pelas multinacionais e a mão-de-obra local diversificada contribuem diretamente para a consolidação de cidades do

Sul de Minas e da região de Santo Antônio do Amparo, entre as principais produtoras de café de Minas Gerais e do Brasil.

Os fatores geográficos naturais também são elementos importantes para interpretação do uso do território nessa região, pois a produção agropecuária é dependente da natureza e o conhecimento sobre os aspectos geográficos são elementares para a transformação do espaço. O café arábica se desenvolve em regiões de clima tropical e subtropical e cada espécie possui características biológicas que dependem de temperatura, pluviosidade, umidade para desenvolvimento das folhas, flores e maturação dos frutos.

Como discutimos no capítulo 2, o processo de modernização agrícola interfere diretamente nas leis da natureza, através do melhoramento genético de sementes, fertilização do solo, zoneamento agroclimático, controle do uso da água, inseticidas e agrotóxicos para controle de pragas, novas formas de gestão e administração agrícola, permitindo a adaptação de novas espécies regiões com menor aptidão para o cultivo ou aumento da produção em regiões que apresentam as condições naturais adequadas à cafeicultura.

Nas regiões onde predominam o domínio dos Mares de Morros Florestados (AB' SÁBER, 2003), que em Minas Gerais se estende pelo Sul de Minas, Zona da Mata e regiões do Oeste de Minas, Central de Minas e Campo das Vertentes, as condições geográficas naturais, como: solos com profundidade mínima de 1m e de boa drenagem, altitude média entre 800m - 1.200m, clima tropical de altitude, marcado por estação seca de maio a outubro e chuvosa de novembro a abril, pluviosidade entre 1.200mm e 1.500mm e temperaturas médias anuais entre 18°C e 23,5°C, e a disponibilidade de recursos hídricos, são consideradas favoráveis e aptas para o desenvolvimento biológico do *Coffea Arabica*.

Figura 13: Mares de morros recobertos por cafezais no espaço agrícola de Santo Antônio do Amparo.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo – MG

Conforme os resultados do zoneamento agroclimático para o cultivo do café arábica em Minas Gerais (SEDIYAMA, et al., 2001, EVANGELISTA, et al., 2001), a região do Sul de Minas, onde se localiza o município de Santo Antônio do Amparo, apresenta as condições geográficas naturais fundamentais aos cultivo do cafeeiro possibilitando alcançar melhores índices de produção e produtividade.

O uso de informações como recurso para conhecimento do território através de monitoramentos por satélites, radares, computadores e Sistemas de Informação Geográficas (SIGs) possibilitam o conhecimento do espaço e de suas potencialidades econômicas, dos recursos naturais existentes e da distribuição da população, permitindo aos agentes hegemônicos da política e da economia o controle, a regulação e a organização territorial.

4.8.2 Produção e exportação cafeeira municipal no período técnico-científico-informacional

Atualmente no município de Santo Antônio do Amparo, o cultivo de café arábica (*Coffea Arabica*) e suas variedades (como Bourbon, Catucaí, Mundo Novo, Acaiá e Catuai), são a principal atividade econômica municipal, responsável pela infraestrutura e uso do solo urbano e rural, geração de mão-de-obra, exportação e

relações comerciais entre o campo e a cidade, intraurbana, regionais, nacionais e globais.

Figura 14: Café Arábica.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo – MG

A área destinada ao cultivo em 2012 correspondeu a 9.175 hectares, 91,5% da área total do município destinada ao cultivo, produzindo 13.212 toneladas de café, com valores da produção de R\$ 65.399.000,00, atingindo aproximadamente 96% do valor da produção agrícola total (IBGE, 2014).

No ano de 2014, a produção cafeeira foi responsável por 99,99% da exportação municipal, atingindo o valor de US\$ 11.541.558, comercializando aproximadamente 2.933 toneladas de café com o exterior (BRASIL, 2015).

Os principais destinos do café amparense são os países da União Europeia, que importaram mais de 50% da produção municipal em 2014, os países Asiáticos com 20,08% e os países pertencentes à Associação Europeia de Livre Comércio que importaram 16,77% do total (Tabela 27).

Tabela 27: Principais destinos do café produzido em Santo Antônio do Amparo.

Blocos de destino	2013		2014	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
União Europeia - UE	2.621.736	46,58	5.785.082	50,12
Ásia	1.565.247	27,81	2.318.165	20,08
Associação Europeia de Livre Comércio - AELC	296.531	5,27	1.935.766	16,77
Estados Unidos	787.676	13,99	1.012.499	8,77
Oceania	314.252	5,58	491.421	4,26

Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Secretaria do Comércio Exterior, 2015 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/> Acesso em Junho de 2015

A produção cafeeira municipal é exportada principalmente para países economicamente desenvolvidos. Os únicos países importadores que não se localizam na Europa, são o Japão e os EUA a Austrália, Coreia do Sul e China (Tabela 28).

Tabela 28: Santo Antônio do Amparo: principais países importadores.

Países de destino	2013		2014	
	US\$ FOB	%	US\$ FOB	%
Japão	1.437.596	25,54	2.078.674	18,01
Suíça	296.531	5,27	1.935.766	16,77
Bélgica	1.002.137	17,80	1.697.569	14,71
Alemanha	947.295	16,83	1.502.184	13,01
Estados Unidos	787.676	13,99	1.012.499	8,77
Itália	486.905	8,65	997.055	8,64
Holanda	-	-	969.860	8,40
Austrália	314.252	5,58	491.421	4,26
Suécia	-	--	304.582	2,64
Coreia do Sul	78.144	1,39	196.832	1,71
Polônia	-	--	130.160	1,13
Reino Unido	80.425	1,43	107.481	0,93
Letônia	-	--	76.191	0,66
China	49.507	0,88	42.659	0,37
França	104.974	1,87	-	--
Rússia	42.963	0,76	-	--
Total dos principais países de destino	5.628.405	100,00	11.542.933	100,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento – Secretaria do Comércio Exterior, 2015 Org: GOMES, L.C. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/sistema/balanca/> Acesso em Junho de 2015

Comparando os dados relacionados à exportação do café arábica do Brasil, de Minas Gerais e Santo Antônio do Amparo, observamos que os principais destinos do produto comercializado nessas três escalas geográficas são a Alemanha, a Bélgica, o Japão, os Estados Unidos, dentre outros países da União Europeia. Esses mesmos países são os maiores consumidores de café e sediam as multinacionais que controlam o mercado global de torrefação, moagem, beneficiamento e comercialização de café verde, torrado, solúvel e derivados.

As decisões sob o controle dos preços no mercado cafeeiro centralizam-se em Nova Iorque e Londres, contando com grupos financeiros e empresariais americanos e europeus que controlam o mercado de capitais do agronegócio cafeeiro e as determinações referentes à qualidade do café partem das “demandas” dos consumidores europeus e americanos, refletindo diretamente na reestruturação da produção

propriamente dita, que ocorre nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil.

Partindo dessas reflexões, concordamos com Pereira (2011) ao afirmar que historicamente o Brasil desempenha funções no sistema econômico mundial que conferem uma subordinação dos interesses da nação aos interesses externos, resultando num planejamento que operacionaliza formas que dão suporte às ações hegemônicas no território.

4.9 As relações campo-cidade no município de Santo Antônio do Amparo

4.9.1 Consumo consuntivo

O crescimento da população nas cidades e a urbanização no atual período técnico-científico-informacional recriaram novas demandas por consumo facilitadas pela maior dispersão das multinacionais no território informatizado, os novos meios de comunicação e o acesso ao crédito (SANTOS & SILVEIRA, 2001), à telefonia e à internet, fixa e móvel, pelas classes trabalhadoras.

Consolida-se a reprodução desigual do consumo urbano capitalista globalizado nas cidades pequenas e no campo. Os principais bens materiais consumidos pela população, com diferenças qualitativas e quantitativas conforme as classes sociais são: computadores, televisões, telefones, celulares, geladeiras, máquinas de lavar roupas, eletrodomésticos, e automóveis. Lembrando que a cidade também oferece outras formas de consumo como lazer, alimentação, vestuário, turismo, saúde, bem-estar e cultura.

Em Santo Antônio do Amparo, no ano de 2010, os domicílios particulares da cidade e do campo apresentavam algumas diferenças percentuais na existência de bens de consumo duráveis (Quadros 6 e 7).

Quadro 6: Domicílios particulares permanentes da cidade com existência de alguns bens duráveis 2010.

Bens duráveis	Número de domicílios	Percentual
Televisão	4235	96,0
Geladeira	4042	92,4
Telefone celular	3663	83,7
Rádio	3631	83,0
Máquina de lavar roupa	1549	35,4
Automóvel para uso particular	1403	32,0
Microcomputador	1004	22,9

Telefone fixo	723	16,5
Microcomputador - com acesso à internet	703	16,0
Motocicleta para uso particular	451	10,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 Elaborado por: GOMES, L.C. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=94&search=minas-gerais/santo-antonio-do-amparo/censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-domicilios--> Acesso em abril de 2016.

Quadro 7: Domicílios particulares permanentes do campo com existência de alguns bens duráveis 2010.

Bens duráveis	Número de domicílios	Percentual
Televisão	605	95,0
Rádio	602	94,0
Geladeira	585	91,0
Telefone celular	545	86,0
Automóvel para uso particular	269	42,2
Motocicleta para uso particular	119	18,7
Máquina de lavar roupa	112	17,6
Microcomputador	73	11,4
Telefone fixo	36	5,6
Microcomputador - com acesso à internet	30	4,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 Elaborado por: GOMES, L.C. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=94&search=minas-gerais/santo-antonio-do-amparo/censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-domicilios--> Acesso em abril de 2016.

Apesar do número expressivo de aparelhos de TV rádio, geladeira e telefonia presente nos lares do campo e da cidade, a análise da quantidade absoluta e percentual de bens de consumo duráveis presentes nos domicílios ampaienses (Quadros 6 e 7) evidencia as demandas distintas da população desses dois recortes territoriais.

Na cidade, o percentual de automóveis e motocicletas de uso particular é menor que no campo, reflexo das distâncias relativamente menores entre os bairros periféricos e o centro e das condições de renda de parte da população urbana. Enquanto a necessidade de mobilidade da população rural e agrícola para a cidade influencia diretamente na quantidade de veículos nos domicílios do campo.

Com relação à presença de tecnologias como telefone fixo e microcomputadores, com e sem acesso à internet, é na cidade onde se encontram os maiores números absolutos e percentuais, devido à concentração de lojas especializadas e os nós das redes de telecomunicações e informática no espaço urbano, evidenciando a dispersão e consolidação descontínua do meio técnico-científico-informacional no território ampaiense.

Os apontamentos de Fresca (2010) reiteram que as cidades pequenas ainda atendem uma parcela significativa da população com bens e serviços imediatos. O chamado consumo consuntivo (SANTOS, 2013), ou seja, os bens de consumo pessoais da população do campo e da cidade possuem uma demanda heterogênea que acompanha os estratos de renda, as transformações econômicas do período histórico analisado e os equipamentos mercantis de acessibilidade aos bens e serviços.

No município de Santo Antônio do Amparo, os serviços e o comércio de bens de consumo concentram-se na cidade, principalmente no Bairro Centro, como lojas de eletrodomésticos, vestuários, calçados, artigos de papelaria e construção civil, serviços de telefonia e internet, consultórios médicos e dentários, farmácias, laboratórios, salões de beleza, restaurantes, lanchonetes, padarias, mercados, serviços de contabilidade, advocacias, administração e consultoria ambiental e equipamentos de administração pública,

Os bairros periféricos, como Areão, Rosário, Campinho e Lava-Pés, possuem menor variedade de serviços prevalecendo lojas de vestuários e artigos de papelarias, farmácias, mercados, bares, lanchonetes açougues, oficinas mecânicas, postos de gasolina e serviços de transporte. No campo, o acesso aos serviços e ao comércio em geral é mais limitado, apresentando uma pequena concentração no distrito de São Sebastião da Estrela.

4.9.2 Consumo produtivo

Nas regiões agrícolas modernas, a base de ciência, tecnologia e informação, funcionais ao agronegócio científico globalizado, demanda a ampliação do consumo produtivo, ou seja, o setor de comércio e serviços da cidade que passa a fornecer

“[...] máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços [...]”
(SANTOS, pág. 74, 2006)

para a produção agrícola e industrial do campo, tornado os fatores de coesão entre esse recorte territorial e a cidade, mais fortes e complexos (SANTOS, 2006).

No município de Santo Antônio do Amparo, a cidade, adaptada para atender o consumo produtivo agrícola, é o lócus da regulação da produção do campo, oferecendo

serviços e bens materiais e imateriais funcionais à cafeicultura, à pecuária, com destaque para a produção de laticínios, e à silvicultura.

Nos quadros 8, 9 e 10, elencamos as empresas funcionais à agropecuária amparense a partir da relação das empresas listadas no Cadastro de Contribuintes Ativos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo em 2014. Ressaltamos que as atividades especificadas foram transcritas do documento emitido pela Prefeitura Municipal.

No quadro 8, apresentamos as principais empresas prestadoras de serviços para agropecuária amparense, no qual se destacam serviços especializados como fabricação de máquinas e equipamentos para agropecuária, preparação de terrenos, terraplanagem e pavimentação e prestação de serviços rurais, agropecuários e ambientais.

Quadro 8: Relação das principais empresas prestadoras de serviços para agropecuária no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.

Empresa	Atividade	Localização
Carlos Tadeu Ribeiro de Castro	Prestação de serviços agropecuários	BR – 381
Comare Indústria Ltda. – Me	Fabricação de máquinas e equipamentos para agropecuária	Bairro Lava Pés
Construtora Triunfo Ltda.	Terraplanagem e pavimentação	Zona Rural
Heloízio Domingos Sávio Teixeira Carvalho – Me	Atividades de apoio à agricultura	Bairro Primo Campidelli
João Marcos Botelho – Me	Atividade pós colheita	Bairro Centro
Laboratório de Análise Química Terra Planta Ltda.	Prestação de serviços rurais	Bairro Quintiliano Borges
P.S. Tratores Ltda	Reparação de terrenos	Bairro Campinho
Quiron S/c Ltda.	Prestação de serviços na área ambiental	Bairro Centro
Sukupira Tratores Prestação de Serviços Ltda.	Prestação de serviços agropecuários	Bairro Rosário
Terra Nova Produtos Agropecuários Ltda.	Prestação de serviços agropecuários	Bairro Centro

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Organizado por: GOMES, L.C.

Analisando as empresas associadas à silvicultura (quadro 9) em Santo Antônio do Amparo, cada empresa exerce uma atividade diferente dentro de cada etapa desse circuito espacial produtivo, como preparação de terreno para plantio, atividades de apoio à produção florestal e prestação de serviços gerais.

Destacamos que a empresa responsável pelo cultivo de eucalipto no município é a Gerda Aços Longos S/A., multinacional brasileira com presença industrial em

quatorze países das Américas, Europa e Ásia. Esse elemento fundamenta outra análise de uso do território amparense partindo dos circuitos espaciais produtivos e círculos de cooperação da produção de eucalipto, evidenciando também outras ordens longínquas e agentes atuando na transformação do território amparense.

Quadro 9: Relação das principais empresas associadas à silvicultura no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.

Empresa	Atividade	Localização
Agrosul Produção de Carvão Ltda.	Preparação de terreno para plantio e comercialização de carvão	Bairro Centro
Gerdau Aços Longos S/a	Cultivo de eucalipto	Zona Rural
Minas Sul Florestal Ltda. Epp	Atividade de apoio a produção florestal	Bairro Campinho
Nilsa Souza Guimarães Viana	Prestação de serviços para terceiros em silvicultura	Bairro Campinho

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Organizado por: GOMES, L.C.

O processo de modernização agrícola institui novas demandas por produtos agropecuários como máquinas, tratores, fertilizantes, produtos veterinários, agroquímicos e sementes, nesse contexto o comércio da cidade adapta-se ao consumo do campo oferecendo os produtos necessários para a produção local.

Conforme observamos no quadro 10, em Santo Antônio do Amparo no ano de 2015, as empresas que comercializam de produtos agropecuários e as lojas concentram-se na cidade e suas atividades correspondem à diversidade da produção do campo.

Quadro 10: Relação das lojas e comerciantes de produtos agropecuários no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.

Empresa	Atividade	Localização
Agrofert Mariano Ltda – ME	Comércio de produtos veterinários	Distrito de São Sebastião da Estrela
Agrofé Ltda.	Comércio de rações e implementos agrícolas	Bairro Centro
Agroágil Comercial Agrícola e Pecuária Ltda.	Comércio e atacado de produtos agrícolas	Bairro Centro
Asafértil Comércio e Representações Ltda.	Comércio de produtos veterinários	Bairro Centro
Casa da Vaca Produtos Veterinários S/a	Comércio varejista de medicamentos veterinários	Bairro Centro
Casa do Produtor Amparense Ltda.	Comércio varejista de animais vivos	Bairro Centro

Cfb Representações Ltda.	Representante de fertilizantes	Bairro Progresso
Corpal Comércio e Representações Ltda.	Comércio de produtos agropecuários	Bairro Centro
Edivandro Corte – Me	Serviços de agronomia, consultoria e comércio de produtos agrícolas	Bairro Campinho
Estrela Promoções Agropecuárias Ltda.	Representação comercial	Bairro Campinho
Fábio Henrique Barbosa Sandoval	Comércio de produtos agropecuários	Bairro Centro
Fersil Alimentos Ltda.	Comércio varejista de frangos	Bairro Centro
Gustavo Rodrigues Madeira – Me	Comércio varejista de peças e implementos agrícolas	Bairro Centro
Jorge Silvério Castro Avelas	Comércio de produtos agropecuários	Bairro Rosário
Laticínio da Onça Ltda.	Fabricação e comércio de queijos	Distrito de São Sebastião da Estrela
Manoel de Jesus Freitas	Comércio de importação e exportação de cereais	Bairro Quintiliano José da Silva
Perfisol Comércio e Representações Ltda.	Comércio varejista de produtos agropecuários	Bairro Centro
Remacom Ltda.	Comércio de produtos agropecuários	Bairro Centro
Tales Paiva Carrara	Comércio de produtos agropecuários	Bairro Centro
Wendel Carvalho Ferreira	Comércio varejista de produtos agrícolas	São Sebastião da Estrela

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Organizado por: GOMES, L.C.

As empresas listadas no quadro 10 exercem funções importantes para o circuito espacial produtivo do café. Nota-se que há uma separação geográfica entre essas etapas, como o armazenamento, a moagem, a prestação de serviços de corretagem, compra e venda de café e a comercialização, que se situam na cidade, enquanto no campo ocorre o cultivo, a moagem e a torrefação de café.

No município, a produção cafés especiais certificados pelos selos UTZ Certified, Orgânico e Rainforest Alliance, é exportada para países como Japão, Bélgica, Alemanha e Estados Unidos. As fazendas e empresas responsáveis pela produção e comercialização de cafés especiais são: a NKG Fazendas Brasileiras Ltda., a Santa Maria Cafeeira e Armazéns Gerais Ltda., a Sancoffee - Cooperativa Dos Produtores de Cafes Especiais Santo Antonio Estate Coffee Ltda de Santo Antonio Do Amparo e a Café das Vertentes Indústria e Comércio Ltda..

Quadro 11: Relação das empresas de produção, beneficiamento, armazenamento, torrefação e comércio de café no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015

Empresa	Atividade	Localização
Cafê Criativo Indústria e Comércio Ltda.	Mercearia, torrefação, moagem, empacotamento e torrefação de café	Zona Rural
Cafê das Vertentes Indústria e Comércio Ltda.	Moagem e torrefação de café	Zona Rural
Cafê Ponto Alto Indústria e Comércio Ltda.	Torrefação, moagem, empacotamento e torrefação de café	Distrito de São Sebastião da Estrela
Carrara Armazéns Gerais Ltda.	Armazém em geral	Bairro Centro
Carrara Indústria e Comércio Ltda.	Comércio e indústria de café	Bairro Padre Lúcio
Castro & Alves Indústria e Comércio de Café Ltda.	Torrefação, moagem, empacotamento e comércio de café	Zona Rural
Cfx do Brasil, Indústria, Comércio, Exportação e Importação Ltda.	Comércio e atacado de café torrado, moído e solúvel	Bairro Lava Pés
Comercial de Café Castro e Alves Ltda.	Torrefação, moagem, empacotamento e comércio de café	Zona Rural
Comercial de Café Ferreira e Pitchon Ltda.	Torrefação e moagem de café	Zona Rural
Corretora de Café Ltda.	Prestação de serviços de corretagem de café	Bairro Centro
Estrela Comércio e Exportadora de Café	Comércio atacadista de café em grão	Distrito de São Sebastião da Estrela
Exportadora Café Rio Grande Ltda.	Comércio e indústria de café	Bairro Centro
Miriam Monteiro de Aguiar – Me	Comércio atacadista de café em grão	Fazenda Cachoeira – Zona Rural
Maria Hilda Carvalho Paiva	Moagem e torrefação de café	Fazenda Cachoeira – Zona Rural
Milani e Carrara	Intermediação de compra, venda e embalagens para café	Bairro Centro
Minascoffe Armazéns Gerais	Armazenamento de café	Bairro Centro
NKG Fazendas Brasileiras Ltda.	Cultivo de café	Bairro Centro/ Fazenda da Lagoa – Zona Rural
Sancafee Ltda.	Prestação de serviços de corretagem de café	Bairro Centro
Santa Maria Cafeeira e Armazéns Gerais Ltda.	Comercialização, armazenamento e beneficiamento de café	Bairro Areão
Sancoffee - Cooperativa Dos Produtores de Cafes Especiais Santo Antonio Estate Coffee Ltda de Santo Antonio Do Amparo	Beneficiamento, moagem e preparação de alimentos orgânicos vegetais	Bairros Padre Lúcio e Centro
Veega Comércio,	Comércio atacadista de café torrado,	Zona Rural

Importação e Exportação Ltda. - Me	moído e solúvel	
------------------------------------	-----------------	--

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Organizado por: GOMES, L.C.

As empresas produção, beneficiamento, armazenamento, torrefação e comércio distribuem-se pela cidade, onde encontram-se os armazéns e corretoras de café e na zona rural, onde concentram-se as torrefadoras de café.

Figura 15: Carrara Armazéns Gerais Ltda. (à esquerda); Minascoffe Armazéns Gerais Ltda. (à esquerda) NKG (ao centro).



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo - MG

Conforme Santos (2009), nas cidades economicamente funcionais ao agronegócio, há uma superposição dos efeitos do consumo produtivo e do consumo consuntivo ampliando a escala da urbanização, aumentando a importância dos centros urbanos, fortalecendo o campo e a cidade do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho torna-se mais complexa em diversas escalas geográficas.

4.10 Institutos de pesquisa e extensão rural

A constituição de redes de institutos de pesquisas Estatais funcionais ao agronegócio, com financiamentos públicos e privados, permite o desenvolvimento de tecnologias aplicadas para todas as etapas dos circuitos espaciais produtivos. Especificamente no caso do café, destacamos as pesquisas das áreas de melhoramento genético de sementes, biotecnologia, fertilizantes, agroquímicos, manejo e uso do solo, preservação ambiental, máquinas agrícolas, gestão administrativa e extensão rural.

No município de Santo Antônio do Amparo, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) é responsável pela defesa sanitária animal e vegetal, além de inspecionar e certificar a origem dos produtos agropecuários, conforme as diretrizes fixadas pelos governos estadual e federal.

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) possui um escritório local na cidade, sendo integrada a unidade regional de Lavras – MG. A Emater presta serviços de assistência técnica e extensão rural junto aos produtores, oferecendo cursos de capacitação, visitas técnicas e promove projetos junto aos cafeicultores para melhoria das condições de produção no campo.

Uma das parcerias estabelecidas pela Emater é com a Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo (AFASA) com o objetivo de promover o aumento da produção e da qualidade do café produzido pelos pequenos produtores, o que lhes garante melhor inserção no mercado cafeeiro.

Dentre as políticas públicas federais voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, destacamos as Chamadas Públicas lançadas pelo MDA, cuja modalidade se destina a contratação de empresas públicas e privadas, através de editais, para prestação de serviços de assistência técnica junto aos produtores familiares.

No ano de 2013, a Emater-MG também ganhou dois contratos de Chamada Pública lançados pelo MDA destinados à cafeicultura, com valor aproximado de R\$ 3,5 milhões. As atividades se iniciaram em julho de 2014 e possuem vigência de três anos, e atendem atualmente 3.200 agricultores familiares, distribuídos pelo Vale do Mucuri, Vale do Aço, Zona da Mata e no Sul de Minas, o que inclui os cafeicultores de Santo Antônio do Amparo.

Em outubro de 2016, ocorreu em Santo Antônio do Amparo uma das etapas do 16º Circuito Mineiro de Cafeicultura, mais importante evento realizado pela Emater-MG, em parceria com a SEAPA-MG, a UFLA e as prefeituras locais. Seu objetivo é promover a troca de tecnologias e informações entre técnicos, empresários do agronegócio e produtores de café e visa apontar para melhorias na qualidade do café e na renda dos produtores, através da redução de custos na produção e manutenção da lavoura, pautadas na sustentabilidade. Esses fatores permitem melhoria na gestão e comercialização do café e consequentemente a criação de novos empregos.

Nesse contexto, o Festival do Café de Santo Antônio do Amparo, procura fortalecer a produção e o consumo dos produtos locais, o evento contou com palestras,

shows musicais, atrações culturais e degustação de cafés e quitandas tradicionais da cidade.

O festival contou com apoio do Sebrae, Emater - MG, Governo Municipal, Secretaria de Cultura e Educação de Santo Antônio do Amparo e das empresas Cambraia Cafés, NKG Fazenda da Lagoa, Carmomaq, Syngenta, Olam Coffee, Fazenda Guariroba, Fazenda Cruzeiro, Fazenda Paradiso, Fazenda Bom Jardim, Fazenda Cachoeira, Fazenda Mumbuca, Santa Maria Cafeeira, Sancoffee, AP, Fazenda São Paulo, Café das Vertentes, Sancafé, Fazenda Cerrado Grande, Fazenda do Pinhal e da Cooxupé.

No ano de 2016, a Universidade Federal de Lavras (UFLA), um dos centros universitários de pesquisa, ciência e tecnologia mais importantes do país, iniciou um projeto em parceria com a prefeitura municipal e NKG em uma fazenda experimental nas proximidades da Rodovia Fernão Dias, onde serão priorizadas atividades de pesquisa como fruticultura, cafeicultura, piscicultura, plantas ornamentais, sistemas silvo pastoris com consórcio de madeiras nobres e diferentes tipos de forragens.

Essas redes de pesquisa e extensão rural são formadas por institutos públicos e/ou privados constituem círculos de cooperação integrados aos circuitos espaciais da agropecuária local e regional, o que contribui para a difusão espacial das inovações técnicas e científicas visando o aumento da produção e da produtividade do campo nas regiões agrícolas modernas.

4.11 Os bancos e a financeirização do território

Conforme Santos & Silveira (2001), a superioridade técnica e política do subsistema financeiro resulta no comando de todas as instâncias da sociedade no período técnico-científico-informacional, incluindo certamente o território.

A rede bancária presente na cidade de Santo Antônio do Amparo conta com um total de quatro agências, localizadas no Bairro Centro, sendo um banco Estatal, o Banco do Brasil S/A, dois bancos privados o Itaú Unibanco S.A, e o Banco Bradesco S/A e uma cooperativa financeira a Cooperativa de Crédito de Bom Sucesso - SICOOB CREDISUCESSO.

A cidade também conta serviços de crédito consignado, uma Casa Lotérica Jogos de Loteria Amparense, onde é possível fazer algumas operações bancárias da Caixa Econômica Federal S/A e a agência dos correios que também oferece serviços

relacionados ao Banco do Brasil.

Um dos elementos mais importantes para consolidação da modernização da produção agrícola, especificamente a cafeeira em Minas Gerais, foram as novas formas de acesso ao crédito agrícola, que contribuiu para os investimentos diretos em capitais pelos agricultores no campo.

Em Santo Antônio do Amparo, as agências do SICOOB e do Banco do Brasil oferecem créditos e financiamentos agrícolas direcionados à produtores familiares, cooperativas, empresários agrícolas, direcionando investimentos principalmente no agronegócio. A presença dessa rede bancária permite a fluidez de capitais de todos os setores da produção econômica municipal e das movimentações financeiras de pessoas jurídicas e físicas da cidade e do campo.

4.12 Cooperativas, associações e sindicatos: agentes produtores do espaço rural e urbano

A partir da década de 1990, o processo de desregulamentação do mercado internacional e a aceleração da materialização da globalização no território reestruturou a produção de café, redefinindo os papéis dos agentes que compõe os circuitos espaciais produtivos e os círculos de cooperação, como as multinacionais, as cooperativas, as associações e os sindicatos.

As cooperativas podem oferecer serviços diversificados para os produtores agrícolas como assistência técnica, armazenamento, aluguel, venda ou empréstimo de máquinas agrícolas, vendas de agroquímicos e adubos, apoio jurídico e administrativo para comercialização do produto e oferecimento de crédito.

As associações e sindicatos prestam serviços relacionados com as demandas por direitos dos trabalhadores rurais e bem-estar da população do campo. O quadro 12 demonstra que a distribuição espacial das associações, cooperativas e sindicatos ligados à agropecuária na cidade de Santo Antônio do Amparo é concentrada na cidade, principalmente no bairro Centro, reiterando a afirmação de Santos (2013), que a cidade é o lócus da regulação da produção agropecuária do campo.

Quadro 12: Relação das principais associações, cooperativas e sindicatos ligados à agropecuária no município de Santo Antônio do Amparo, ano de 2015.

Empresa	Atividade	Localização
Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo	Associação	Bairro Centro
Associação de Produtores Rurais e Feirantes de Santo Antônio do Amparo	Atividades e organizações associativas	Bairro Centro

	e empresariais	
Associação Comercial Industrial e Agropecuária e de Prestação de Serviços em Santo Antônio do Amparo	Associação	Bairro Centro
Associação Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil	Associação	Bairro Centro
Cooperativa Agropecuária Santa Maria - COOPSAM	Comércio atacadista de café em grão	Bairro Areão
Cooperativa dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Amparo Ltda. - COOPERCAF	Comércio varejista de café em grão	Bairro Centro
Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - COOXUPÉ	Representantes comerciais e agentes de comércio de matérias primas agrícolas	Bairro Centro
Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião da Estrela - Coocasse	Comércio e atacadista de café em grão	Distrito de São Sebastião da Estrela
Cooperativa de Crédito Livre Administração Regional Sudeste de MG Ltda. - Credisucesso	Cooperativa de crédito mútuo	Bairro Centro
Cooperativa de Crédito Rural de Santo Antônio do Amparo	Cooperativa de crédito	Bairro Centro
Cooperativa Agrícola dos Cafeicultores da Região Amparense Ltda.	Cultivo de café	Bairro Centro
Cooperativa Agrícola Alto Rio Grande	Indústria de laticínio e comércio de produtos agropecuários	Bairro Centro
Cooperativa dos Pecuáristas, Agricultores e Cafeicultores - Copacafe	Beneficiamento, moagem	Bairro Padre Lúcio
Sindicato dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Amparo	Associação	Bairro Rosário
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Associação	Bairro Rosário

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, 2015 Organizado por: GOMES, L.C.

Ressaltamos que no Sul de Minas as cooperativas e associações podem ser tanto uma alternativa para incorporar a massa de produtores descapitalizados à economia de mercado (ALENCAR et. al., 2001) como podem configurar-se como um agente do mercado globalizado, como, por exemplo, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda. - COOXUPÉ e Associação Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil.

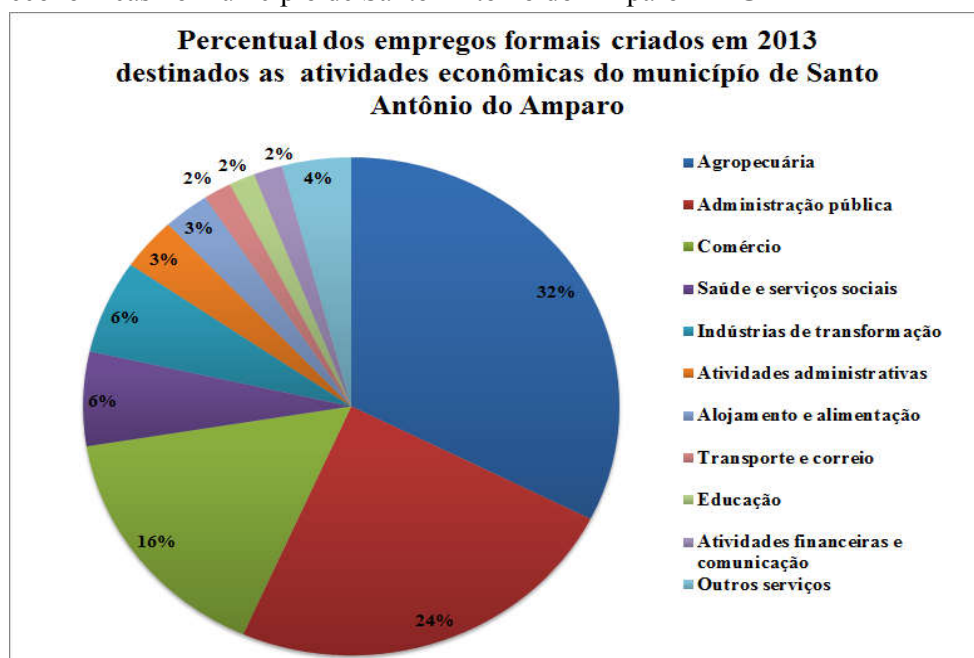
As cooperativas exercem múltiplas funções no circuito espacial de produção do café, pois podem oferecer serviços relacionados à logística, porque permitem a circulação de bens materiais, como o café e insumo agropecuários, e imateriais como a circulação de capitais, ordens e informações em diferentes escalas geográficas.

4.13 Mão-de-obra e empregos formais na cafeicultura

Um dos temas fundamentais apontados por Elias (2007a, 2007b) para análise da produção dos espaços urbanos não metropolitanos funcionais ao agronegócio é o mercado de trabalho agropecuário, que representa a materialização do movimento do capital no campo e na cidade. As variáveis associadas ao tema eleitas para fundamentar nossa análise são a distribuição do emprego formal segundo os diferentes ramos do agronegócio, a formação de um mercado agrícola formal e a desigualdade de renda.

Nos gráficos 6 e 7, estão relacionados os percentuais dos empregos formais criados em 2013 conforme a ocupação e a atividade econômica no município de Santo Antônio do Amparo.

Gráfico 6: Percentual dos empregos formais criados em 2013 destinados as atividades econômicas no município de Santo Antônio do Amparo – MG



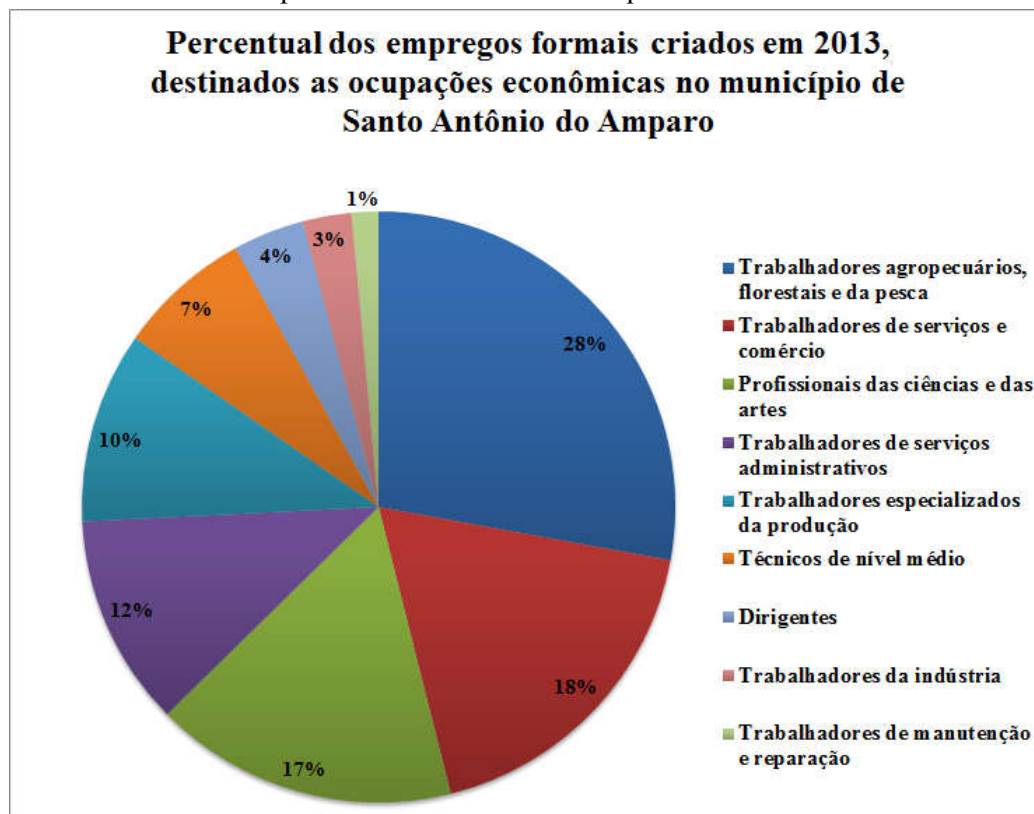
Fonte: <http://pt.dataviva.info/profiles/bra/4mg060307/?app=17> Acesso em dez/2015 Adaptado por: GOMES, L. C.

Conforme os dados apresentados no gráfico 6, a atividade econômica com maior percentual na geração de empregos formais, em 2013, foi a agropecuária com 32% do total, seguida das atividades relacionadas com o setor de serviços como administração pública 24%, comércio 16% e saúde e serviços sociais com 6%.

No ano de 2013, as principais ocupações econômicas em Santo Antônio do Amparo eram de trabalhadores agropecuários com 28%, comércio e serviços 18%,

profissionais de ciências e das artes com 17% e trabalhadores de serviços administrativos com 12% (gráfico 7).

Gráfico 7: Percentual dos empregos formais criados em 2013, destinados as ocupações econômicas no município de Santo Antônio do Amparo.



Fonte: <http://pt.dataviva.info/profiles/bra/4mg060307/?app=17> Acesso em dez/2015 Adaptado por: GOMES, L. C.

Analisando isoladamente os dados referentes ao número de empregos formais criados em 2013 e destinados a atividades econômicas relacionadas à agropecuária, destacamos que o cultivo de café empregou 682 trabalhadores, sendo a atividade agrícola mais importante para geração de mão-de-obra no município.

Tabela 29: Número de empregos formais criados em 2013 destinados a atividades econômicas relacionadas à agropecuária.

Atividade econômica	Número de empregos
Cultivo de café	682
Fabricação de laticínios	40
Torrefação e moagem de café	35
Produção florestal	35
Atividade de apoio a produção florestal	34

Cultivo de frutas - lavoura permanente	24
Criação de bovinos	19
Atividade de apoio a agricultura	14
Cultivo de algodão herbáceo	10
Atacado de comércio de café em grão	8
Cultivo de cereais	6
Criação de aves	2
Atividade pós-colheita	1
Total	910

Fonte: <http://pt.dataviva.info/profiles/bra/4mg060307/?app=17> Acesso em dez/2015 Adaptado por: GOMES, L. C.

Destacamos que os empregos formais não representam a totalidade da mão-de-obra utilizada na produção agropecuária amparense. O manejo das lavouras, adubação e tratamentos do solo, a criação de gado e a manutenção da infra-estrutura de sítios e fazendas conferem uma oferta gradual de emprego durante o ano, mas é no período entre maio a agosto que crescem os empregos informais principalmente de colhedores de café.

Ressalta-se atrás da geração de empregos no campo e na cidade coexistem as desigualdades de rendas e salários que variam conforme a formação e a função exercida pelo trabalhador na divisão do trabalho municipal.

Outra questão fundamental, é compreender que durante a produção de café nas regiões onde concentram-se pequenas propriedades ainda predomina o trabalho familiar e informal, principalmente na época da colheita (abril a setembro), o que confere um número de relativamente maior empregos criados ao longo do ano.

5 OS CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO DO CAFÉ E OS DIFERENTES USOS DO TERRITÓRIO EM SANTO ANTÔNIO DO AMPARO

5.1 A atuação da trading Neumann Kaffee Gruppe como um dos agentes reguladores da produção cafeeira brasileira e mundial

A Neumann Kaffee Gruppe (NKG), cuja sede encontra-se na cidade de Hamburgo, na Alemanha, é a principal trading do mercado cafeeiro no período técnico-científico-informacional e foi criada em 1990, a partir da fusão entre as empresas multinacionais Hanns R. Neumann e a Bernhard Rothfos.

O grupo empresarial é composto por quarenta e seis empresas, presentes em vinte e oito países da Europa, África, Ásia e do continente Americano, incluindo o Brasil, operando como um dos principais agentes reguladores dos circuitos espaciais produtivo do café em escala global.

A multinacional atua em parceria com produtores, cooperativas, torrefadoras, supermercados, empresas de importação e exportação, portos, universidades, ONG's, bancos, bolsas de valores e com o Estado. A NKG oferece serviços que viabilizam a produção e a comercialização de cafés *commodities*, cafés especiais e cafés instantâneos e serviços da área de administração, gestão, logística e finanças.

No ano de 2014, o volume de negócios da empresa alcançou US\$2,7 bi, reafirmando sua posição como a maior trading de serviços de café verde do mundo, sendo responsável por 10% do café comercializado mundialmente.

A *trading* emprega aproximadamente dois mil funcionários, em todo o mundo e conta com vinte e oito fábricas e sete moinhos, sendo proprietária de três fazendas: duas produtoras de café robusta, a Finca de La Puebla S.A. de C.V., em Xicotepec de Juárez, no estado de Puebla no México, a Kaweri Coffee Plantation, em Uganda, e uma produtora de café arábica, a NKG Fazendas Brasileiras Ltda., localizada no município de Santo Antônio do Amparo, Minas Gerais.

As empresas de exportação de café verde localizam-se nos países africanos, americanos e asiáticos pertencentes à OIC, como Vietnã, Colômbia, Uganda, México, Costa Rica e Índia. No Brasil, a empresa responsável pelas exportações da NKG é a Stockler Comercial e Exportadora Ltda., na cidade de Santos, no estado de São Paulo, onde se encontra a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), maior porto da América do Sul e principal porto de embarque de café do Brasil.

Nos principais países consumidores e importadores de café como a Alemanha, Itália, França, Estados Unidos e Japão encontram-se as empresas responsáveis pela importação de café verde e enquanto cafés certificados selos Fair Trade, Orgânico, Rainforest Alliance e UTZ Kapehna são comercializados com torrefadoras da Europa e dos Estados Unidos.

Essas empresas são o centro das decisões relacionadas à gestão financeira, administrativa e jurídica, ou seja, a criação das normas e ordens reguladoras da produção cafeeira mundial se constitui nas metrópoles globais como Tóquio, Nova Iorque, Moscou e Cingapura.

O grupo NKG possui empresas prestadoras de serviços para armazenamento e comercialização de café verde na Europa, América Central e América do Sul. O Brasil conta com três unidades da multinacional que atuam no ramo de produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização e exportação de café.

A NKG Fazendas Brasileiras Ltda. localiza-se em Santo Antônio do Amparo e é a maior produtora e exportadora de café arábica do município e da região. Produz café com selos UTZ CERTIFIED e Rainforest Alliance Certified™ e exporta para países como Itália, Estados Unidos e Japão.

A Cafeeira Armazéns Gerais Ltda. está presente nos municípios de Varginha e Muzambinho, localizados no Sul de Minas e sua sede localiza-se na cidade de Santos, no estado de São Paulo. A empresa é responsável pelo armazenamento de café dos produtores integrados a NKG, a 4C Association e a Associação Hanns R. Neumann Stiftung do Brasil, o que inclui produtos com selos UTZ CERTIFIED, Fair Trade, Orgânico e Rainforest Alliance Certified™.

A empresa do grupo NKG responsável pela comercialização e exportação do café é a Stockler Comercial e Exportadora Ltda., que trabalha diretamente com pequenos, médios, grandes produtores e cooperativas, cujo principal mercado são os Estados Unidos, Bélgica, Alemanha, Itália e Japão.

Sua sede localiza-se em Santos, com filias nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. O escritório situado em Espírito Santo do Pinhal, São Paulo, trabalha diretamente com pequenos produtores de café da região da Mogiana, reconhecida pela produção de cafés superiores e gourmets.

Minas Gerais é o estado com maior número de filiais da Stockler, ao todo são cinco unidades de comercialização e exportação localizadas nas principais regiões

produtores mineiras. Em Patrocínio o escritório local comercializa o café dos produtores da região do Cerrado Mineiro, enquanto na cidade de Manhuaçu, as ações centralizam-se com os cafeicultores da região da Zona da Mata.

As maiores filiais da Stockler encontram-se no Sul de Minas: no escritório de São Sebastião do Paraíso ocorrem orientações e controle da qualidade do café para pequenos médios e grandes produtores; em Muzambinho há um armazém com capacidade para 70.000 sacas de 60kg de café, além da comercialização e projetos para melhoria da qualidade da produção local. Na cidade de Varginha, a unidade local conta com uma capacidade de armazenamento que atinge 80.000 sacas de café e é o principal centro de controle de qualidade e exportação da empresa em Minas Gerais.

Na Bahia a filial da cidade de Vitória da Conquista é responsável pela comercialização do café produzido na região do Cerrado Baiano. O café Conillon produzido pelos agricultores capixabas é comercializado pelo escritório localizado em Vitória.

Para manter a qualidade e aceitação no mercado internacional, a NKG e a Stockler firmaram parcerias com empresas e organizações internacionais cujo objetivo em comum é promover a sustentabilidade da produção do café e orientar os cafeicultores para a produção de café certificados. A empresa também promove junto a outros patrocinadores do setor cafeeiro diversos eventos, desde concursos de qualidade para projetos sociais na comunidade local do café ao longo dos anos

A Stocker e a Nestlé Nespresso S.A. trabalham em conjunto para o desenvolvimento no Brasil do programa Nespresso AAA Sustainable Quality™. Esse projeto desenvolvido pela Nestlé incentiva os produtores a prática de sustentabilidade socioambiental, durante a produção de café. Para integrar-se ao programa o produtor precisa obter o selo Rainforest Alliance. Pelo contrato estabelecido a empresa fornece assistência técnica ao cafeicultor, que recebe um valor superior ao mercado cafeeiro pelo seu produto.

No ano de 2012, cerca de 52.000 produtores faziam parte do programa, o que correspondia à 68% do café comprado pela Nespresso, cujo objetivo para o ano de 2013 era adquirir 80% do nosso café por intermédio do nosso Programa AAA Sustainable Quality™.

Em 2009, Stockler associou-se à fundação Hamburg Hanns R. Neumann Stiftung para estabelecer a nova estrutura para na implementação dos primeiros projetos

de sustentabilidade no Espírito Santo e Minas Gerais. A fundação, cuja origem é a própria NKG, foi criada em 2005 e seu principal objetivo é capacitar pequenos agricultores para melhorar a gestão da propriedade e a produção cafeeira, integrando-os ao mercado cafeeiro internacional.

Dentre os parceiros internacionais envolvidos com os projetos da fundação destacamos: International Coffee Partners; NKG; Coffee Kids; The Mesa de Café Trinacional (MCT); Coffee & Climate (C&C); TFO Canada; National Coffee Association USA (NCAUSA); Nestlé, Rabobank Foundation, S&D Coffee and Tea, Specialty Coffee Association of America (SCAA); Starbucks, Sustainable Coffee Partnership, Sustainable Trade Initiative (IDH) e o Inter-American Development Bank (IADB).

No Brasil, a Hamburg Hanns R. Neumann Stiftung trabalha em parceria com pequenos produtores, associações, cooperativas, EMATER, UFLA, UFV, UNICAMP, ESALQ e a SEAPA-MG. A fundação oferece assistência técnica, cursos, palestras e workshops para promover as certificações socioambientais junto aos pequenos cafeicultores.

No ano de 2006, a Neumann Kaffee Gruppe juntamente com outras multinacionais, bancos e organizações ligadas ao agronegócio cafeeiro global reuniram-se na Suíça e fundaram a 4C Association, cuja sede localizava-se na cidade de Bonn, na Alemanha. Seu principal objetivo é a aplicação do Código de Conduta da 4C, ou seja, de regras e normas de participação no mercado global para a produção, o comércio e a indústria cafeeira, através de mecanismos de apoio para os cafeicultores utilizando um sistema de verificação e fiscalização da produção e com uma estrutura pautada na governança participativa.

A 4C Association iniciou suas ações no Brasil em setembro de 2009 a partir de parcerias estabelecidas com a NKG Fazendas Brasileiras Ltda, a Hamburg Hanns R. Neumann Stiftung e a Stockler Stockler Comercial e Exportadora Ltda. Seus principais objetivos eram a aplicação do Código de Conduta 4C entre os pequenos e médios produtores de Minas Gerais e São Paulo, o que padronizaria a produção de café comercializada nessas regiões.

No ano de 2014 havia em todo mundo, 333 associados dentre produtores, compradores, membros associados e sociedade civil, 319 unidades licenciadas pela 4C distribuídas em 24 países, 1.410.100 trabalhadores envolvidos com a produção de café

4C. Os maiores países produtores de café 4C foram: Brasil, Vietnã, Colômbia, Peru, Honduras e Indonésia. A produção anual destes países atingiu 41 milhões de sacas de Café 4C, representando aproximadamente 29% da produção mundial de café e 7% do consumo mundial.

A partir de abril de 2016 a 4C Association e o Programa Café Sustentável (PSC), deixaram de existir em seus antigos formatos, nesse contexto a combinação dessas associações origina a Global Coffee Platform. Seu objetivo principal é a aplicação do Código Comum Básico, que é um conjunto de normas, princípios e práticas que devem ser utilizadas pelos cafeicultores associados, promover a sustentabilidade na produção através dos selos e certificados socioambientais e estabelecer um padrão de produção de café.

A Neumann Kaffee Gruppe exerce controle sob todas as etapas do circuito espacial produtivo do café mundial, estabelecendo seus próprios círculos de cooperação, através de parcerias com os outros agentes que atuam na cafeicultura e com o Estado, responsável pela instalação de nexos extravertidos no espaço que correspondem às ações deliberadas pelas multinacionais do setor cafeeiro.

No período técnico-científico-informacional as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas exercem um papel fundamental no controle do território, garantindo a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção (CORRÊA, 1991), buscando em cada território nacional lugares estratégicos para as funções necessárias a cada fase de sua produção, desenhando no território verdadeiras topologias (SILVEIRA, 2011).

Conforme Corrêa (1991), para compreendermos a importância de uma multinacional devemos considerar a sua espacialidade, que é a expressão e condição do seu poder político e econômico sobre o território fragmentado pelos usos diferenciados e seletivos das empresas, cujas dimensões espaciais da produção variam conforme sua capacidade de transformar as massas produzidas em fluxos (SANTOS, 2008).

A Neumann Kaffee Gruppe possui um circuito espacial produtivo em escala global, articulado em redes, onde os nós correspondem aos lugares que compõe cada etapa do circuito produtivo, como a produção propriamente dita, o beneficiamento, o armazenamento, o transporte e a comercialização.

Alguns poucos lugares são selecionados para regular essas etapas do circuito produtivo, esse nós no espaço possuem localização geográfica estratégica, apresentando

um território tecnificado por um sistema de logística que permite a fluidez material e imaterial, de informações, capitais e ordens que organizam as estratégias de produção, definindo novos usos para o território.

5.1.2 A configuração do circuito espacial produtivo do café da NKG Fazendas Brasileiras Ltda., no município de Santo Antônio do Amparo – MG

A NKG Fazendas Brasileiras Ltda. localiza-se no município de Santo Antônio do Amparo, no estado de Minas Gerais e tem sua origem na histórica Fazenda da Lagoa, uma das pioneiras na cafeicultura municipal e regional, seus primeiros cafezais foram plantados no final do século XIX, tornando-se parte das atividades da Neumann Kaffee Gruppe a partir do ano de 2003.

Sua área total corresponde a 3.506 hectares, com 53% do total, ou seja, 1.890 hectares destinados ao cultivo do café. Considerando a classificação dos imóveis rurais definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conforme a Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, no município de Santo Antônio do Amparo um módulo fiscal corresponde a trinta hectares. Portanto, nesse contexto territorial e temporal, a NKG Fazendas Brasileiras Ltda. é considerada uma grande propriedade.

Figura 16: Cafezal da NKG Fazendas Brasileiras Ltda.



Fonte: <http://www.fazendadalagoa.com/ourfarm/fdlinpictures/slideshow> Acesso em Maio de 2016

A fazenda cultiva café da espécie arábica, totalizando aproximadamente 6,1 milhões de pés de café das seguintes variedades: Mundo Novo, Acayá, Catuai, Catucaí, Icatu, Topazio, Obatã e Bourbon Amarelo. Todas as variedades cultivadas são classificadas como bebida “estritamente mole fina” e apresentam aroma e sabor agradável, brando e adocicado, de grande aceitação no mercado internacional.

A estimativa de produção total para a safra de 2015 era de cinquenta e cinco mil sacas de 60kg tornando-se o segundo ano com maior produção atrás apenas do ano de 2013 que mantém o recorde com 55.800 sacas de 60kg.

Tabela 30: Evolução da produção de café na NKG Fazendas Brasileiras Ltda.

Ano safra	Produção em sacas de 60kg
2003	7.600
2004	11.870
2005	17.850
2006	15.800
2007	16.200
2008	33.000
2009	15.900
2010	43.260
2011	34.460
2012	36.000
2013	55.800
2014	45.100
2015	55.000 (estimativa)

Fonte: <http://pt.fazendadalagoa.com/ourfarm/agrodata> Acesso em maio de 2016. Organizado por: GOMES, L.C.

Os tipos de café cultivados na fazenda são superiores e gourmets, produzidos de forma sustentável em conformidade com as regras para obtenção das certificações Rainforest Alliance CertifiedTM e UTZ CERTIFIED, cumprindo assim os pré-requisitos para que o café possua o selo PCS – Programa Cafés Sustentáveis do Brasil., conquistando o mercado consumidor norte-americano, canadense e europeu.

O café da NKG Fazendas Brasileiras Ltda. é vendido no território brasileiro e exportado para os Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Croácia, Itália e Japão. Todas as etapas do processo produtivo do café desde o plantio, manejo do cafezal, colheita, beneficiamento e transporte é 100% rastreado para garantir o controle de qualidade exigido pelo mercado e pelas certificações e selos de responsabilidade social e ambiental.

Para o plantio do café, a NKG possui seu próprio viveiro, onde são cultivadas as variedades de café presentes na fazenda. As sementes utilizadas são certificadas pelo

MAPA e desde a etapa inicial existe um controle para uso correto e sustentável de adubos orgânicos e químicos, como utilização de equipamentos de segurança pelos trabalhadores, coleta e separação dos objetos usados na adubação, tratamento do lixo, e preservação do solo e das nascentes.

Figura 17: Viveiro de mudas de café na NKG Fazendas Brasileiras.



Fonte: <http://www.fazendadalagoa.com/ourfarm/fdlinpictures/slideshow> Acesso em Maio de 2016

Durante a produção propriamente dita de café, o uso de tecnologia é um dos fatores que aumentam a produção e a produtividade conferindo mais qualidade ao produto. Na fazenda existem 27 tratores, 130 implementos (adubadoras, pulverizadores) e 7 colhedoras de café.

Figura 18. Mecanização da produção cafeeira: NKG Fazendas Brasileiras Ltda.



Fonte: <http://www.fazendadalagoa.com/ourfarm/fdlinpictures/slideshow> Acesso em Maio de 2016

O período de colheita do café é de maio à setembro, esse é o momento de trabalho mais intenso na fazenda, em 2015 foram contratados trezentos colhedores de café dos municípios de Bom Sucesso e Santo Antônio do Amparo.

A mão-de-obra empregada durante o processo de produção do café é diversificada contando com operadores de máquinas agrícolas, técnicos agrícolas, técnicos em segurança do trabalho, agrônomo, motoristas, tratoristas, trabalhadores rurais regulares e durante o período de colheita também são contratados técnico de enfermagem, um médico e um engenheiro de segurança do trabalho.

Após a colheita o café é limpo e lavado, depois da secagem os grãos são descascados ficando por trinta dias em um das tulhas da fazenda, que conta com um total de trinta e oito tulhas de madeira com capacidade para estocar de trezentas a quatrocentas sacas de 60kg de café.

Figura 19: Processo de secagem do café na NKG Fazendas Brasileiras Ltda.



Fonte: <http://www.fazendadalagoa.com/ourfarm/fdlinpictures/slideshow> Acesso em Maio de 2016

Depois de trinta dias de descanso na talha o café é transportado, em sacas de 60 kg, para a cidade de Varginha, onde é novamente beneficiado e armazenado até sua venda. O transporte é feito em carretas que atendem critérios de segurança para manutenção da qualidade do produto.

Para efetivação de todas as etapas do circuito espacial produtivo do café da NKG Fazendas Brasileiras, é necessário a fluidez de capitais, ordens, mensagens, ações e políticas empresariais, que articuladas com diversos agentes e são chamados de círculos de cooperação (CASTILLO & FREDERICO, 2010; SANTOS & SILVEIRA, 2006), que perpassam o território através das redes.

Ao analisar os círculos de cooperação de uma multinacional verifica-se que sua escala geográfica de análise alcança níveis muito amplos, o que lhe confere um grau superior de complexidade e quantidade de fluxos imateriais e de relações estabelecidas entre os lugares e os agentes envolvidos nos processos (SANTOS, 2008; CASTILLO & FREDERICO, 2010).

A NKG Fazendas Brasileiras Ltda. estabelece parcerias em escala local (EMATER-MG; Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo; cafeicultores; associações e cooperativas), regional (UFLA, EPAMIG, SEAPA-MG, Stockler) e global (Hamburg Hanns R. Neumann Stiftung; Global Coffe Platform; Rainforest Alliance Certified TM e UTZ CERTIFIED). Dessa forma a fazenda participa diretamente das decisões, ações e normatizações relacionadas ao mercado global de café, o que a torna um importante centro de produção e gestão do agronegócio cafeeiro local e regional.

5.2 A configuração do circuito espacial produtivo de um pequeno produtor rural, no município de Santo Antônio do Amparo – MG

É necessário destacar o papel desempenhado pelos pequenos produtores e agricultores familiares na produção do espaço agrícola e urbano das regiões cafeeiras. No Brasil a cafeicultura é realizada em 1.468 municípios, onde se encontram de 300 mil estabelecimentos, dos quais 81% são de agricultores familiares. A produção de café gera renda para mais de 650 mil agricultores familiares, que são responsáveis por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção de café no país.

A região Sul de Minas, caracteriza-se pela ocupação territorial antiga, um grande número de cidades pequenas e uma estrutura fundiária na qual predomina em sua maioria a pequena propriedade rural.

Conforme dados do escritório local da EMATER – MG, o município conta com aproximadamente 850 produtores de café, sendo que 90% possuem propriedades abaixo de 15 hectares, o que reforça uma das características da ocupação territorial do Sul de

Minas, que se destaca pela estrutura fundiária marcada por um grande número de pequenas propriedades rurais.

O segundo processo produtivo que caracterizamos para análise e compreensão dos diversos usos do território amparense é de uma pequena propriedade de quinze hectares. Esse sítio produz café arábica da variedade Mundo Novo, ocupando aproximadamente um hectare e meio da propriedade.

Figura 20: Lavoura de café arábica variedade Mundo Novo.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo – MG

O proprietário do sítio possui residência fixa na cidade e a produção é feita em regime de parceria, o sócio fica responsável pela produção do café e o lucro é dividido em um percentual combinado entre ambas as partes.

O parceiro é associado a uma cooperativa que lhe dá subsídio para os cuidados em todas as etapas da produção de café, orientando o manejo correto do solo e da lavoura, controlando o uso de agroquímicos e adubos orgânicos, fornecendo também assistência técnica como visita de agrônomos.

O uso de agroquímicos segue as recomendações de segurança durante a manutenção do produto na lavoura, como utilização de equipamento de segurança pelos trabalhadores e recolhimento e separação do material utilizado. O período de colheita do café é de maio a setembro, atualmente a relação de trabalho é estabelecida pelo parceiro que usa mão-de-obra familiar durante a preparo do solo, adubação, colheita e secagem do café.

Figura 21: Terreiro para secagem do café.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo - MG.

Figura 22: Terreiro para secagem e tulha para armazenamento de café.



Fonte: GOMES, L.C. Junho/2016. Trabalho de campo em Santo Antônio do Amparo - MG

Após a colheita é realizada a secagem natural que fica no terreiro, e após a limpeza é armazenado em uma tulha, o café então é repassado a cooperativa que beneficia, classifica e revende diretamente a produção cafeeira.

Em Santo Antônio do Amparo coexistem vários circuitos espaciais produtivos do café no território justamente pela diversidade da produção no campo, nesta pesquisa analisamos os circuitos produtivos de dois agentes produtores do espaço urbano e rural, que usam esse território de forma distinta, ou seja, de acordo com seu capital.

Quadro 13: Características da cafeicultura de dois produtores amparenses.

Características da produção	NKG Fazendas Brasileiras Ltda.	Pequeno produtor
Estrutura fundiária	Grande propriedade.	Pequena propriedade.
Estrutura da propriedade	A fazenda possui viveiros, tulhas, casa sede, escritório, refeitório, estacionamento, oficina mecânica etc.	O sítio possui casa sede, terreiro de café e uma tulha.
Mão – de – obra empregada	A mão-de-obra é diversificada: administradores, agrônomos, técnicos agrícolas, advogados, motoristas, contadores, e trabalhadores rurais temporários contratados durante a colheita.	A mão-de-obra é familiar, os agrônomos e técnicos agrícolas são contratados pela cooperativa.
Mecanização da produção	Parte da colheita é mecanizada.	Não há mecanização.
Utilização de agroquímicos	Há utilização de agroquímicos, porém respeitando a legislação ambiental.	Há utilização de agroquímicos, porém respeitando a legislação ambiental.
Comercialização da produção	O café é exportado para Europa e EUA, sendo vendido diretamente da fazenda ou através de um escritório na cidade de Varginha.	O café é vendido pela cooperativa.

Fonte: Trabalho de campo. Elaborado por: GOMES, L.C.

No quadro 13 procuramos sintetizar as características da produção cafeeira das duas propriedades analisadas na pesquisa. Os dados quantitativos e os resultados do trabalho de campo demonstram que coexistem diferentes formas de uso do território urbano e agrícola a partir da produção cafeeira.

A NKG Fazendas Brasileiras Ltda. distingue-se pela presença de uma maior divisão do trabalho e uso de técnica, ciência e informatização em todas as etapas produtivas, que são associadas com as normas, as ações e os padrões instituídos pelo mercado cafeeiro global, resultantes dos seus respectivos círculos de cooperação.

É a chamada cafeicultura científica globalizada materializada na fazenda através da mão-de-obra especializada; mecanização da produção cafeeira; divisão do trabalho de caráter empresarial; alta produção e produtividade, uso de informação e relações comerciais em escala local, regional e global.

Já o pequeno produtor possui particularidades referentes a produção tradicional como: pequena propriedade; mão-obra-familiar; relações de vizinhança e solidariedade; pequena produção; assistência técnica fornecida por cooperativas e a inexistência de

mecanização da produção. Essas características correspondem à realidade da maioria das propriedades rurais do município e da região.

Ressaltamos que os pequenos produtores e agricultores familiares são integrados ao mercado global, pois as normas, os preços pagos aos produtores, os insumos, sementes e agroquímicos utilizados na produção, a torrefação e a comercialização de café verde e moído que exercem ordens sob as ações dos produtores são controladas pelas multinacionais europeias e norte-americanas como a NKG, a Kraft Foods, a Sara Lee e a Nestlé.

Nesse contexto os pequenos produtores dificilmente integram-se ao mercado internacional, a competitividade e as exigências por cafês certificados e com qualidade superior, elevam o custo da produção, o que exclui os produtores menos capitalizados.

A organização em associações e cooperativas mostram-se como a principal alternativa para os agricultores familiares pois lhes a assistência técnica oferecida e o incentivo para melhoria da qualidade da produção, o que lhes permite conseguir selo de qualidade e responsabilidade socioambiental para sua produção, o que aumenta sua competitividade no mercado global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente o Brasil é o principal produtor e exportador mundial de café e também apresenta um dos maiores mercados consumidores. Ao longo do século XX e início do século XXI, a cafeicultura perdeu importância na economia brasileira para outros produtos agropecuários como soja, cana-de-açúcar, carnes, celulose e laranja. No entanto, ainda é a principal articuladora entre os três setores da economia em várias regiões brasileiras como: o Sul de Minas, Zona da Mata e Cerrado Mineiro, em Minas Gerais; o Cerrado Baiano, na Bahia e as Montanhas Capixabas, no estado do Espírito Santo.

Os principais países consumidores de café mundial são os Estados Unidos, Alemanha, Itália, Japão e França e os maiores produtores e exportadores são o Brasil, Vietnã, Colômbia, Indonésia, Etiópia e Índia, o que reforça o histórico caráter agroexportador de commodities das ex-colônias europeias na África, na Ásia e nas América Central e do Sul.

Com relação à participação na divisão territorial do trabalho em escala global, o Brasil ainda se caracteriza como produtor, exportador e consumidor, enquanto as decisões, as ordens, as informações e os processos de regulação do mercado cafeeiro são organizados no exterior.

As sedes dos principais agentes reguladores do circuito espacial produtivo do café como bancos, bolsas de valores e multinacionais dos setores de: comercialização; torrefação; marketing; logística; sementes; agroquímicos; máquinas agrícolas e biotecnologias localizam-se nos países europeus (como Alemanha, Inglaterra e Bélgica) e nos Estados Unidos.

No Brasil, que é um país produtor e exportador, concentram-se os agentes que subsidiam a produção propriamente dita como: os proprietários das terras; a mão-de-obra; as instituições públicas e privadas de pesquisa e extensão rural; as cooperativas; os bancos e um setor de serviços especializado em agronegócio.

A análise da produção e exportação de café arábica em escala local, regional e global, comprova que Santo Antônio do Amparo, Minas Gerais e o Brasil se caracterizam por apresentar os mesmos destinos para exportação da produção cafeeira. Nessas três escalas de análise a organização do território nas regiões produtoras e o

processo de regulação da cafeicultura, são condicionados pelas ações do mesmo grupo de multinacionais do setor de comercialização, torrefação e moagem. Esses fatores possibilitam identificar a hierarquia dos lugares e seu papel na divisão internacional do trabalho a partir da produção de café.

A cafeicultura transformou-se a partir da inserção de novas técnicas necessárias para melhorar a produção e a sua qualidade conforme as normas impostas pelo mercado global. Nas últimas décadas o avanço das técnicas associadas com a ciência e a informação reestruturaram produção cafeeira em Minas Gerais, principalmente nas regiões Sul de Minas e Cerrado Mineiro, onde se encontram os mais altos índices de produção e produtividade do estado.

Nos municípios produtores e exportadores de café os sistemas de engenharia integrados ao meio técnico-científico-informacional - como rodovias, redes de energia, telefone e internet, centros de pesquisa e portos - são usados de forma diferenciada pelos agentes que compõe o circuito espacial produtivo do café conforme seu papel na divisão territorial do trabalho.

Esses municípios funcionais ao agronegócio e à cafeicultura científica globalizada mantêm relações hierárquicas com lugares vizinhos e longínquos através das redes informatizadas que permitem a fluidez material e imaterial e consolidam a integração entre o campo e a cidade, a cidade e a região e a cidade e o mundo.

O mercado internacional do agronegócio cafeeiro organiza o processo produtivo em escala global de acordo com as demandas e acordos firmados entre as multinacionais do setor. Esses agentes hegemônicos impõe um modelo de processo produtivo e padronizam a produção do café destinado para consumo nos países industrializados, excluindo desse mercado os cafeicultores menos capitalizados, necessários para abastecer os mercados regionais e nacionais.

Essas ações verticalizadas determinam os usos do território no lugar tornando-o parte do meio técnico-científico-informacional e definem o uso, a função, a densidade informacional e a localização geográfica dos sistemas de objetos produzidos pelos processos de modernização agrícola e territorial.

Nos espaços urbanos não metropolitanos cujos nexos técnicos, científicos e informacionais são funcionais ao agronegócio, a integração entre o campo e a cidade é complexa, dinâmica e instável. Com a globalização, a intensidade das relações entre o campo e a cidade transforma-se conforme os novos usos do território. As novas divisões

do trabalho sobrepõem-se no espaço reorganizando a produção propriamente dita e a fluidez material e imaterial necessária para circulação do capital e obtenção da mais-valia.

As cidades médias e pequenas assumem um papel importante na organização do território em escala local e até regional, como um centro de comércio, prestação de serviços, oferecimento de mão-de-obra para o campo e conjuntos modernos de infraestruturas aparelhadas para o desenvolvimento do agronegócio científico globalizado.

O campo deixa de produzir alimentos básicos para a população, para tornar-se parte do processo produtivo de setores da indústria como alimentos, têxteis, químicos, farmacêutica, cosméticos, celulose, combustíveis, etc. O café, por exemplo, não é um alimento essencial para nossa dieta e é consumido em sua maioria pela população dos países desenvolvidos, portanto as terras ocupadas pelos cafezais são a primeira etapa da produção industrial e poderiam ser destinadas à produção de alimentos básicos para a população brasileira.

Os agentes hegemônicos que compõe o circuito espacial produtivo do café - como cooperativas, beneficiadoras, empresas de comercialização, bolsas de valores, indústrias de embalagens, de agroquímicos e de máquinas agrícolas, transportadoras e exportadoras - transformam e estruturam os recortes territoriais que desenvolvem as etapas do processo produtivo global.

Os chamados círculos de cooperação aumentam sua complexidade e seu alcance geográfico conforme o nível de capitalização da produção revelando o poder das empresas sobre o território. Essas ordens e comandos circulam pelo espaço através das redes que levam a informação aos pontos da cidade e do campo que estão tecnificados em função do agronegócio.

A situação geográfica apresentada na pesquisa permite afirmar que as relações entre o campo e a cidade no meio técnico-científico-informacional em Santo Antônio do Amparo, são determinadas por ordens globais dos agentes hegemônicos que regulam o processo produtivo do café arábica no mundo, no Brasil e em Minas Gerais como, por exemplo, a Neumann Kaffee Gruppe (NKG), a Cooxupé e a Nestlé S.A.

Mas o território amparense também é usado por outros agentes vinculados à diferentes circuito espaciais produtivos como: o café produzido de forma tradicional e comercializado em escala local e regional; a produção leite de laticínios, distribuídos no

comércio local e regional; e a silvicultura destinada à produção de carvão vegetal para a multinacional Gerdau S.A..

Conforme os dados do IBGE (2014) o município produz laranja, maracujá e banana, cana-de-açúcar, milho, mandioca e feijão, esses produtos não são exportados, entretanto possuem uma dinâmica distinta e arranjam novos circuitos produtivos no território em escala local e/ou regional.

Devemos considerar ainda que as instalações dos sistemas de engenharia modernizados - como rodovias, o aeroporto e as redes de energia e telecomunicações - em Santo Antônio do Amparo são organizadas priorizando inicialmente a circulação de produtos, capitais, informações e pessoas em escala nacional e consequentemente os fluxos materiais e imateriais em escalas regional e local.

Em Santo Antônio do Amparo o agronegócio e a cafeicultura científica globalizada dependem diretamente do comércio local, desenvolvendo na cidade uma rede de serviços especializados para atender a produção do campo. A cidade possui a mão-de-obra necessária para diversas etapas da produção agropecuária municipal e fornece os bens de consumo para os trabalhadores do setor agrícola, caracterizando-se como uma cidade funcional ao agronegócio.

A rede bancária e a maioria das lojas de insumos agropecuários, cooperativas, armazéns, escritórios e empresas prestadoras de serviços agrícolas, farmácias, supermercados, boutiques, restaurantes, papelarias e lojas de eletrodomésticos e construção civil, localizam-se no bairro Centro.

As instituições públicas como a Prefeitura Municipal, secretarias, institutos de pesquisa e extensão rural como o IMA e a EMATER também se encontram na região central da cidade consolidando as desigualdades técnicas e informacionais e estabelecendo uma hierarquia entre os bairros amparenses.

Nos bairros periféricos a quantidade de lojas de insumos agrícolas e bens de consumo é bem menor e mais dispersa que no centro da cidade e não existem agências bancárias ou caixas 24 horas. O comércio nesses bairros se caracteriza por apresentar açougues, lojas de roupas, padarias, mercearias e bares.

Podemos afirmar que na cidade de Santo Antônio do Amparo coexistem mais de um circuito da economia urbana: um circuito superior concentrado basicamente no centro da cidade e o um ou mais circuitos inferiores localizados nos bairros periféricos, pois alguns bairros como o Areão e o Rosário apresentam, ainda que em menor escala,

uma dinâmica comercial inserida ao agronegócio, enquanto outros bairros como Cidade Nova, São Judas Tadeu ou Ronaldo Carrara não exercem essa função na economia urbana.

A agropecuária é responsável por milhares de empregos formais e informais ao longo do ano e as contratações acompanham o desenvolvimento da produção durante o ano safra. Na época de adubação, por exemplo, contratam-se trabalhadores especializados em manejar produtos agroquímicos e máquinas agrícolas, enquanto entre os meses de abril a setembro, é grande o número de contratos temporários para colhedores de café.

Não é nosso objetivo investigar as relações de trabalho existentes nas propriedades produtoras de café em Santo Antônio do Amparo, mas em uma análise geográfica é necessário entender que a divisão do trabalho na cafeicultura é histórica, hierárquica e estrutural.

Há um exército de reserva de mão-de-obra, que reside nos bairros de periferia e que é absorvido pelo mercado de trabalho local em funções temporárias durante o ano, como por exemplo, a colheita de café. Em contrapartida, há uma elite inserida diretamente na política local e que é proprietária de terras e dos meios de produção.

Os trabalhadores rurais temporários, principalmente os colhedores de café ainda são contratados na informalidade, muitas vezes não tem seus direitos trabalhistas respeitados, são mal remunerados, sendo transportados em condições inseguras e insalubres, são os chamados bóias-frias.

A análise do circuito espacial produtivo duas propriedades pesquisadas refletem as diferenças nas relações de trabalho condicionadas pela escala da produção e nível de capitalização do produtor. Na NKG Fazendas Brasileiras Ltda. há trabalhadores rurais regulares e temporários e são obrigatórios: a carteira assinada, o uso de equipamentos de segurança, um ambiente de trabalho saudável e transporte seguro.

No caso da multinacional os contratos assinados com as empresas de torrefação e os acordos firmados com as certificadoras, especificam que as condições de trabalho devem respeitar as normas de segurança, saúde e bem estar do trabalhador rural e adaptar-se a legislação vigente em cada país, o que a obriga a cumprir essas regras como pré-requisito para inserção no mercado global cafeeiro e aquisição de selos de certificação de qualidade.

Em algumas propriedades rurais amparenses existem colheitadeiras de café adaptadas à topografia acidentada do Sul de Minas, na safra de 2014, a fazenda NKG utilizou sete colheitadeiras durante o período da colheita do café o que evidencia o processo inicial e parcial de mecanização do campo em Santo Antônio do Amparo.

Na pequena propriedade a mão-de-obra empregada é basicamente da família, amigos e conhecidos, nessas relações a contratação dos trabalhadores é informal, mas não há caráter exploratório, pois são preservados os laços de solidariedade e as relações de vizinhança. A mão-de-obra especializada e qualificada, como técnicos agrícolas e agrônomos é fornecida pela cooperativa conforme solicitação do produtor associado.

Uma análise comparativa entre as etapas dos circuitos produtivos do café apresentados nessa pesquisa, revela que existem distintas formas de produção no campo. De um lado uma forma de produção tradicional com uso de pouca tecnologia e relações orgânicas criadas a partir das redes de solidariedade que permitem os pequenos produtores buscar alternativas frente à competição instituída pelo mercado global.

Em contrapartida na NKG a cafeicultura científica globalizada estabelece uma ligação direta entre o local e o global através dos fluxos de produtos (café arábica em grão verde), pessoas (funcionários da NKG e empresários), capital e informação (ordens, normas, critérios). Na fazenda sobressaem as relações organizacionais, a produção é no campo, mas possui dinâmica e funcionamento empresarial de padrão internacional, com divisões do trabalho pré-estabelecidas e hierarquias de pessoas e lugares.

Em Santo Antônio do Amparo há pontos do território inseridos na globalização, em contraponto aos recortes espaciais com menor densidade técnica e informacional, tanto na cidade quanto no campo. A cafeicultura é responsável pela produção do espaço urbano amparense, que é reflexo das relações históricas entre esse recorte territorial e o espaço agrícola.

REFERÊNCIAS

- 4C Association – Código Comum da Comunidade Cafeeira. Disponível em: <http://www.4c-coffeeassociation.org/pt/> Acesso em: Maio de 2015
- ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café. Disponível em: <http://www.abic.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home> Acesso em: Maio de 2015.
- Ab'Sáber, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas** / Aziz Ab'Sáber. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- AGUIAR, Marieta. **História de Santo Antônio do Amparo**. Ed. Souza Rego LTDA. Belo Horizonte, 1978.
- ALENCAR, E.; GRANDI, D. S. ; ANDRADE, D. M. ; ANDRADE, Marcia Pereira . **Complexos agroindustriais, cooperativas e gestão**. Organizações Rurais e Agroindustriais, Lavras, MG, v. 3, n.2, p. 30-44, 2001.
- ALENTEJANO, P. R. R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v. 19, n.2, p. 25-39, 2003.
- ALENTEJANO, P. R. R. ; ROCHA-LEÃO . **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, v. 84, p. 51-67, 2006.
- ALVES, F. D. **Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana**. Dialogus (Ribeirão Preto), v. 4, p. 227-241, 2008.
- _____. **A relação campo-cidade na Geografia Brasileira: apontamentos teóricos a partir de periódicos científicos**. Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM), v. 16, p. 7-18, 2012.
- AMARAL, P. V.; SIMÕES, R. ; LUZ, L. **Economia e Rede Urbana do Centro-Oeste Mineiro**. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. Anais..., 2006
- ANDRADE, R.G.R. **A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do estado à liberalização do mercado**. Belo Horizonte: UFMG-CEDEPLAR, 1994. 164p. Dissertação Mestrado
- ARROYO, M. M. .**Globalização e espaço geográfico**. Experimental, São Paulo, n. 6, p. 15-31, 1999.
- ASSOCIAÇÃO HANNS R. NEUMANN STIFTUNG DO BRASIL. 2016 Disponível em: <<https://www.hrnstiftung.org/>>. Acesso em novembro de 2016.

BARONE, M.; FREDERICO, S.. **Circuito espacial produtivo e círculos de cooperação do café Fairtrade: análise da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas (ASSODANTAS), Poços de Caldas/MG.** In: XVII Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), 2012, Belo Horizonte. XVII ENG - "Entre escalas, poderes, ações, geografias", 2012.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira: café** – v. 1, n. 3 (2014) – Brasília: Conab, 2014-v. Trimestral Disponível em: <http://www.conab.gov.br/> Acesso em: Fevereiro de 2015

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Funcafé: fundo de defesa da economia cafeeira relatório de atividades 2011** / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 80 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe/pepro-cafe-2007> Acesso em: Abril de 2015

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. **Informe estatístico do café.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Produção e Agroenergia. Departamento do Café. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cafe> Acesso em: Junho de 2015

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Café: produção está nas mãos do pequeno produtor.** 2007. Disponível em: http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cafe_producao_esta_nas_maos_do_pequeno_produto_r&id=118276>. Acesso em novembro de 2016.

_____. Ministério do desenvolvimento agrário - MDA. **Incentivo às exportações de café da agricultura familiar.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/incentivo-%C3%A0s-exporta%C3%A7%C3%B5es-de-caf%C3%A9-da-agricultura-familiar>>. Acesso em novembro de 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC. **Estatísticas de comércio exterior.** Brasília, MDIC, 2015. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=3371> Acesso em: Maio de 2015

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média: as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias**

alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2011 (Tese de Doutorado).

BRUM, A. L. ; CARFANTAN, J.Y. . **O agronegócio brasileiro e as novas regras de acesso ao mercado da União Européia.** Desenvolvimento em Questão, v. 8, p. 119-157, 2006.

CAFÉ POINT. **Festival do Café de Santo Antônio do Amparo celebra cafeicultura local.** 2016. Disponível em: <<http://www.cafepoint.com.br/noticias/agenda-do-produtor/festival-do-cafe-de-santo-antonio-do-amparo-celebra-cafeicultura-local-102514n.aspx>>. Acesso em novembro de 2016.

CASTILLO, R. **Tecnologias da informação e os novos fundamentos do espaço geográfico.** In: Ladislau Dowbor; Octavio Ianni; Paulo Resendo; Hélio da Costa. (Org.). Desafios da comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Logística e consolidação de fronteiras agrícolas no território brasileiro.** In: **XI Encuentro de Geógrafos de América Latina.**, 2007, Bogotá. Anais do XI Encuentro de Geógrafos de América Latina.. Bogotá, Colômbia: Universidad Nacional de Colombia, 2007. v. 1

_____. **Dinâmicas recentes do setor sucroenergético no Brasil: competitividade regional e expansão para o bioma Cerrado.** GEOgraphia (UFF), v. 17, p. 95-119, 2015.

CASTILLO, R. ; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo.** Sociedade & natureza (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010.

CENTRO DE COMERCIO INTERNACIONAL (ITC). **Guíadel Exportador de Café.** 3ª ed. Ginebra: ITC, 2011. xvi, 284 págs.

Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira: café –** v. 1, n. 3 (2014) – Brasília: Conab, 2014-v. Trimestral

COGUETO, Jaqueline Vigo. **Indicação geográfica e cafés especiais: circuito espacial produtivo e círculos de cooperação dos cafés da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais.** 2014. 165 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014.

CORREA, R. L. A. **Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 115-122, jul/set, 1992.

_____. **Interações Espaciais.** In: Iná Elias de Castro; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa. (Org.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, v. 1, p. 279-319.

COUTINHO, Daniel Mendes. **O uso do território por agentes torrefadores de cafés especiais do sul de Minas Gerais.** 2015. 168 f. Dissertação - (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015.

_____. **Globalização e Reestruturação da Rede Urbana - Uma Nota sobre as Pequenas Cidades.** Território, Rio de Janeiro, v. 6, p. 43-53, 1999.

CUNHA, A. M. **O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX.** Cadernos da Escola do Legislativo, v. 11, p. 57-70, 2009.

CUNHA, A. M; GODOY, M. M. **O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX.** In: V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE, 2003, Caxambu. Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE. São Paulo: ABPHE, 2003

DAVIRON, B.; PONTE, S. **Le Paradoxe du Café.** Nova Iorque: Zed Books LTD, 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Desenvolvimento Recente da Economia Brasileira.** Campinas: UNICAMP - Departamento de Economia e Planejamento do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1984, 321 p. Tese de doutorado.

_____. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Café: produção está nas mãos do pequeno produtor.** 2007. Disponível em:

<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cafe_producao_esta_nas_maos_do_pequeno_produto_r_&id=118276>. Acesso em novembro de 2016.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: a Região de Ribeirão Preto.** 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 401p

_____. **Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas.** In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007 (a).

_____. **O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional.** In: Glaucio Jose Marafon; João Rua; Miguel Angelo Ribeiro. (Org.). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. 1ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, v. , p. 49-66 (b).

_____. **Agronegócio e nova regionalização no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.13, n.2, nov., 2011.

_____. **Globalização, agricultura e urbanização no Brasil.** Acta Geográfica (UFRR), v. 1, p. 13-32, 2013.

DIÁRIO DO COMÉRCIO. **Café: produção está nas mãos do pequeno produtor.** 2007. Disponível em:

<http://www.diariodocomercio.com.br/noticia.php?tit=cafe_producao_esta_nas_maos_do_pequeno_produto_r_&id=118276>. Acesso em novembro de 2016.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS- EMATER-MG. **16 ° Circuito Mineiro da Cafeicultura começa no dia 5 de abril.** 2016. Disponível em:

<http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=17969#.WDWIhtIrLIU>. Acesso em novembro de 2016.

EVANGELISTA, A. W. P ; CARVALHO, L. G de ; SEDIYAMA, G. C . **Zoneamento climático associado ao potencial produtivo da cultura do café no Estado de Minas Gerais.** Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, Campina Grande, PB, v. 6, n.3, p. 445-452, 2001.

FILETTO, F. **Trajetória histórica do café na região sul de Minas Gerais.** Lavras: UFLA, 2000. 133p. (Dissertação - Mestrado em Administração Rural).

_____; Alencar, E. . **Introdução e expansão do café na região sul de Minas Gerais.** Organizações Rurais e Agroindustriais (UFLA), v. 3, p. 45/1-53, 2001.

FREDERICO, S. **Regiões competitivas e modernização agrícola: da cafeicultura tradicional à cafeicultura científica globalizada.** In: FERREIRA, D.A.O.; FERREIRA, E.R.; MAIA, A.C.. (Org.). Estudos agrários. A complexidade do rural contemporâneo. 1ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, v. , p. 181-198.

_____. **Lógica das Commodities, Finanças e Cafeicultura**. Boletim Campineiro de Geografia, v. 3, p. 97-116, 2013.

_____. **Globalização, Competitividade e Regionalização: a Cafeicultura Científica Globalizada no Território Brasileiro**. GEOUSP: espaço e tempo, v. 18, p. 55-70, 2014 (a).

_____. **Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 17, p. 37-48, 2014 (b).

FREDERICO, S.; BARONE, M. **Globalização e cafés especiais: a produção do comércio justo da Associação dos Agricultores Familiares do Córrego D'Antas - ASSODANTAS, Poços de Caldas (MG)**. Sociedade & Natureza (UFU. Online), v. 27, p. 393-404, 2015.

FREDERICO, S. ; CASTILLO, R. . **Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil**. Revista Ciência Geográfica, v. X, p. 236-241, 2003.

FRESCA, T. M. **Rede urbana e divisão territorial do trabalho**. Geografia (Londrina) v. 19 n. 2, p. 115-128, 2010.

GRAÇA FILHO, A. A.. **A Princesa do Oeste e o Mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei, 1831-1888**. 1. ed. São Paulo: ANNABLUME, 2003. v. 1. 255p

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: Julho de 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em Maio de 2015

_____. **Produção Agrícola Municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014
Disponível em:
<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315990&idtema=16&search=minas-gerais|santo-antonio-do-amparo|sinthese-das-informacoes> Acesso em: Maio de 2015

HARVEY, D. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004

IOC – International Coffee Organization. Disponível em: http://www.ico.org/trade_statistics.asp Acesso em: Junho de 2015

LOTURCOMARTINEZ, J. R.; JESUS, J. C. S. ; COCARO, H. . **Casos sobre a certificação Utz Kapeh em empresas cafeeiras informatizadas: impactos nas**

pessoas, gestão e competitividade. In: SOBER (XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008, ACRE. SOBER (XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

MARAFON, G. J. **Territorialidades, ruralidades e as relações campo-cidade.** Campo - Território, v. 9, p. 1-13, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. **Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais.** Belo Horizonte, SEAPA, 2014. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/panorama-do-agronegocio> Acesso em: Abril de 2015

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. Subsecretaria de Agronegócio. **Café – Abril de 2015.** Belo Horizonte, SEAPA, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Abril de 2015

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. **Chamada Pública para assistência técnica permite atendimento diferenciado aos agricultores familiares.** 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/servicos/story/2395-chamada-publica-para-assistencia-tecnica-permite-atendimento-diferenciado-aos-agricultores-familiares>.

Acesso em: novembro de 2016.

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. Subsecretaria de Agronegócio. **Perfil do Agronegócio Brasileiro – Abril de 2015.** Belo Horizonte, SEAPA, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Abril de 2015

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. Subsecretaria de Agronegócio. **Perfil do Agronegócio Mundial – Março de 2015.** Belo Horizonte, SEAPA, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Abril de 2015

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. Subsecretaria de Agronegócio. **Perfil do Agronegócio Mineiro –**

Agrícola – Maio de 2015. Belo Horizonte, SEAPA, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Junho de 2015

_____. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA. **Subsecretaria de Agronegócio. Produto Interno Bruto do Agronegócio – Maio de 2015.** Belo Horizonte, SEAPA, 2015. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/2014-09-23-01-07-23/relatorios> Acesso em: Junho de 2015.

MOREIRA, C. F. ; FERNANDES, E. A. N. ; VIAN, C. ; TAGLIAFERRO, F.S ; TURRRA, C. . **Certificação na cafeicultura Brasileira: panorama, potencial e limitações.** In: 5 Simpósio de Pesquisas de Cafés do Brasil, 2007, Águas de Lindóia. Anais do 5 Simpósio de Pesquisas de Cafés do Brasil, 2007.

NASCIMENTO, R. C.. **Os cafés especiais no Cerrado Mineiro: o circuito espacial produtivo e os círculos de cooperação no município de Patrocínio/MG.** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas.

NASCIMENTO JÚNIOR, Francisco das Chagas. **A constituição do círculo de cooperação de pesquisa agrícola no Brasil: nova face do uso corporativo do território brasileiro no período técnico-científico-informacional.** 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007

NKG - Neumann Kaffee Gruppe. Disponível em: <http://www.nkg.net/> Acesso em: Maio de 2015

NKG Fazendas Brasileiras Ltda.. Disponível em: <http://www.fazendadalagoa.com/nkgworld> Acesso em: Maio de 2015

PELEGRINI, D. F. ; SIMÕES, J.C. . **Evolução, problemas e desempenho da cafeicultura de Minas Gerais.** In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande. 48º Congresso SOBER - Tecnologias, desenvolvimento e integração social, 2010.

PEREIRA, M. F. V. .**A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais em tempos de globalização.** Sociedade & Natureza (UFU. Impresso), v. 22, p. 347-355, 2010.

REIS, Guilherme Rodrigues dos. **Uso corporativo do território brasileiro e a nova dinâmica do lugar: o circuito espacial da produção de café e os círculos de**

- cooperação no sudoeste de Minas Gerais (MG).** 2009. 79 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.
- ROCHA, M. F. **Uso de um corredor de vegetação por pequenos mamíferos em uma paisagem fragmentada de Mata Atlântica, Minas Gerais.** 2010. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Lavras (UFLA), 2010.
- ROLLO, M. A. P.. **As novas dinâmicas do território brasileiro no período técnico-científico-informacional: o circuito espacial de produção do café e o respectivo círculo de cooperação no sul de Minas.** 2009. 126 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009
- SANTOS, H. F. **A modernização da agricultura e relação campo-cidade: uma análise a partir do agronegócio cafeeiro no município de Alfenas – MG.** Caminhos de Geografia (UFU), v. 15, p. 154-171, 2014.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países desenvolvidos.** Livraria Editora Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1978.
- _____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo, 1988.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 6º ed. São Paulo: Edusp, 2004
- _____. **Da totalidade do Lugar.** 1º ed. São Paulo: Edusp, 2005
- _____. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4º ed. 4º reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.
- _____. **A urbanização brasileira.** 5º ed. 2º reimpr. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** 5º ed. 1º reimpr. São Paulo: Edusp, 2013.
- SANTOS M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 9º ed. São Paulo: Record, 2006.
- SEDIYAMA, G. C; MELO JUNIOR, J. C. F. de ; SANTOS, A. R dos ; RIBEIRO, A. ; COSTA, M. H. ; HAMAKAWA, P. J. ; COSTA, J. M. N. da ; COSTA, L. C . **Zoneamento agroclimático do cafeeiro (Coffea arabica L.) para o estado de Minas Gerais.** Revista Brasileira de Agrometeorologia, Santa Maria - RS, v. 9, n.3, p. 501-509, 2001.

- SILVA, J. F. G. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1981
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Instituto de Economia, IE/UNICAMP, 2º ed. 1998
- SPOSITO, E. **A crise paradigmática e a crítica do conhecimento geográfico**. Revista de Geografia, v.14, 1997, p. 141-151.
- _____. **Geografia e filosofia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- SPOSITO, M. E. B. **A questão cidade - campo: perspectivas a partir da cidade**. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. 1a.ed.São Paulo: Expressão Popular, 2006 , p. 111-130.
- SOARES, Vicente. **Monografia de Santo Antônio do Amparo**. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. 1931
- SOUSA, T. S. **Relação campo-cidade em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade**. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010, p. 195-208.
- SUERTEGARAY, D. M. A. **Pesquisa de campo em Geografia**. GEOgraphia (UFF), Niterói/RJ, v. 7, p. 92-99, 2002.
- SUZUKI, J. C. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Revista NERA (UNESP), v. 10, p. 134-150, 2007.
- TALBOT, J. M. **Grounds for agreement: The political economy of the coffee commodity chain**. Lanham, MD: Rowman and Littlefield Publishers, INC. 2004. 237p.
- THE GLOBAL COFFEE PLATFORM. 2016. Disponível em: <<http://www.globalcoffeeplatform.org/pt/>>. Acesso em novembro de 2016.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS – UFLA. **UFLA terá Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Agropecuária às margens da Fernão Dias**. 2016. Disponível em: <<http://www.ufla.br/ascom/2016/01/27/ufla-tera-centro-de-ensino-pesquisa-e-extensao-em-agropecuaria-as-margens-da-fernao-dias/>> Acesso em agosto de 2016.
- WHITACKER, A. M. **Campo e cidade. Cidades médias e pequenas. Algumas proposições para a pesquisa e o debate**. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, p. 187-194, 2010.

ZYLBERSZTAJN D, FARINA, E. M. M. Q, SANTOS, R, C. **O sistema agroindustrial do café: um estudo da organização do agrobusiness do café visto como a chave da competitividade.** São Paulo: Editora Ortiz, 1993

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Questionário para trabalho de campo nas propriedades pesquisadas

Elaborado por: Luciano Campos Gomes

- Local:

- Data:

- **Objetivos:** Analisar e identificar as etapas de produção cafeeira que ocorrem no município de Santo Antônio do Amparo. Dentre as principais questões desse primeiro trabalho de campo levantaremos as seguintes informações:

1. PRODUÇÃO DE CAFÉ E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA FAZENDA

1.1 Qual a condição do produtor em relação às terras

- | | | |
|---|---------------------------------------|--|
| ☐ Proprietário | ☐ Arrendatário | ☐ Produtor sem área |
| ☐ Assentado sem titulação definitiva | ☐ Parceiro | |
| | ☐ Ocupante | |

1.2 Qual tamanho (ha) da propriedade?

- | | |
|--|--|
| ☐ Maior de 0 a menos de 1 | ☐ De 20 a menos de 50 |
| ☐ De 1 a menos de 2 | ☐ De 50 a menos de 100 |
| ☐ De 2 a menos de 5 | ☐ De 100 a menos de 200 |
| ☐ De 5 a menos de 10 | ☐ De 200 a menos de 500 |
| ☐ De 10 a menos de 20 | ☐ De 500 e mais |
| | ☐ Sem declaração |

1.3 Qual área destinada ao cultivo do café?

- | | |
|--|--|
| ☐ Maior de 0 a menos de 1 | ☐ De 50 a menos de 100 |
| ☐ De 1 a menos de 2 | ☐ De 100 a menos de 200 |
| ☐ De 2 a menos de 5 | ☐ De 200 a menos de 500 |
| ☐ De 5 a menos de 10 | ☐ De 500 e mais |
| ☐ De 10 a menos de 20 | ☐ Sem declaração |
| ☐ De 20 a menos de 50 | |

1.4 Qual área (ha) colhida de café na última safra?

- | | |
|--|---|
| ☐ Maior de 0 a menos de 1 | ☐ De 2 a menos de 5 |
| ☐ De 1 a menos de 2 | ☐ De 5 a menos de 10 |

- | | |
|--|--|
| ☐ De 10 a menos de 20 | ☐ De 200 a menos de 500 |
| ☐ De 20 a menos de 50 | ☐ De 500 e mais |
| ☐ De 50 a menos de 100 | ☐ Sem declaração |
| ☐ De 100 a menos de 200 | |

1.5 Quais são as variedades de café cultivadas na fazenda?

1.6 Quais são os tipos de café cultivados na fazenda?

- | | |
|--|---|
| ☐ Café gourmet | ☐ Café sustentável |
| ☐ Café orgânico | ☐ Café tradicional |
| ☐ Café superior | |

1.7 De onde são adquiridas as mudas para o plantio do café?

1.8 Há algum controle de qualidade na aquisição dessas mudas? Quais?

1.9 Qual tipo de cultivo utilizado?

- | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| ☐ Simples | ☐ Intercalado |
| ☐ Associado | ☐ Misto |

1.10 Qual tipo de adubo é utilizado na produção de café?

- | | |
|-----------------------------------|---|
| ☐ Orgânico | ☐ Orgânico e químico |
| ☐ Químico | ☐ Não utiliza |

1.11 Existem controles para o uso correto e sustentável desses adubos? Quais?

1.12 Há uso de irrigação para o cafezal?

1.13 Existem usos de tecnologia para aumentar a produtividade? Quais?

1.14 Como é feita a colheita do café?

- | | |
|-----------------------------------|--|
| ☐ Mecânica | ☐ Mecânica e manual |
| ☐ Manual | |

1.15 Em qual período do ano ocorre a colheita do café?

2. MÃO-DE-OBRA

2.1 Qual a mão-de-obra utilizada durante a colheita de café?

2.2 Qual a origem dos trabalhadores contratados para a colheita?

2.3 Durante o processo de produção de café (do plantio à colheita), como é a mão-de-obra utilizada?

- | | |
|---|---|
| ☐ Operador de máquinas agrícolas | ☐ Engenheiro de alimentos |
| ☐ Técnico agrícola | ☐ Engenheiro agrícola |
| ☐ Engenheiro agrimensor | ☐ Tratorista |
| ☐ Técnico em segurança do trabalho | ☐ Técnico de controle de qualidade |
| ☐ Engenheiro ambiental | ☐ Engenheiro florestal |
| ☐ Técnico em meio ambiente | ☐ Trabalhadores rurais regulares* |
| ☐ Agrônomo | ☐ Outros* |
| ☐ Motorista | |

Outros:

Trabalhadores rurais regulares:

2.3 Há trabalhadores contratados de outras regiões do Brasil durante o processo de produção? De quais estados? Qual a função deles?

2.4 Há trabalhadores estrangeiros contratados durante o processo de produção? De quais países? Qual a função deles?

3. PÓS - COLHEITA DO CAFÉ

3.1 Quais são as operações pós - colheita do café?

- | | | |
|--|------------------------------------|---|
| ☐ Limpeza | ☐ Lavagem | ☐ Secagem |
| ☐ Processamento | ☐ Separação | ☐ Beneficiamento |

3.2 Dentre as etapas feitas pós - colheita do café, quais são feitas na própria fazenda?

3.3 Dentre as etapas feitas pós – colheita do café, quais são feitas fora da fazenda?

3.4 Há utilização de maquinários e equipamentos durante esse processo? Quais?

3.5 Esses equipamentos são próprios da fazenda ou são alugados de alguma cooperativa, fazenda ou empresa?

3.6 Essas etapas são feitas pela própria fazenda ou há contratação de empresa terceirizada para realização dessas atividades?

3.7 A fazenda possui tolhas para armazenamento próprio? Quantas?

3.8 Após o beneficiamento o café fica estocado na própria fazenda?

3.9 Onde o café fica armazenado após o beneficiamento?

3.10 Há um controle de qualidade e segurança durante as etapas pós – colheita de café? Como é feito esse controle?

4. TRANSPORTE DO CAFÉ

4.1 Como é feito o transporte do café da fazenda para o local onde o café beneficiado e armazenado?

4.2 Para onde o café beneficiado é transportado?

4.3 A fazenda possui veículos próprios para transporte?

4.4 Quem faz o transporte do café beneficiado?

4.5 Há um controle de qualidade e segurança durante o transporte? Como é feito esse controle?

5. COMERCIALIZAÇÃO DO CAFÉ

5.1 Qual o destino da produção vendida?

☐ Venda ou entregue a cooperativas

☐ Venda direta para indústria

☐ Entregue à empresa integradora

☐ Venda direta a intermediário

☐ Venda, entregue ou doada ao Governo (Federal, Estadual ou Municipal)

☐ Venda direta ao consumidor

☐ Venda como semente

☐ Exportada

☐ Não vendeu

5.1 O café produzido na fazenda é exportado? Para quais países?

5.2 O café produzido na fazenda é vendido no Brasil? Para quais estados?

5.3 O café é vendido diretamente da fazenda?

5.4 Atualmente há necessidade de atravessadores? Como é feito o processo de venda do café produzido pela fazenda?

